



Universidade de Évora

Mestrado em Gestão e Valorização do Património Histórico e Cultural

Relatório de Estágio

Acompanhamento de trabalhos no Castelo de Montemor-o-Novo: a perspectiva de gestão e valorização patrimonial

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Antónia Fialho Conde

Discente: Ana Carina R. Abelha

Junho de 2011



Universidade de Évora

Mestrado em Gestão e Valorização do Património Histórico e Cultural

Relatório de Estágio

Acompanhamento de trabalhos no Castelo de Montemor-o-Novo: a perspectiva de gestão e valorização patrimonial

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Antónia Fialho Conde

Discente: Ana Carina R. Abelha

Junho de 2011

Agradecimentos

Por toda a ajuda prestada, um Obrigada:

A Meus Pais e Irmã;

À Professora Antónia Fialho Conde pela excelência da orientação de todo o trabalho;

À equipa do Programa do Castelo por todo o auxílio e orientação prestados (Manuela Pereira, Hermínia Santos, Nelson Santos, Carlos Carpetudo, Pedro Carpetudo, Ana Cravosa);

À equipa do Laboratório HERCULES – Herança Cultural, Estudos e Salvaguarda - pela ótima experiência (Professora Milene Gil e Alexandra Ferreira);

Ao António Gomes, pela paciência.

Abreviaturas

CCR'S – Comissões de Coordenação das Regiões

DASU – Divisão de Ambiente e Serviços Urbanos

DGEMN – Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais

ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios

IGESPAR – Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico

IPPAR – Instituto Português do Património Arquitectónico

ONU – Assembleia Geral das Nações Unidas

PDM – Plano Director Municipal

PMOT – Planos Municipais de Ordenamento do Território

POC – Programa Operacional para a Cultura

PP – Planos de Pormenor

PU – Planos de Urbanização

QCA III – III Quadro Comunitário de Apoio

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

Resumo:

Acompanhamento de trabalhos no Castelo de Montemor-o-Novo: a valorização patrimonial

Este relatório contempla os trabalhos desenvolvidos durante a realização do estágio efectuado, entre Fevereiro e Maio de 2011, no Programa do Castelo em Montemor-o-Novo, para a conclusão do Mestrado em Gestão e Valorização do Património Histórico e Cultural. Os trabalhos desenvolvidos pela equipa responsável pelo Programa, e que acompanhámos, conduziram a um conjunto de Relatórios subordinados aos seguintes Temas: A Exposição semestral e exposição temporária: acompanhamento da concepção e montagem; O pelourinho de Lavre: acompanhamento do trabalho de campo; Semana da Água, da Árvore e da Poesia: apoio na organização da iniciativa e acompanhamento dos trabalhos; Limpeza da Torre do Relógio: participação na determinação dos trabalhos de conservação; Limpeza do Coro Baixo do Convento da Saudação: participação nos trabalhos, que conduziu ao último Relatório, Recolha de Argamassas do Castelo e sua posterior análise no Laboratório HERCULES – Universidade de Évora.

Palavras-Chave:

Património, Valorização, Acompanhamento, Gestão

Abstract:

Monitoring work in the Castle of Montemor-o-Novo: the prospect of patrimonial management and recovery

This report covers the work during the period of training conducted between February and May 2011, the Programa do Castelo in Montemor-o-Novo, for completion of the Master in Management and Evaluation of Historical and Cultural Heritage. The works developed by the responsible team, by the program and what we followed, had led to a group of reports subordinated to the following themes: The biannual exhibition and temporary exhibition: monitoring of the conception and assembly; The Lavre Pelourinho; monitoring the field work; monitoring the field work; Water Week, Tree and Poetry: support the initiative in organizing and monitoring work; Cleaning the Clock Tower: participation in the determination of the conservation works; cleaning the Coro Baixo of the Convent of the Saudação: participation in the work, which led to the last report: the Castle Collection of mortars and their subsequent analysis in the laboratory HERCULES - University of Évora.

Key Words:

Heritage, Evaluation, Monitorin, Management

Índice

- Abstract.....	1
- Introdução.....	4
Capítulo I – O Património cultural e os espaços acastelados	
1. Conceito de Património Cultural como perspectiva histórica.....	8
2. A gestão e a valorização do Património em Portugal: e o caso dos castelos.....	15
Capítulo II – O Castelo de Montemor-o-Novo	
1. O castelo de Montemor-o-Novo: da fundação à actualidade.....	22
1.1. A propriedade e a tutela.....	30
1.2. Intervenções realizadas no castelo.....	31
2. História e Memória: Descrições e Imagens do castelo	36
3. A Câmara Municipal de Montemor-o-Novo e o Património Histórico e Cultural.....	60
3.1. O Programa do Castelo.....	62
3.1.1. Balanço dos trabalhos realizados.....	66
Capítulo III - O Castelo de Montemor-o-Novo: acompanhamento de trabalhos no terreno	
1. Exposição Semestral: Memórias de Monte Moor – Talhas.....	71
2. Exposição Temporária: Uma História, Um Objecto, Mês a Mês.....	76
- Cantil (Março)	77
- Objecto de Jogo (Abril)	79
- Pintadeiras de Pão (Maio)	83
3. Pelourinho de Lavre.....	86
4. Semana da Água, da Árvore e da Poesia.....	90

5. Limpeza da Torre do Relógio e instalação dos dissuasores de Pombos.....	93
6. Limpeza do Coro Baixo do Convento da Saudação.....	96
7. Recolha de Argamassa do Castelo de Montemor-o-Novo.....	102
Capítulo IV - A valorização do Castelo de Montemor-o-Novo: apresentação de propostas para futura intervenção.....	106
- Conclusão.....	112
- Bibliografia.....	115
- ANEXOS.....	121
- Anexo 1.....	122
- Anexo 2.....	123
- Anexo 3.....	133
- Anexo 4.....	137
- Anexo 5.....	141
- Anexo 6.....	143
- Anexo 7.....	146
- Anexo 8.....	147
- Anexo 9.....	149
- Anexo 10.....	151
- Anexo 11.....	155
- Anexo 12.....	158
- Anexos Fotográficos.....	172

Introdução

A realização deste Relatório parte da participação no Estágio curricular no âmbito do mestrado de Gestão e Valorização do Património Histórico e Cultural.

O Relatório de Estágio cujo título é: **Acompanhamento de trabalhos no Castelo de Montemor-o-Novo: a valorização patrimonial**, foi realizado junto da equipa de trabalho do **Programa do Castelo**, da responsabilidade da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo. O objectivo principal da realização do estágio, era poder participar em todas as actividades deste grupo de forma a ser tornar uma experiência enriquecedora de trabalho efectivo no domínio da Gestão e Valorização do Património Cultural.

No primeiro capítulo deste trabalho é feita uma pequena apresentação sobre o conceito de património cultural e a sua evolução numa perspectiva histórica, sendo seguidamente frisado o caso particular do património casteleológico dentro do conceito de Património Cultural. Neste ponto, sobre a gestão e valorização dos Castelos Portugueses, pretendemos perceber e sublinhar como foi tratado este património ao longo dos anos, os diferentes casos e métodos utilizados, procurando enquadrar, neste domínio, o Castelo de Montemor-o-Novo.

O segundo capítulo deste trabalho é todo ele dedicado ao Castelo de Montemor-o-Novo. Damos a conhecer a sua história desde a fundação até à actualidade, alguns acontecimentos nele ocorridos e que marcaram a sua história, e ainda a questão da propriedade, também em perspectiva histórica. Sublinhamos depois as intervenções realizadas no Castelo, de forma a percebermos o seu estado actual para que possamos elaborar uma correcta descrição do espaço.

Importa realçar que a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo sempre dedicou especial atenção às questões relacionadas com o seu riquíssimo Património Histórico e Cultural, nomeadamente ao seu castelo. Prova disso foi a criação do **Programa do Castelo** que teve início no ano de 2001. Pretendemos ainda neste Capítulo perceber o porquê do surgimento deste projecto e os seus objectivos; Foi também em 2001 que o

gabinete do **Programa do Castelo** foi instalado no Convento da Saudação e durante estes 10 anos de existência muitos foram os trabalhos realizados por esta equipa que valorizam o castelo e também variadíssimo património do Concelho de Montemor-o-Novo. Importa, pois, percebermos quais foram as áreas de intervenção do Programa do Castelo e os objectivos já cumpridos.

O capítulo determinante de todo este trabalho é o que se refere à execução e acompanhamento dos trabalhos do **Programa do Castelo** no terreno, que foi o grande objectivo deste estágio, apostando numa ligação entre o acompanhamento no terreno, assegurado pela arqueóloga responsável, Dr.ª Manuela Pereira e a sua equipa, e a Universidade de Évora, através da orientação científica da Professora Antónia Fialho Conde.

Durante a realização do estágio foram realizadas quatro exposições, que acompanhámos de perto, uma semestral *Memórias de Monte Moor – Talhas* e as restantes três exposições temporárias enquadradas nas exposições de *Uma História, Um Objecto, Mês a Mês*. Todo o trabalho de execução das exposições esteve a cargo da equipa do **Programa do Castelo**, desde a escolha das peças a serem expostas até à montagem das mesmas no Centro Interpretativo do Castelo de Montemor-o-Novo.

O **Programa do Castelo** também se debruça sobre todo o património concelhio. Exemplo disso foi o acompanhamento feito ao Pelourinho de Lavre, trabalho este a pedido da Junta de Freguesia da Vila de Lavre. Foi feita pelo Programa do Castelo a visita ao local, assim como dado todo o apoio para serem iniciados os trabalhos de estudo e recuperação deste pelourinho, como tivemos oportunidade de constatar.

A equipa deste Programa participa também em várias actividades organizadas pela Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, trabalho este demonstrado na participação na *Semana da Água, da Árvore e da Poesia*, realizada no interior do Castelo, onde foi dado todo o apoio aos vários ateliês; como foi feita uma importante participação nesta semana com a existência de um ateliê próprio da equipa do **Programa do Castelo**, em que também colaborámos.

Durante o período de realização do estágio foram feitos também vários trabalhos de limpeza no espaço do Castelo, como tivemos oportunidade de testemunhar. A Torre do Relógio foi a primeira a ser alvo de limpeza por parte da equipa do Programa, para que fossem criadas as condições necessárias para a instalação de dissuasores de pombos. O objectivo desta instalação, já executada, é abrir as diferentes torres do Castelo ao público, para que possam delas usufruir.

Foram também realizados trabalhos de limpeza do Coro Baixo do Convento da Saudação em colaboração com a equipa do Laboratório HERCULES, da Universidade de Évora. Com esta limpeza pretende-se criar as condições para que a equipa do Laboratório possa executar trabalhos de estudo nos frescos do Coro Baixo, a pensar em futuros trabalhos de restauro e conservação dos mesmos.

Foi feita por parte da equipa do **Programa do Castelo** a recolha de argamassas de vários locais do Castelo (escavações; muralha; Torre do Paço dos Alcaides; Igreja de S. João Baptista; Cripta do Convento da Saudação), com o objectivo de obter mais dados sobre a data de construção e utilizações destes espaços. As argamassas foram analisadas nos laboratórios do HERCULES, trabalhos de análise que realizámos em colaboração com esta equipa.

Os trabalhos desenvolvidos pelo **Programa do Castelo** multiplicam-se por diversas áreas do Concelho, e em particular no Castelo: nunca tinha sido feito tanto pela valorização deste espaço como após a entrada em funcionamento deste Programa. Actualmente, já muitos passos foram dados, mas existe ainda muito a ser realizado para tornar este espaço mais apazível para os seus visitantes e para a população local.

Capítulo I

O Património cultural e os espaços acastelados

1. Conceito de Património Cultural em perspectiva histórica

O conceito de Património Cultural tem sofrido alterações ao longo dos anos. A forma como se estudam, gerem e valorizam os monumentos, objectos, sítios, paisagens culturais ou o património imaterial, em termos estéticos e culturais, é definida por um conjunto de princípios que caracterizam cada época em particular.

No que respeita ao caso português, notamos uma primeira preocupação com o Património em 13 de Fevereiro de 1836, através de uma Circular da autoria do então ministro, Luís de Silva Mousinho de Albuquerque. Esta preocupação surge após a extinção e abandono dos Conventos e Mosteiros por parte das Ordens Religiosas decretada dois anos antes, em 1834¹, e que deixava este património abandonado e exposto a saque e vandalismo. Convida então a Academia Real das Ciências de Lisboa a fazer o arrolamento de todos os edifícios que haviam pertencido às extintas Ordens Religiosas e que fossem considerados notáveis.

No entanto, já anteriormente se faziam notar as primeiras preocupações com o património. Podemos assinalar mesmo alguns dos momentos em que essa preocupação é mais clara, como no Alvará Real de D. João V sobre os monumentos de 1721, sob a influência clara da Real Academia de História, fundada em 1720. No Alvará Régio de 20 de Agosto de 1721 era então designado que “daqui em diante nenhuma pessoa de qualquer estado, qualidade e condição que seja, [possa] desfazer ou destruir em todo nem em parte, qualquer edifício que mostre ser daqueles tempos ainda que em parte esteja arruinado e da mesma sorte as estátuas, mármore e cipós²”. Esta ligação com a Academia prolonga-se até ao século XIX, aquando da revolução liberal e

¹ A extinção das Ordens Religiosas visava aniquilar o que se considerava um poder excessivo, a nível económico e social, do clero, privando-se dessa forma o clero dos seus meios de riqueza e influência política. Note-se que a extinção dos espaços conventuais se limitou, ainda assim, e do ponto de vista legislativo, aos conventos e mosteiros masculinos; os femininos haviam conhecido a determinação, em 1833, de proibição de noviciados, extinguindo-se as comunidades quando todas as religiosas morriam, não se podendo renovar.

² Anexo 1, p.122.

da extinção das ordens religiosas, e da problemática que se levanta em relação ao seu riquíssimo património e qual o destino a dar aos seus bens³.

Em 1789 o significado de monumento, na primeira edição do *Diccionario da Lingua Portuguesa* composto pelo padre D. Raphael Bluteau, é o seguinte: “(...) obras, edificio erigido à memória de alguém ou de algum sucesso para a conservar em o futuro, mausoleo ou sepultura nobre. As escrituras, que conservão a memória dos factos (...)”. Na 4ª edição, de 1831 o significado continua a manter-se, mas é-lhe acrescentado o sentido de “(...) produção de antiga natureza, tiradas da terra, dentes, ossos, etc. (...)”⁴

Podemos assim compreender que há uma preocupação crescente com o património histórico e artístico e também arqueológico, a partir da primeira metade do século XIX. Nesta perspectiva, Alexandre Herculano é considerado um pioneiro do movimento de salvaguarda do património arquitectónico e artístico português. A ele se devem inúmeros textos sobre a protecção do Património publicados em revistas como *O Panorama*. No seu texto, *Monumentos Pátrios (1838-1839)*, onde refere que “Até então escaliçavam-se paredes, roçavam-se esculturas, faziam-se embrechados; mas agora derribam-se coruchéus, partem-se colunas, derrocam-se muralhas, quebram-se lousas de sepulturas, e vão-se apagando todas as provas da história. Faz-se o palimpsesto do passado. Corre despejado o vandalismo de um a outro extremo do reino, desbaratando e assolando tudo.”, defendendo ainda que “ (...)Mas dir-se-á que quereis que se faça acerca dos monumentos? (...) Que se deixem em paz. (...) Os fragmentos de um edificio, tirados do seu lugar, sem destino, sem união, são mortos; são cinzas e pó de cadáveres.”⁵

Já no século XX o conceito de Património conheceu importantes alterações. Encontrava-se inicialmente centrado apenas em elementos únicos e isolados, mas

³ Maria Antónia Marques Fialho Costa Conde, “O sentido do Património – A dualidade teórico-prática”, in **Cidade de Évora**, nº1, 2ª série, (94-95) - p.74.

⁴ Lúcia Maria Cardoso Rosas, **Monumentos Pátrios - A arquitectura religiosa medieval – património e restauro (1835-1928)** - Dissertação de doutoramento em História de Arte apresentada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 1995, p. 23.

⁵ Alexandre Herculano, “Monumentos Pátrios (1838 – 1839)”, in **Opúsculos I**, Org. de Jorge Custódio e J. M. Garcia, Lisboa, Presença, 1983.

posteriormente é alargado, passando a abranger também a envolvente e os conjuntos e sítios. Nos últimos anos tem vindo a assumir também uma dimensão territorial, ambiental e social e finalmente uma dimensão intangível (desde a Convenção para o Património Imaterial de 2003).

As primeiras Cartas Internacionais de protecção do património surgem em 1931, com a Carta de Atenas, e em 1964, com a Carta de Veneza. Para além destas, surgem ao longo de todo o século XX diversos documentos patrimoniais, com força distinta de acordo com a sua natureza (Declarações, Cartas e Recomendações), desenvolvidos no âmbito do ICOMOS (International Council on Monuments and Sites) e da UNESCO (United Nations Educational Scientific and Cultural Organization).

No que diz respeito ao caso português, a primeira legislação que surge para protecção do património data de 30 de Dezembro de 1901, a propósito da classificação dos monumentos nacionais. Ainda nesta década, em 1906, surgem as primeiras listagens de bens imóveis classificados.

Já em 1911 surge nova legislação sobre a forma de classificação dos bens imóveis. Através da Lei de Separação do Estado e da Igreja, de 20 de Abril de 1911, lei repudiada pela Igreja, mas largamente apoiada pelas classes populares e pelos intelectuais. Nesta lei define-se uma *Comissão Concelhia de Inventário* para proceder à inventariação dos bens da igreja⁶. Onze anos mais tarde, em 1922, são classificados como “(...) edifício de valor artístico, arquitectónico e histórico e inscrito em cadastro especial, não podendo nele realizar-se nenhuma obra de conservação ou restauração sem que o respectivo projecto haja sido aprovado pela Comissão do Conselho de Arte e Arquitectura da 1ª circunscrição (...)”⁷ Começa aí a introduzir-se também a noção dos monumentos arqueológicos.

É durante o período do Estado Novo, a partir dos anos 30 que surge o conceito de valor concelhio, onde se tornam as Câmaras Municipais como responsáveis pela protecção e vigilância do seu património.

⁶ Anexo 2, p.123.

⁷ Maria Antónia Marques Fialho Costa Conde, “O sentido do Património – A dualidade teórico-prática”, in **Cidade de Évora**, nº1, 2ª série, (94-95) - p.77.

A 17 de Outubro de 1920, pelo decreto nº 7038 foi criada a Administração – Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, que deu lugar ao decreto de 29 de Abril de 1929, que daria lugar à criação da DGEMN. De 1929 até 1970 a DGEMN centralizou-se nas obras de monumentos nacionais do Estado e de edifícios⁸.

A DGEMN serviu na perfeição os desígnios do Estado Novo, que pretendia regular o restauro e conservação dos monumentos portugueses com base na pureza de estilo, baseando-se no ideário de fundação da nacionalidade como época magistral da História de Portugal, sacrificando os elementos das outras épocas, que consideravam atentar contra a harmonia do construído. No que respeita às intervenções em muito do património imóvel, o espírito nacionalista acabou por tornar muitos destes monumentos em réplicas do que poderiam ter sido em outros tempos: “Importava restaurar e conservar com verdadeira devoção patriótica os nossos monumentos nacionais para que eles possam influir na educação das gerações futuras; o restauro deve ser feito de modo a integrar o monumento na sua beleza primitiva expurgando-o de excrescências posteriores, e por fim, serão mantidas as construções de um estilo diferente desde que o seu valor artístico assim o justifique⁹”.

Mais tarde, em 1985, a lei do Património Cultural Português (Lei nº 13/85), define o património como sendo constituído por bens materiais e imateriais, que pelo seu reconhecido valor, devam ser considerados de interesse para a identidade e cultura portuguesa.

Por outro lado, em todo o país, ao longo dos anos, foram surgindo várias associações locais que tinham como objectivo comum salvaguardar o Património Cultural do local em que estavam inseridos. No caso particular de Montemor-o-Novo, podemos destacar uma associação em particular, Grupo de Amigos de Montemor-o-Novo, fundado em 1967, dando apoio à conservação e divulgação do património local, exemplo disso foi a criação do Museu de Arqueologia, que recolheu peças arqueológicas de todo o concelho. Data de fundação?

⁸ DGEMN - <http://www.portaldahabitacao.pt/pt/ihru/historico/dgemn.html> - Acesso em: 12/05/2011.

⁹ As **Intervenções da DGEMN** - http://www.projectopatrimonio.com/viseupedia/documentos/as_intervencoes-carlos_alves.pdf - Acesso em: 06/11/2011.

Devemos ainda valorizar a **lei nº107/2001** de 8 de Setembro como uma das mais importantes na definição do conceito de Património Cultural dos últimos anos no nosso país. Nela são estabelecidas as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural, como realidade da maior relevância para a compreensão, permanência e construção da identidade nacional para a democratização da cultura. Esta lei define ainda que a política do património cultural integra as acções promovidas pelo Estado, pelas Regiões Autónomas, pelas autarquias locais e pela restante administração pública. O Estado Português deve proteger e valorizar o seu património, considerando-o um importante instrumento de realização da cultura do país, sendo objecto de direitos fundamentais e alicerce da independência e identidade nacionais. O conhecimento, estudo, protecção, valorização e divulgação do Património Cultural constituem num dever do Estado, das Regiões Autónomas e das Autarquias Locais.

No caso português hoje em dia cabem à **administração central, com a colaboração da administração local, as seguintes tarefas:**

- Definir uma estratégia territorializada para a conservação e preservação de monumentos, sítios e conjuntos, classificados ou não classificados, o estudo, salvaguarda, conservação, restauro e valorização do Património arquitectónico e arqueológico, bem como para a respectiva divulgação e dinamização;

- O Estado, as Regiões Autónomas e as Autarquias Locais promoverão, no âmbito das suas atribuições respectivas, a adopção de providências dispostas a recuperar e valorizar zonas, centros históricos e outros conjuntos urbanos, aldeias históricas, paisagens, parques, jardins e outros elementos naturais, arquitectónicos ou industriais integrados na paisagem;

- Realizar o inventário e arquivo, salvaguarda do Património Cultural;

- Incentivar a criação de Parques Culturais;

- Elaborar cartas de risco do Património Cultural;

- Adoptar mecanismos de incentivo à recuperação de imóveis de interesse patrimonial.¹⁰

Competirá no entanto à administração local, em parceria com a administração central:

- Proteger o património urbano e arquitectónico, histórico e contemporâneo;
- Elaborar sempre que seja pertinente, planos de salvaguarda e valorização;
- Promover uma melhor gestão das funcionalidades no edificado dos aglomerados urbanos e incentivar a inserção e a reutilização do Património Cultural;
- Obrigar os grandes empreendimentos a incluírem acções de valorização de elementos patrimoniais e ambientais.¹¹

Competirá apenas à administração local:

- Identificar, actualizar e caracterizar, nos PMOT (Planos Municipais de Ordenamento do Território) os valores patrimoniais com base em levantamentos de campo, e estabelecer medidas de protecção e salvaguarda do Património Cultural;
- Garantir, a nível de PDM (Plano Director Municipal), que os PU (Planos de urbanização) e PP (Planos de Pormenor) venham a integrar as medidas de salvaguarda, protecção e valorização do Património Cultural;
- Nos aglomerados urbanos relevantes em termos patrimoniais, as intervenções de regeneração urbana devem preferencialmente incorporar projectos de requalificação do espaço público;
- Incentivar a recuperação de imóveis de interesse patrimonial;
- Procurar criar gabinetes municipais específicos para a gestão das áreas dos aglomerados e conjuntos urbanos com valor patrimonial regional¹².

¹⁰ **Resolução do Conselho de Ministros nº 53/ 2010 de 02/08/2010 – E – Património Cultural** - http://bdjur.almedina.net/item.php?field=node_id&value=1607479 – Acesso em: 07/04/2010.

¹¹ Idem.

¹² Idem.

Assim, a legislação que define as bases da política e do regime de protecção e valorização do Património Cultural estabelece-o como sendo uma realidade da maior relevância para a sua compreensão, permanência e construção da identidade nacional, e para a democratização da cultura. A política do Património Cultural integra as acções promovidas pelo Estado, pelas Regiões Autónomas, pelas Autarquias Locais e pela restante administração pública, visando assegurar, no território português, a efectivação do direito à cultura e à fruição cultural e a realização dos demais valores e das tarefas e vinculações impostas, neste domínio, pela Constituição e pelo direito internacional¹³.

Na presente lei que define o Património Cultural Português, neste integram-se todos os bens que sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante (histórico, paleontológico, arqueológico, arquitectónico, linguístico, documental, artístico, etnográfico, científico, social, industrial ou técnico) reflectam valores de memória, antiguidade ou exemplaridade¹⁴. Integram, igualmente, o conceito de Património Cultural aqueles bens imateriais que constituam pérolas estruturantes da identidade colectiva portuguesa. Para além destes elementos actualmente também são considerados como parte integrante e importante do Património Cultural os respectivos contextos que pelo seu valor de testemunho, possuam com aqueles (bens imateriais ou intangíveis) uma relação interpretativa e informativa.

Por fim, no que respeita às intervenções realizadas nos elementos patrimoniais, não poderá realizar-se qualquer intervenção ou obra, no interior ou no exterior de monumentos, conjuntos ou sítios classificados, nem mudanças de uso susceptível de o afectar, no todo ou em parte, sem autorização expressa e o acompanhamento do órgão competente da administração central, regional, das regiões autónomas ou municipal, conforme os casos¹⁵.

¹³ **Cartas e Convenções Internacionais sobre Património, 07 -**
<http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/legislacaosobrepatrimonio/>.

¹⁴ Idem.

¹⁵ Idem.

2. Gestão e a valorização do Património em Portugal: e o caso dos castelos

A gestão e valorização dos castelos portugueses constituem uma tarefa essencial no património cultural do país, pois os castelos são ainda nos dias de hoje um símbolo reconhecido de soberania nacional e também um símbolo da identidade regional, municipal e local. As características particulares dos castelos fazem de cada um uma peça única, capaz de dinamizar a interacção cultural, educativa, social e turística.



Figura 1 – Torre do Relógio antes das obras da década de 40 – www.monumentos.pt – Acesso em: 17/05/2011.

O período do Estado Novo deu uma grande importância à imagem dos castelos, considerando-os ícones e símbolos da grandeza da Nação. Durante este período a maioria das intervenções realizadas nos monumentos nacionais foram, efectivamente, feitas nos castelos do país. Isto aconteceu devido à vontade de resgatar novamente a identidade nacional através dos seus monumentos mais imponentes; desta forma, em muitos dos castelos do país foram criadas e/ou re-criadas réplicas de algo que foram ou que pudessem sido. Estas obras, embora não respeitassem a integridade dos

imóveis, pois muitas vezes transformavam-nos, reanimaram os que se encontravam em ruínas e degradação, trazendo-lhes nova vida enquanto património construído; porém raramente os humanizavam, os dinamizavam e aproximavam das populações.

Após este período, e em relação ao caso particular dos Castelos portugueses, as intervenções que têm vindo a ser realizadas têm sido concretizadas pelas Autarquias Locais que são as responsáveis pela sua conservação e preservação. Para além disso foram também sofrendo pequenos trabalhos pelas Direcções Regionais do IPPAR (Instituto Português do Património Arquitectónico).

Não existiu até ao ano de 2000 nenhum plano integrado de realização de obras nos castelos portugueses. Antes deste ano, podemos pois dar alguns exemplos de obras que terão sido realizadas em alguns dos castelos do país, exemplos que espelham o que foi feito na maioria dos castelos portugueses.

Tomemos como exemplo dois castelos portugueses muito diferentes, o castelo de Leiria e o castelo de Moura.

O Castelo de Leiria, tal como os restantes castelos portugueses, foi alvo de várias campanhas de obras durante o período do Estado Novo, onde foram reparados e reconstruídos vários trechos de muralha, torres, os paços do castelo e a Igreja de Nossa Senhora da Pena. Mas mesmo após este período, o espaço do castelo continuou a conhecer algumas obras, de que é exemplo o restauro nos paços feito no ano de 1985 ou a recuperação de parte da muralha que ruiu, em 1990¹⁶.

Por outro lado, podemos apresentar em comparação o Castelo de Moura, localizado no distrito de Beja. Este, tal como o anterior, também conheceu obras de beneficiação durante o período do Estado Novo, mas em comparação com o primeiro após este período as obras de valorização e conservação realizadas no espaço são muito inferiores¹⁷.

¹⁶ Castelo de Leiria, http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3312 – Acesso em: 13/04/11.

¹⁷ Castelo de Moura, http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=993 – Acesso em: 13/04/11.

Desta forma podemos tirar algumas conclusões sobre a forma como tem vindo a ser gerido o património casteleológico em Portugal. Por um lado, todos eles foram sofrendo obras por parte da DGMEN, durante todo o século XX, mesmo após o período do Estado Novo. Mas por outro lado, o orçamento investido nos diferentes espaços é muito diferente. É nesta perspectiva que surge o Programa de Recuperação dos Castelos, da responsabilidade do IPPAR, que pretende para além de outros aspectos, uniformizar os investimentos feitos neste património, apostando-se na descentralização.

Por outro lado, seria fundamental para o património casteleológico, que fossem criados mecanismos com leis próprias, que existem, sendo este um património tão importante e com características particulares.

No caso do Castelo de Montemor-o-Novo, estudado neste trabalho, verificamos que em relação à conservação e valorização do espaço aconteceu o mesmo que nos casos exemplificados anteriormente, registando-se algum paralelismo com o caso de Moura, por se encontrar numa zona interior do país, isto é, poucas ou nenhuma intervenções após a década de 70 do século XX.

Só mais tarde, no ano 2000, surgiu um primeiro plano integrado de intervenção no património casteleológico. Este programa integrou o III Quadro Comunitário de Apoio (QCA III), que pela primeira vez é dotado por um Programa Operacional para a Cultura (POC). Este tinha como objectivo a recuperação, revitalização e valorização dos Castelos Portugueses.

Devido à tipologia patrimonial em causa, estes carecem de um programa de intervenção planificada para cada um dos elementos. Com este plano também se pretende conseguir uma descentralização dos investimentos, tornando-os mais igualitários. Por se tratar de um Programa que se pretendia ver trabalhado a médio prazo, o papel das autarquias e das Comissões de Coordenação das Regiões (CCR'S)

seria fundamental, sendo assim essencial o trabalho conjunto da administração central e dos municípios¹⁸.

Durante muitos anos o investimento neste tipo de património foi muito centralizado, sendo privilegiadas as regiões de Lisboa e Vale do Tejo, assim como a zona metropolitana do Porto. Mas, agora verifica-se um alargamento maior no investimento, passando a abranger áreas habitualmente desprotegidas por estes programas, como o interior do país¹⁹.

A forma de trabalhar estes monumentos obedece a métodos concretos de intervenção, de restauro e de valorização dos imóveis. O *modus operandis* obedece à necessidade de se estudar previamente o monumento do ponto de vista histórico-arquitectónico e também do ponto de vista arqueológico. Mas é de todas as formas um programa que pretende atingir todas as vertentes do património cultural contemporâneo.

Depois de requalificados os monumentos, o Programa dos Castelos já referido, pretendia que a salvaguarda dos mesmos, o seu resgate, valorização e gestão, ficasse na maior parte dos casos entregue às autarquias. As entidades municipais são as mais indicadas para garantir a preservação do espaço, não só pela proximidade, como também pelo conhecimento das situações no terreno.

Um dos pontos importantes defendidos neste Programa passa pelo "(...) facto de, muitos castelos encontram-se hoje, como que isolados, encravados no meio das povoações ou cidades. A sua reabilitação e valorização permitem a vivência desses objectos não como excepções (que sempre serão, dado o seu valor simbólico) mas também como pelas integrantes da paisagem urbana (ou rural)²⁰".

A proposta inicial do Programa dividia-se em cinco modelos de intervenção²¹:

¹⁸Instituto Português do Património Architectónico (IPPAR), **Programa de recuperação dos castelos**, Ministério da Cultura, 2000, p.5.

¹⁹ Idem, p.7.

²⁰ Idem, p. 20.

²¹ Idem, pp.22-29.

1. **Obras de conservação e restauro de emergência:** verifica-se em muitos casos que os castelos se encontram em situação crítica, causada por vários motivos: agressividade climática, desestruturação consequente dos panos de muralha, danificação de muralhas por pressão de edificações contíguas, desabamento ou derrocadas de terras, fracturação de paredes e descolamento e queda de partes de muros por deficiente impermeabilização;

2. **Limpeza de muros e de cercas de castelos; obras de conservação e manutenção correntes:** verifica-se na maioria dos casos, que os castelos necessitam de trabalhos de limpeza, limpeza e desmatação dos interiores das cercas acasteladas, limpeza e desinfestação de panos de muralhas. A ausência de limpezas é muitas vezes um factor determinante na degradação das estruturas. Quanto à manutenção dos mesmos será necessário realizar obras como recalçamento de muros, reposição de elementos perdidos, limpeza dos sistemas de drenagens já existentes, revisão dos sistemas de drenagens de águas pluviais, melhoramento de alguns equipamentos;

3. **Obras de restauro e de consolidação estruturais:** casos em que será necessário realizar, por exemplo, trabalhos arqueológicos, recalçamento de muros, revisão e restauro de coberturas, restauro de vãos, reparação de elementos estruturais secundários, etc.

4. **Obras de valorização:** para estas intervenções é necessário realizar um projecto integral de arquitectura em múltiplas vertentes, consoante os casos e as necessidades de cada um dos castelos;

5. **Operações de divulgação e animação:**

Para que os espaços dos castelos se possam tornar activos e atractivos, será necessário dar muita importância às acções de divulgação, umas destinadas ao público em geral e outras cingidas a



Figura 2 - Feira medieval - Montemor-o-Novo
http://vivarte.weblog.com.pt/arquivo/2005/05/iii_feira_mediev - Acesso em: 22/03/2011

um público específico. Isto consegue-se através da elaboração de percursos temáticos, com a colocação de estandartes e bandeiras, publicações várias, edição de trabalhos

sobre restauro e intervenções, organização de campanhas de estudo e animação de castelos.

Através da elaboração e execução deste plano, foi possível pela primeira vez trabalhar de forma conjunta os castelos portugueses.

No entanto, nos dias de hoje ainda muito continua a ser necessário fazer para salvaguardar e preservar este património. Será necessário criar novos planos conjuntos e também individuais para cada um dos castelos, para que para além da recuperação da estrutura física do imóvel, consigam trazer vida para estes, tornando-os vividos e humanizados. A melhor forma de preservar este importante património é deixar que este seja usufruído pela população, dinamizando-o, tornando-o atractivo e entendendo-o como parte integrante da nossa história.

Capítulo II

O Castelo de Montemor-o-Novo

1. O Castelo de Montemor-o-Novo: da fundação à actualidade

O castelo de Montemor-o-Novo encontra-se implantado no topo da mais elevada colina da região que esta limitada a sudoeste pela ribeira de Almansor (Canha), e a noroeste limitada pela actual cidade e antigo arrabalde da vila medieval. A colina onde se encontra implantado o Castelo impõe que este possua um formato triangular pouco

comum.



Figura 3 - Vista aérea do Castelo de Montemor-o-Novo - http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=7875 – Acesso em: 20/01/2011.

A partir dos estudos já realizado, conclui-se que tenha fundamentos romanos. Este seria designado pelo nome de *Castrum Malianum* ou *Castro Manliense*, conforme refere Túlio Espanca²².

Apesar de alguns autores apontarem para este castelo esta ocupação romana e mais tarde islâmica, não existem no

entanto documentos escritos e provas arqueológicas suficientes que o comprovem até este momento.

O Castelo de Montemor-o-Novo terá sido muito provavelmente conquistado no reinado de D. Afonso Henriques, sendo que Frei António Brandão afirma mesmo na sua obra, **Monarquia Lusitana** “(...) nesta vila um castelo antigo que el-rei D. Afonso Henriques ganhou aos mouros (...)”²³ pouco depois de 1166, e da conquista da cidade de Évora. Através da consulta de bibliografia, verificou-se que existem opiniões

²²Túlio Espanca - **Inventário artístico de Portugal – distrito de Évora, zona norte**. Lisboa: ed. Academia nacional de belas artes, 1975, p.275

²³Jorge Fonseca, “A vila intra-muros de Montemor-o-Novo”, in **Almansor**, (1ª série), nº11, 1993, p.29.

discordantes no que se refere à segunda invasão muçulmana do castelo, esta após a conquista de D. Afonso Henriques²⁴.

O primeiro documento escrito encontrado sobre o Castelo de Montemor-o-Novo surge já no reinado de D. Sancho I²⁵. É também durante este reinado que foi outorgado o primeiro foral da vila, em 1203, onde o rei manda reedificar e repovoar a vila²⁶. A vila de Montemor-o-Novo estava inicialmente confinada ao interior do Castelo, estava dividida em quatro paróquias, Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo, S. João Baptista e S. Tiago do Castelo.

A mais antiga destas paróquias é a de Nossa Senhora da Vila, “(...) *Chamou-se Nossa Senhora da Villa, por ser titular da primeira Igreja, que se fundou depois de conquistada a villa pelos christãos (...)*”²⁷. Esta paróquia estava fundada dentro da antiga vila amuralhada, na zona central da vila. Nessa freguesia situavam-se a Câmara, a audiência, a cadeia, o mercado, a praça principal e a Igreja de Nossa Senhora da Vila, que na sua origem foi a igreja matriz e a única da vila, hoje totalmente desaparecida.

A paróquia de Nossa Senhora do Bispo foi fundada em 1300, que segundo Joaquim José Varela, tem este nome devido aos dízimos desta igreja serem entregues ao Bispo Diocesano de Évora²⁸. Esta paróquia estava também inicialmente sediada dentro da zona amuralhada da vila, mas abarcava também no seu domínio outras onze ermidas²⁹. A igreja que dá nome a esta paróquia passou mais tarde a ser a igreja matriz da cidade, o que estará ligado ao facto de ser uma nova igreja e com maiores dimensões que a anterior. Esta igreja esteve em funcionamento até muito tarde em

²⁴ Segundo Frei António Brandão este castelo terá sido invadido e saqueado pelos almóadas, dirigidos pelo Califa Abu Júcufo Jacube que o terá destruído quase completamente em 1190-1191. Já Pinho Leal refere na sua obra a existência de um castelo antigo conquistado em 1139 e invadido posteriormente em 1191 pelo rei de Marrocos, Miramolim.

²⁵ “As referencias mais antigas até agora encontradas fazem-no recuar, e ao topónimo Montemor, a 1181, quinze anos depois da conquista definitiva de Évora (1166)”. Jorge Fonseca, “A vila intra-muros de Montemor-o-Novo”, in *Almansor*, (1ª série), nº11, 1993, p.29.

²⁶ Anexo 3, p.133.

²⁷ Joaquim José Varela – *Memória Estatística a cerca da notável vila de Montemor-o-Novo*: Lisboa, Academia Real de Ciências, 1816.

²⁸ Idem.

²⁹ “(...) Santo André do Outeiro, que foi hospital de empestados, e já existia pelos annos de 1316, Nossa Senhora da Visitação, Nossa Senhora da Luz, Nossa Senhora da Paz, S. Pedro, S. Sebastião, S. Lazaro, S. Simão, Nossa Senhora das Necessidades, Nossa Senhora da Pena de França, e o Calvario.” - Idem, *ibidem*.

relação às restantes da vila amuralhada. No século XVIII ainda funcionava, sendo frequente por ela ainda passarem as várias procissões da vila.

A terceira paróquia de Montemor-o-Novo era a de S. João Baptista, com igreja do mesmo nome que se encontrava fundada junto ao Paço dos Alcaides, igreja que é de época indeterminada. Esta era a paróquia mais pequena da vila e deveria ocupar em grande parte a zona da antiga alcáçova muçulmana.

A quarta e última paróquia situada dentro da vila amuralhada é a de S. Tiago³⁰, e ocupava aproximadamente a área onde hoje está implantado o Convento da Saudação. Sabemos que aí se encontravam várias casas nobres, que foram demolidas para dar espaço à construção do referido convento. Algumas delas já se encontrariam abandonadas, com a transferência da população para o arrabalde, mas encontramos registos também das casas da fundadora do Convento, D. Mécia de Moura, que estavam nesse local e as quais doou para a construção.

Após a conquista da vila pelos cristãos, a estrutura funcional e orgânica da antiga vila muçulmana terá sido mantida. A alcáçova ter-se-á transformado no Paço dos Alcaides, o açougue terá sido mantido e as mesquitas terão sido transformadas em igrejas. Embora ainda não consigamos saber a localização de muitos dos principais edifícios da vila, estes estão no entanto localizados de uma forma organizada à semelhança do modelo de cidade islâmica: “(...) *ainda hoje conseguimos reconhecer este modelo de cidade no que ainda resta da vila e da própria cerca, de planta triangular(...)*”³¹.

Existiria também uma judiaria dentro da vila amuralhada, julga-se que esta se localizava perto da porta de Santarém, junto à Torre do Relógio e se desenvolveria na rua paralela à muralha; nesta existiria pois uma sinagoga, da qual encontramos registo em 1504, e que a Câmara terá transformado em cadeia³². Quanto às restantes

³⁰ “Querem alguns que esta Parochia pertencesse em outro tempo á Ordem de S. Tiago (...)”.Idem, ibidem.

³¹ António Alberto Banha de Andrade – “Estudos Históricos e Económicos sobre o Município de Montemor-o-Novo”, **Caderno de História de Montemor-o-Novo – Grupo de Amigos de Montemor-o-Novo**, Lisboa 1873.

³² Jorge Fonseca, “A vila intra-muros de Montemor-o-Novo”, in **Almansor** (1ªserie), nº11, 1993, p.30.

habitações da população, no sentido norte e nascente localizar-se-iam os bairros mais populares.

No que respeita à zona amuralhada do castelo, Túlio Espanca defende que esta terá sido construída no reinado de D. Dinis entre os anos de 1280-1310. A entrada na vila intra-muros era feita através de quatro entradas na muralha, a Porta de Évora, a Porta de Santiago ou Porta do Sol, a Porta do Anjo ou Porta do Bispo, e a Porta da Vila ou Porta de Santarém, todas elas defendidas pelas respectivas torres.

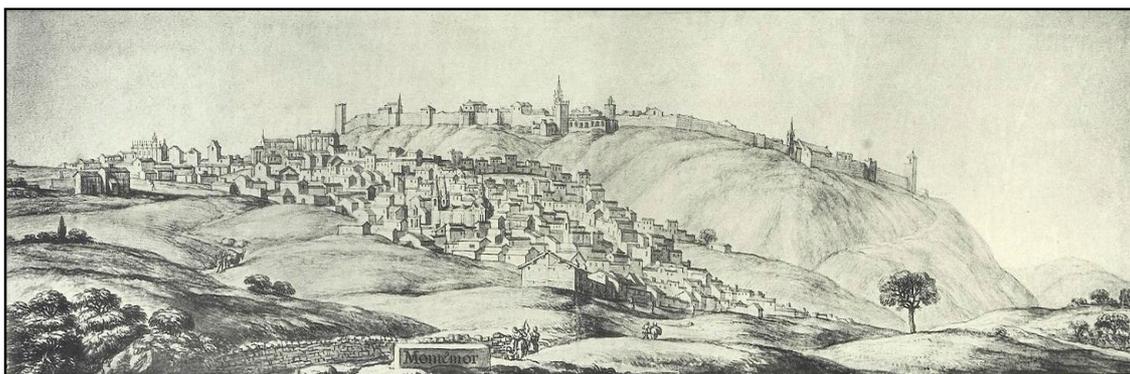


Figura 4 - Pintura de Montemor-o-Novo, na Viagem de Cósme de Medicis - <http://purl.pt/12926/1/P53.html> - Acesso em: 13/05/2011.

“Em 1239 era Montemór-o-Novo povoação de entrar em linha de conta com as principais do reino, como Lisboa, Évora, Santarém, Abrantes (...) Montemór em 1285 ou 1288 era povoação de acomodar comitivas numerosas (...)”³³. Ao longo da época medieval a vila foi-se desenvolvendo como um importante ponto de passagem e paragem, desenvolvendo não só o comércio como também muitas actividades que encontravam nele fácil escoamento. A população da vila cresceu muito rapidamente depois da sua fundação: “(...) Monte Mor o Novo pela sua posição he frequentado dos viajantes; as suas estradas verdadeiramente militares tem o seu principio na povoação, assim para a Capital do Reino, como para a Cidade de Elvas; são mui largas, por ellas se dirigem em cavallos de posto os Correios (...)”³⁴.

³³ António Alberto Banha de Andrade, “Estudos Históricos e Económicos sobre o Município de Montemor-o-Novo”, **Caderno de História de Montemor-o-Novo – Grupo de Amigos de Montemor-o-Novo**, Lisboa, 1873.

³⁴ Joaquim José Varela, **Memória Estatística a cerca da notável vila de Montemor-o-Novo**: Lisboa, Academia Real de Ciências, 1816.

Em 1384 o senhorio da vila é entregue a D. Nuno Álvares Pereira, como prémio pelos serviços prestados à causa nacional. Este transita em 1422 para a posse da Casa de Bragança, quando os direitos sobre a vila de Montemor são herdados por D. Fernando, neto do referido Condestável. Foi mais tarde doada ao filho deste, D. João, que tomou para si o título de Marquês de Montemor. Em 1483 o Marquês de Montemor cai em desgraçada, e com o seu banimento por parte do rei D. João II e o confisco dos seus bens e dignidades, a coroa retoma a posse da vila e do castelo. É então nomeado para o cargo de Alcaide-mor da vila Fernão Martins de Mascarenhas.

O Paço dos Alcaides continuou a ser ocupado pelos herdeiros de D. Fernão Martins Mascarenhas até ao atentado contra D. José I, em 1759, sendo então expropriado pela Coroa e abandonado. Mais tarde este edifício é alvo de pilhagens e entra em degradação devido ao abandono.

Para além de habitação dos alcaides-mores da cidade, o Paço dos Alcaides foi também o sítio onde se alojaram vários reis portugueses quando estiveram de passagem pela vila: D. Sancho I, D. Afonso IV, D. João I, D. Duarte, D. João II, D. Manuel e sobretudo D. Dinis. Aí se realizaram várias Cortes do Reino, em 1477, 1481-82 e 1495. Surgem associados a este espaço alguns importantes acontecimentos do reino de Portugal, como é o caso da decisão de D. Dinis de dotar o país de Estudos Gerais, “(...) estando este soberano em conselho nos paços de Montemor-o-Novo, no ano de 1288, nele se resolveu dotar o país com o Estudo Geral onde se ensinassem todas as Ciências(...)”³⁵, assim como a decisão de realizar a viagem de descobrimento do caminho marítimo para a Índia, “No mesmo palácio (...) nas Décadas da Índia, a solene investidura, dada pelo rei D. Manuel, em Janeiro de 1497, de Vasco da Gama, Paulo da Gama, seu irmão, Nicolau Coelho, Pêro de Alenquer, João de Coimbra e Pêro Escobar, como capitães e pilotos responsáveis pela navegação da esquadra de descobrimentos do Caminho Marítimo para a Índia (...)”³⁶.

No reinado de D. Manuel I assiste-se a um melhoramento das fortificações do país, orientado em particular para o reforço das linhas defensivas naturais de

³⁵ Túlio Espanca, “Fortificações de Montemor-o-Novo”, in **A cidade de Évora**, 1967, nº48, p. 147.

³⁶ Idem, p. 147.

entrada (incluindo a fronteira seca) e para defesa de Lisboa. O Alentejo foi a área prioritária de intervenção do monarca, incluindo nestas intervenções o Castelo de Montemor-o-Novo, nomeadamente beneficiando a zona defensiva das muralhas. É também este rei que em 1503 concede o segundo foral à vila de Montemor-o-Novo³⁷. Ainda neste reinado se iniciam as obras de construção do convento feminino, o Convento da Saudação, graças ao seu apoio.

Durante a Guerra da Restauração (1640-1668), o Castelo de Montemor-o-Novo teve um papel importante na defesa dos ataques castelhanos, sendo a vila assaltada em 1663. No ano seguinte o rei D. João IV determina o reforço das fortificações do castelo para que este consiga resistir às modernas técnicas utilizadas nestes ataques.

Pensa-se que já nos séculos XIII e XIV, a vila se desenvolvia para o exterior das muralhas do castelo, acentuando-se a partir do século XVI. Foram vários os monarcas que tentaram inverter essa tendência, proporcionando aos habitantes do interior da muralha diversos privilégios, como é exemplo no texto em anexo, onde se refere que *“(...)dizeis que todos os tres vereadores que são Bastião Alvarez, Symão Freire e Andre Diaz da Costa morão no arraballde que he comtra o privilegio da villa de que me enviastes o trelado da verba que nisso ffalla que diz que os vereadores sejam das pessoas quem morarem adentro da cerca da dita villa(...)”*³⁸.

No século XV encontramos registos que indicam que dentro da vila amuralhada ainda se mantinham os edifícios principais da vila, os paços do concelho, centro administrativo e a zona comercial. Neste contexto foram mesmo criadas medidas que não permitiam a criação de um mercado fora da zona amuralhada: o rei D. Fernando estabelecia privilégios para os moradores da cerca, e incluía a obrigação de que todos os que quisessem *mercadejar* o fizessem na praça intra-muros. Também as igrejas ainda se mantinham em funcionamento durante este século.

³⁷ Anexo 4, p. 137.

³⁸ Anexo 7, p. 146.

Só no século XVI surge o primeiro mercado fora das muralhas, este era feito junto delas, anexo à porta de Santarém. Surge talvez pela necessidade de espaço para a sua realização, a partir daí nota-se ainda mais a diminuição de importância enquanto centro urbano da zona intra-muros. “Em 1742 é feita a arrematação da obra da Almoçaria e Açougue do peixe na Praça Velha (...)”³⁹, passando também este para o exterior das muralhas.

É nesta altura que se dá a transferência das estruturas administrativas da vila intra-muros para o arrabalde, dando-se então o abandono quase total do castelo. Começam a surgir os primeiros documentos que se referem ao arrabalde como vila e a antiga vila amuralhada como Castelo. Em 1725, dá-se a transferência do Pelourinho que estava até aqui localizado no chamado Terreiro do Pelourinho,

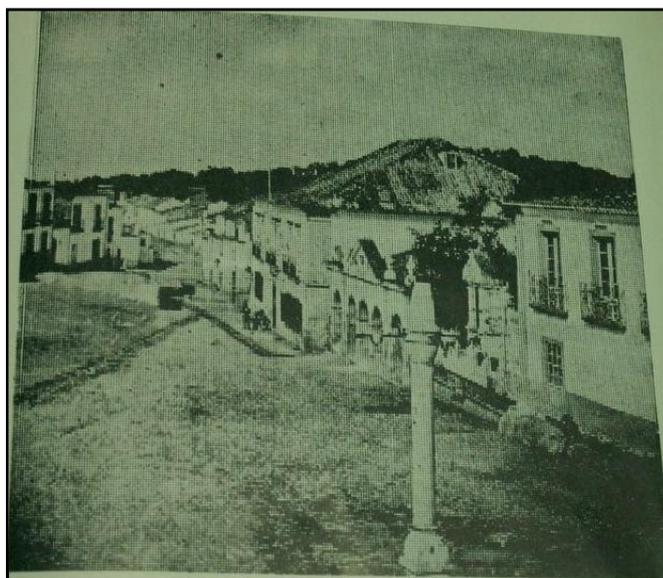


Figura 6 - Antigo edifício da Câmara Municipal e Pelourinho, século XIX
<http://photos1.blogger.com/img/123/4463/640/2.jpg>
Acesso em: 17/05/2011.

provavelmente na praça central onde se desenvolveriam a vida política e económica da vila. Nesta data é transferido para a Praça Velha, que era na altura a mais central do arrabalde, e mais tarde em 1749 é transferido para o Largo dos Paços do Concelho, onde já nessa altura funcionava a Câmara Municipal, onde esteve até ao século XIX. Encontra-se actualmente em parte incerta, desconhece-se quando foi tirado e para onde.

O castelo foi objecto de ataque pela última vez já no século XIX, durante a ocorrência das Invasões Francesas, quando já se encontrava em elevado estado de degradação, devido ao abandono e aos estragos acentuados após o grande terramoto de 1755.

³⁹ Jorge Fonseca – “A Vila intra-muros de Montemor-o-Novo”, in *Almansor* (1ª série), 1993, nº11, p.33.

A antiga vila intra-muros é então totalmente abandonada, ficando apenas instalado nela o Convento de Nossa Senhora da Saudação e a restante área do castelo é transformada em campos agrícolas e olivais, tendo sido dividido o espaço pela Câmara de Montemor-o-Novo e por vários proprietários, o que fez acelerar ainda mais a destruição das estruturas que ainda resistiam.

No início do século XX o Castelo de Montemor-o-Novo foi classificado como a Monumento Nacional, e nos finais deste século, nos anos 80, a Câmara de Montemor-o-Novo desenvolveu trabalhos de reaquisição dos vários terrenos do castelo, de forma a devolvê-lo à posse pública.

1.1. A propriedade e a tutela

O primeiro foral da vila foi-lhe dado em 1203 por D. Sancho I, sendo que D. João I entregou a vila como senhorio a D. Nuno Álvares Pereira como prémio dos serviços prestados ao reino, como acima apontámos. Mas em 1483 o senhorio da vila volta para a posse dos reis, sendo nomeado para a vila o alcaide-mor Fernão Martins



Figura 7 - Vista do Castelo de Montemor-o-Novo – <http://montemor-o-novo.blogspot.com>
– Acesso em: 19/01/2011.

Mascarenhas.

Como foi referido no capítulo anterior, o castelo no século XVIII já se encontra totalmente abandonado pela população que saiu para o arrabalde. Com o progressivo abandono e degradação do espaço, a Câmara de Montemor-o-Novo decide no século XIX dividir o terreno em talhões agrícolas e distribuí-los por vários proprietários.

O Castelo só em 1910 foi elevado à categoria de Monumento Nacional, sendo a partir daí que se verificam pela primeira vez a existência de obras de consolidação e conservação do castelo. Só nos anos 80 do século XX a Câmara de Montemor-o-Novo decide trazer novamente para a posse pública os diferentes talhões que tinha vendido anteriormente, estando esse processo ainda por concluir nos nossos dias, faltando ainda readquirir um dos talhões.

1.2. Intervenções realizadas no Castelo

O Castelo de Montemor-o-Novo ao longo dos séculos foi alvo de várias campanhas de obras, obras de ampliação numa primeira fase e obras de recuperação e consolidação numa segunda fase, durante o século XX. As primeiras obras de



Figura 8 - Paço dos alcaides e Igreja de S. Baptista – http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=7875 – Acesso em: 19/01/2011.

ampliação foram mandadas executar pelos reis portugueses, de que poderemos destacar aqui algumas das campanhas mais importantes.

As primeiras obras a serem realizadas, que merecem ser destacadas, pertencem ao reinado de D. Dinis. Acredita-se que todo o pano de muralhas que ainda encontramos hoje de pé em alguns troços terá sido obra deste reinado; segundo Túlio Espanca, terá sido uma obra realizada entre os anos de 1280-1310⁴⁰.

Outro dos reis que realizou mais intervenções no Castelo de Montemor-o-Novo, foi D. Manuel I. Durante o seu reinado mandou beneficiar as muralhas e

⁴⁰ Túlio Espanca – “Fortificações de Montemor-o-Novo”, in **A cidade de Évora**, 1967, nº48, p. 143.

também as entradas e as torres de defesa do castelo, para que dessa forma pudesse resistir às novas técnicas de guerra. Para além das obras na defesa durante este reinado foi também construído o Convento da Saudação, sendo em 1506 dada a autorização para o início das obras que são concluídas em 1512. Foi decisivo o apoio régio na sua fundação, tendo sido também D. Manuel I, o responsável pela escolha da regra do convento, dominicana. Para além deste convento, fez obras várias em igrejas dentro da vila amuralhada, como na Igreja de Nossa Senhora do Bispo.

Para além destas intervenções, temos também informações dos reparos que foram realizados nos muros que se encontravam destruídos e feitos novos trabalhos de fortificação, foram levantadas fortificações abaluartadas para permitir uma melhor defesa da cidade, no ano de 1662 no reinado de D. Afonso VI, é feita uma ordem régia para a reedificação do pano de muralhas, solicitada pelo concelho de Montemor-o-Novo.

Em 1663 é nomeado o Conde de Vimioso como encarregado das obras nos muros da vila. Um ano mais tarde, temos ainda a informação que João Coutinho é nomeado como ajudante de engenheiros nestas obras. Em 1688 estas obras ainda estariam por terminar, tendo sido iniciadas até esta data as construções dos fossos e de revelins rudimentares em terra⁴¹.

Em 1910 o Castelo de Montemor-o-Novo passa a ser Monumento Nacional, como já dissemos acima, começando então pela primeira vez a ser alvo de obras de



Figura 9 e 10- Torre da Má Hora, antes e depois das intervenções nos anos 30 -40 – <http://www.monumentos.pt> – Acesso em: 17/05/2011.

⁴¹ Cronologia de intervenções - http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=7875 – Acesso em: 17/05/2011.

consolidação e conservação por parte da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN). Nesta altura o castelo já se encontrava totalmente abandonado e em grande ruína.

As primeiras obras que encontramos registos e que foram realizadas pela DGEMN datam do início do século XX, em 1929; a primeira obra terá beneficiado e reparado a torre



Figura 11 - Obras de substituição de telhados no Convento da Saudação, no Castelo de Montemor-o-Novo – <http://www.monumentos.pt> – Acesso em: 16/05/2011.

do Relógio, uma das mais importantes do castelo e símbolo da cidade. Já na década de 30 foram realizadas obras de conservação e mesmo reconstrução de alguns troços de muralha, a muralha norte, virada para a actual cidade, nestes mesmos anos foram ainda realizados trabalhos de remoção de entulhos e terras da vila amuralhada⁴².

É nesta década, com o Estado Novo que surge o conceito de valor concelhio, passando a Câmara Municipal a ser responsável pela protecção e vigilância deste património.

Já na década de 50 as obras de intervenção da DGEMN no castelo são principalmente viradas para o Convento da Saudação. Durante estes anos são reconstruídos os telhados que se encontravam em ruína, assim como são construídos elementos sustentadores, cintas de betão armado⁴³, obras que continuaram até à década de 60. Em 1961 são demolidos telhas e tectos sendo reconstruídos mais tarde; em 1962 são terminadas essas obras de reconstrução de telhados com madeiramentos novos e telhas e feita a impermeabilização da abóbada da igreja do convento, e

⁴² Anexo 9, p. 149.

⁴³ Cintas de betão armado, eram utilizadas para sustentar as terras e as paredes do convento, evitando o seu desmoronamento.

construídas novas cintas de travagem de alvenaria de tijolo em pilares sobre os telhados⁴⁴.

Durante a década de 60 para além das múltiplas obras realizadas no convento, são reparados também os troços de muralha em 1962, e em 1965 é reparado o relógio e são substituídos os sinos da Torre do Relógio. No final desta década são feitas novamente obras de consolidação da muralha do troço que vai da Porta da Vila até à Porta do Anjo, em 1968.

No que diz respeito à década de 70, estão registadas obras de beneficiação no troço de muralhas nos anos de 1970 e 78. Assim como a realização de obras na Torre do Relógio e no Convento da Saudação, neste último sendo feitas pinturas exteriores e reparação de telhados. Em 1979 são feitas obras de reparação e conservação da Igreja de S. João Baptista, obras onde foi encerrada a entrada da Sacristia, que permanece entaipada até aos nossos dias⁴⁵.

Na década de 80 é iniciado pela Câmara Municipal de Montemor-o-Novo o processo para reaquisição dos terrenos do Castelo. E são continuadas as obras por parte da DGEMN na Igreja de S. João Baptista assim como no Convento da Saudação, em 1981 são rebocadas várias paredes no convento assim como na referida igreja. Em 1982 começam novamente obras de recuperação e consolidação das muralhas, neste caso nos troços de muralha virados a nascente, obras também realizadas na porta desta banda, a muralha volta a ser intervencionada ainda nesta década em 1986. Nesta mesma década são realizadas importantes obras de consolidação da abóbada e parte superior da Torre do Anjo, e abóbada e paredes do Paço dos Alcaldes. É também durante esta década que se realizam as primeiras escavações arqueológicas no castelo, por Tatiana Resende, entre os anos de 1983-87⁴⁶.

Na década de 90, a 1 de Junho de 1992 o Castelo de Montemor-o-Novo passa a ser um imóvel afecto ao Instituto Português do Património, pelo Decreto-lei 10F/ 92. No início da década são também realizadas obras de limpeza e remoção de entulhos da Igreja de Santa Maria do Bispo. É nesta altura que são iniciadas as escavações

⁴⁴ Anexo 9, p. 149.

⁴⁵ Anexo 9, p. 149.

⁴⁶ Anexo 9, p. 149.

arqueológicas realizadas por Ana Gonçalves, entre os anos de 1992-93. Por fim, em 1997, o Convento da Saudação volta a sofrer obras de recuperação da sua cobertura por parte da DGEMN. Em 1998 são restauradas as caixilharias por parte da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo.

Já no século XXI, o castelo voltou a ser alvo de várias obras de conservação e



Figura 12 e 13 - Igreja de S. Tiago, antes e depois da recuperação, actual Centro Interpretativo do Castelo de Montemor-o-Novo - <http://www.monumentos.pt> – Acesso em: 10/05/2011.

recuperação. Em 2001 é instalada no castelo a Oficina de Arqueologia no Convento da Saudação, dando início as campanhas de escavações que se têm vindo a realizar todos os anos desde 2002. Mas ainda em 2001 são feitas algumas obras de salvaguarda na Torre da Má-Hora e da muralha adjacente por parte do IPPAR. Em 2002 na Igreja de Santa Maria do Bispo são retirados os muretes que obstruíam a entrada manuelina da igreja. É nesta década que são iniciadas as obras de recuperação da igreja de S. Tiago, sendo para além de todo o edifício, restauradas também as pinturas murais da igreja. Em 2007 é inaugurado o Centro Interpretativo do Castelo de Montemor-o-Novo neste mesmo espaço. Por fim, em 2009 são executadas obras de estabilização de alguns muros no Paço dos Alcaides⁴⁷.

⁴⁷ Anexo 9, p. 149.

2. Descrições e Imagens do castelo

O Castelo de Montemor-o-Novo segue o modelo de castelo tipicamente ibérico, inspirado na antiga alcáçova árabe, pertencendo a um rei e não a um senhorio feudal. Estes castelos eram “ (...) *um recinto fortificado, cercado de altas muralhas ameadas onde, de espaço a espaço, se erguem torreões ameados, alguns com funções específicas, localizada em posição estratégica e topograficamente propícia à resistência*”⁴⁸.

Tal como a maioria dos castelos ibéricos, também o Castelo de Montemor-o-Novo criou uma verdadeira cidadela ao seu redor, que acabou por ser cercada de muralhas por ele. Está implantado em posição altaneira tal como a maioria destes castelos, com o fim de facilmente poder dominar as vias de passagem importantes assim como perceber rapidamente qualquer possível ataque.

Muralha:

O Castelo de Montemor-o-Novo é um dos maiores castelos portugueses, possuindo uma muralha que se aproxima dos 1617 metros, segundo Túlio Espanca⁴⁹. A planta da muralha é sensivelmente de forma triangular, sendo a maior das linhas da muralha a que está virada a norte, junto ao arrabalde.

Quanto aos materiais de construção utilizados na sua execução, foram materiais originários da região. É de alvenaria agrupada feita em granito e xisto cristalino, que lhe conferia robustez e dureza, tornando-a resistente aos ataques que sofresse. Em relação à altura das muralhas, ela é desigual em toda a linha, devido aos declives do terreno, quanto à sua espessura esta é de 2,30 metros⁵⁰.

⁴⁸ Luís Miguel Correia - **Castelos em Portugal – Retrato do seu perfil arquitectónico [1509- 1949]**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010, p.379.

⁴⁹ Túlio Espanca – “Fortificações de Montemor-o-Novo”, in **A cidade de Évora**, 1967, nº48, p. 143.

⁵⁰ Idem, ibidem, p.143.

Tal como já referido, sendo este castelo um castelo ibérico, possuía um torreão a cortar o pano de muralhas, mas também dezanove cubelos semi-circulares⁵¹, e mais quatro portas que eram defendidas por altas torres. Toda a malha de muralha teria merlões⁵² do tipo quadrangular, com seteiras vulgares semelhantes à da maioria dos castelos medievais portugueses. Actualmente, só conseguimos encontrar esses merlões no troço junto à Torre do Relógio, onde sofreu intervenções nos anos de 1950 por parte dos Monumentos Nacionais. Hoje em dia a muralha do castelo que ainda subsiste é aquela que está virada para a cidade de Montemor-o-Novo,



Figura 14 - Muralha e escadaria do Castelo
(Ana Abelha – 2011)

estendendo-se desde a Torre do Anjo até à Torre da Má Hora;

quanto à restante muralha, na zona Leste e Sul do castelo, perdeu-se quase na sua totalidade, restando dela pequenos troços. Esta foi-se perdendo em vários desmoronamentos e também através da mão do homem que terá arrancado intencionalmente dela pedra, incluindo materiais da Porta de Évora destruindo-a também. Este fenómeno acontece sobretudo a partir do século XVIII, para utilização em construções no arrabalde. Na muralha que subsiste, o lanço principal já referido conserva-se fechado e protegido por onze torreões cilíndricos e redutos quinhentistas adossados à muralha⁵³.

No que se refere à muralha que se estende do lado ocidental, entre a Torre do Anjo e o Paço dos Alcaldes, esta deveria ser de grande altura, devido principalmente às condições do terreno que assim impunham que fosse. Segundo Túlio Espanca esta não terá sido protegida por torreões, como prova o texto do padre Pedro do Vale, que faz a sua descrição das muralhas da vila desta forma: “ *Por entre as quatro torres em*

⁵¹ Os cubelos são estruturas na muralha que começam a surgir ao longo do século XIV – MONTEIRO, João Gouveia, **Os Castelos Portugueses dos finais da Idade Média**, Edições Colibri, Lisboa, 1999.

⁵² Merlões – Parte saliente do parapeito de uma fortificação entre duas seteiras ou ameias.

⁵³ Túlio Espanca – “Fortificações de Montemor-o-Novo”, in **A cidade de Évora**, 1967, nº48, p. 143.

*espaços e distancias competentes se achão arruinados aos muros huns meyo torriões, com suas ameas, que não excedem à altura dos proprios muros, que enchem ao numero de vinte não tendo algum desde a porta do Anjo pela parte do Sul até a porta de Evora; mas desta parte tem huma contra muralha da altura de huma vara athe as ameas e por dentro destas as vigias para a sua defeza”.*⁵⁴ Possuiria então uma “(...) *barbacã de altura de uma vara até às ameias, aberta por seteiras de vigia*”⁵⁵. Desta muralha apenas subsistem alguns trechos de muralha fragmentada em três bocados de estrutura medieval.

Portas da Vila intra-muros de Montemor-o-Novo:

Eram quatro as portas que davam acesso à antiga vila intra-muros de Montemor-o-Novo, a Porta do Sol ou de Santiago; a Porta da Vila ou de Santarém; a Porta do Anjo ou de Lisboa; e a Porta de Évora. Estas portas estabeleciam ligação à rede viária através de caminhos que se estendiam pela encosta do castelo. Todas estas portas possuíam ruas que atravessavam a urbe intra-muros até à zona central onde convergiam.

A **Porta do Sol ou de Santiago**, está localizada no pano de muralha virada para o arrabalde. Porta esta protegida por uma poderosa torre, designada popularmente por Torre da Má Hora. A porta é de arco redondo e aresta viva; esta portada é de diminutas dimensões e o seu acesso é feito através de uma rampa exterior, que será uma obra de uma época posterior⁵⁶. É junto desta porta que termina a muralha existente, com o seu desaparecimento em direcção à zona sul do Castelo.



Figura 15 - Porta do Sol ou de Santiago (Ana Abelha - 2011)

⁵⁴ Pedro Botelho do Vale – “Discrição da villa de Monte Mor o Novo...”, in **Almanson**, (1ª serie), nº3, 1985, p. 134.

⁵⁵ Túlio Espanca – “Fortificações de Montemor-o-Novo”, in **A cidade de Évora**, 1967, nº48, p. 146.

⁵⁶ Idem, *ibidem*, p.144.

A **Porta da Vila ou de Santarém**, está localizada junto à Torre do Relógio. Esta é a principal porta de entrada na vila, a que daria mais fácil acesso pela população do arrabalde à vila. A portada será obra do reinado de D. Dinis, feita a quando da fortificação da vila. É uma obra monumental de grande dimensão e solidez. Tem arco de meio ponto, constituído por aduelas⁵⁷ almofadadas, o material de construção da mesma é o granito.



Figura 16 - Porta da Vila ou de Santarém (Ana Abelha – 2011)

Esta porta teve mais tarde obras no reinado de D. Manuel, para ser adaptada à estratégia militar da altura, sendo aumentada a sua defesa com um revelim, perdido no século XIX⁵⁸.

A terceira porta, a **Porta do Anjo ou de Lisboa**, foi chamada também de Porta do Bispo no século XV, devido à proximidade desta à Igreja de Nossa Senhora do Bispo. Esta terá sido também a segunda porta mais importante de acesso a vila intra-muros através do arrabalde. Esta porta está localizada no troço poente da muralha. A actual porta, possui um arco de volta perfeita e aduelas graníticas, como a anterior Porta da Vila, terá sido

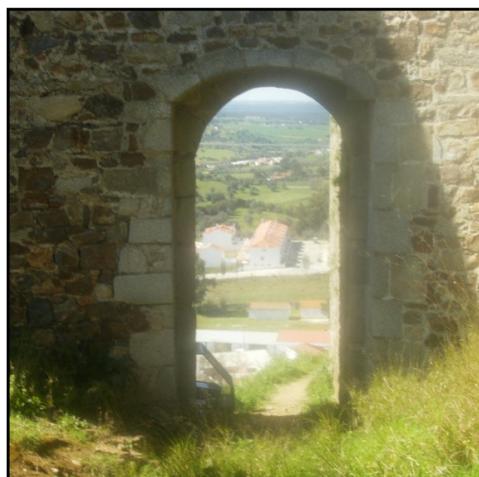


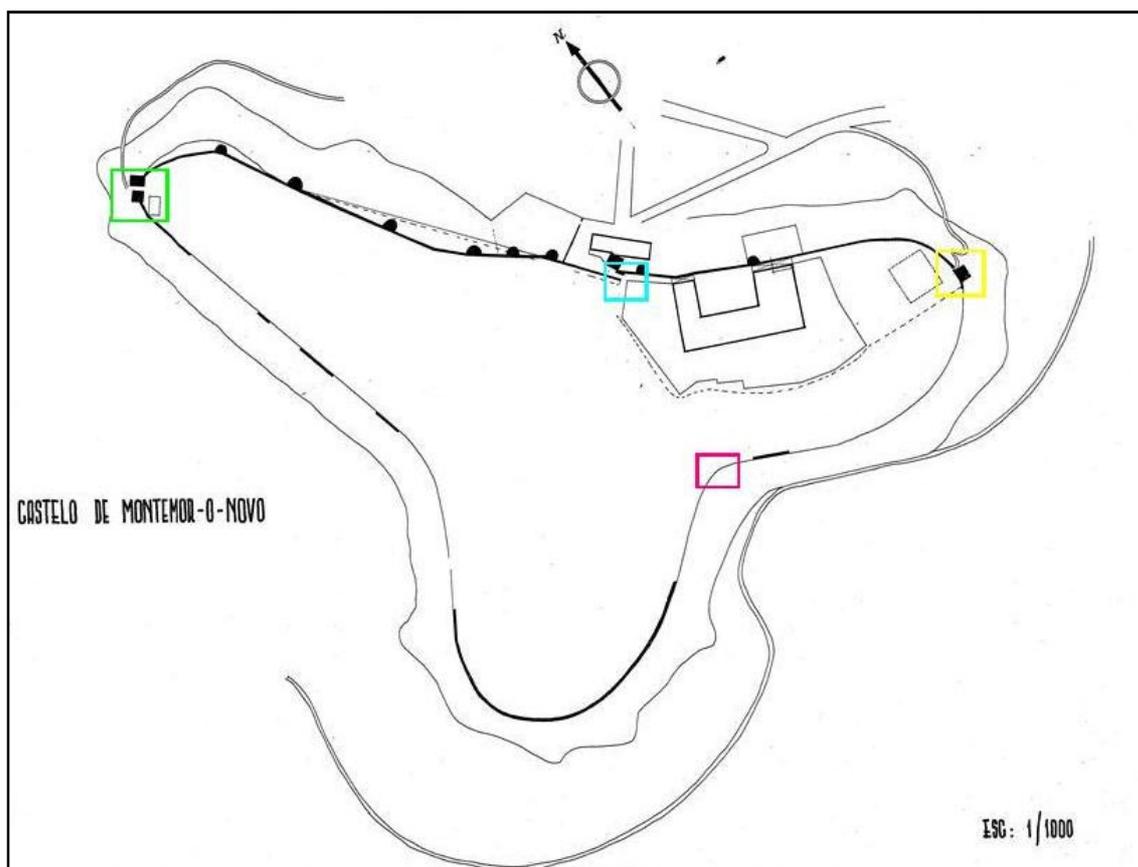
Figura 17 - Porta do Anjo ou de Lisboa (Ana Abelha – 2011)

também ela obra dionisiana, tendo sido beneficiada mais tarde no ano de 1777, como se consegue ler na cimalha exterior, pois ela terá sofrido estragos com o forte sismo de 1775⁵⁹.

⁵⁷ Aduelas – zona curva de um arco, colocada em sentido radial, com face côncava para o interior e convexa para o exterior.

⁵⁸ Túlio Espanca – “Fortificações de Montemor-o-Novo”, **A cidade de Évora**, 1967, nº48, p. 144.

⁵⁹ Idem, ibidem, p. 146



- Porta do Anjo ou de Lisboa – Torre do Anjo
- Porta da Vila ou de Santarém – Torre do Relógio
- Porta de Santiago ou Porta do Sol – Torre da Má Hora
- Porta de Évora (desaparecida)

Figura 18 – (Ana Abelha – 2011)

A **Porta de Évora**, estabeleceria a ligação com esta mesma cidade que lhe dá o nome, estando localizada no troço sudeste da muralha. Esta porta, assim como o torreão que a defenderia desapareceram completamente, não restando vestígios para indicar a localização exacta da mesma. Não conseguimos saber em que altura terá desaparecido completamente, a única informação que encontramos é que já no ano de 1816 ela se encontrava muito arruinada. A sua destruição terá acontecido a quando da passagem da população para o arrabalde com o reaproveitamento dos materiais.

Por fim, surgem informações da existência de uma outra porta, a Porta Nova em 1609; segundo Jorge Fonseca esta parece ter-se situado entre as portas de Évora e a de S. Tiago, pois na data referida as freiras do Convento da Saudação terão desistido

da posse que lhe fora dada pela câmara da “*rua que vaj da porta nova pera a porta da Igreja do Convento*”⁶⁰.

Torres do Castelo de Montemor-o-Novo

O Castelo de Montemor-o-Novo tem várias torres, que tinham como função principal a defesa das portas de entrada na vila.

A primeira das torres é a denominada **Torre do Relógio**, esta torre encontra-se a proteger a mais importante das portas de entrada da vila, Porta da Vila ou de Santarém. Esta é uma imponente torre de planta quadrangular, tem altura de vinte metros, sem incluir o campanil. O acesso a esta mesma torre é feito também através da muralha a partir do adarve. A torre possui uma porta gótica e escadas vulgares.



Figura 19 - Torre do Relógio
(Ana Abelha – 2011)

No terraço da torre possui ameias de formato piramidais e um campanário. Este campanário é cingido por pequenas torres cónicas, angulares e agulhadas com aberturas de arcos góticos, destinadas à localização do sino. Esta abertura é ornamentada por frisos com merlões chanfrados, muito pouco comuns nas construções desse tempo⁶¹.

Nesta torre está colocado o sino de bronze fundido e rachado, com a data de 1777. Mas são também conhecidos outros sinos que estiveram nessa torre, que foram o Sino das Horas em 1605 e o Sino dos Quartos em 1684, todos eles fabricados no mesmo material que o primeiro⁶². No que se refere ao relógio que dá o nome à torre, a caixa do relógio acede-se através do adarve, com uma entrada ogival de pedra. Possui

⁶⁰ Jorge Fonseca – “A Vila Intra-Muros de Montemor-o-Novo - contributo para o seu estudo”, in **Almanson**, (1ª Série), nº 11, 1993, p. 34.

⁶¹ Idem, p. 144.

⁶² Sinos - <http://gam.blogs.sapo.pt/arquivo/746931.html> - Acesso em: 15/03/2011.

um mostrador em mármore, e numa tabela cúbica que possui o cronograma: 1789⁶³. O primitivo relógio, talvez fosse apenas ainda um relógio de sol, mas segundo Túlio Espanca já existiria no ano de 1499⁶⁴.

A Torre da **Má Hora** foi designada popularmente desta forma desde tempos indeterminados. Acerca desta existe uma lenda contada pela população de Montemor-o-Novo. A lenda conta que quando o rei D. Afonso Henriques se encontrava cercar Montemor, na altura vila moura, um mouro esqueceu-se de trancar aquela porta, e o exército aproveitou essa oportunidade para entrar e tomar a vila. O nome vem então da



Figura 20 - Torre da Má Hora
(Ana Abelha – 2011)

má-hora em que esse mouro se esqueceu da porta aberta. Mas também foi designada como torre de

Menagem e do Solar. Esta foi construída para defender uma importante entrada na vila, a Porta de Santiago ou Porta do Sol. É uma poderosa torre de planta quadrangular, destacando-se da muralha pela sua altura. Esta foi construída com grossa alvenaria e cunhais graníticos trabalhados, onde ainda podemos encontrar algumas siglas medievais. No topo da torre possui ameias de estilo gótico, piramidais. Chega-se até esta torre através da muralha, muralha esta que é interrompida na zona da torre⁶⁵.

A terceira torre, a **Torre do Anjo**, esta encontra-se localizada junto à porta do mesmo nome. Junto desta torre existia uma outra torre que ajudava a proteger a mesma porta. Assim também como as anteriores, estas duas torres terão sido obra do reinado de D. Dinis. A torre do Anjo possui formato quadrangular e assente num robusto bloco de rocha. A torre era a mais alta das duas, terá sido dado esse nome a

⁶³ Túlio Espanca – “Fortificações de Montemor-o-Novo”, in **A cidade de Évora**, 1967, nº48, p. 145.

⁶⁴ Idem – **Inventário Artístico de Portugal – distrito de Évora, zona norte**. Lisboa: ed. Academia nacional de belas artes, 1975, p.279.

⁶⁵ Idem – “Fortificações de Montemor-o-Novo”, in **A cidade de Évora**, 1967, nº48, p. 144.

dita torre devido ao cata-vento que subsiste no topo do telhado de quatro águas, que possuía a figura de um anjo em ferro.

Esta torre tal como as anteriores é construída em alvenaria, possuindo uma abóbada cuneiforme. Tem também três janelas de vergas e jambas de granito⁶⁶. O terraço da entrada exterior é apoiado numa gigante arcada cega que actualmente já se encontra desmoronado. Esta porta possuía também um vão de lintel e arranque do arco que através do adarve permitia a ligação à casa de recreio dos Condes de Santa Cruz.



Figura 21 - Torre do Anjo
(Ana Abelha – 2011)

No que respeita à outra torre que se encontrava também junto à já referida Porta do Anjo, esta do lado ocidental defendia a Cisterna

que se encontra perto da porta. Esta torre também de alvenaria e de planta quadrangular, com a mesma base de blocos de rocha como a anterior, foi também obra do reinado de D. Dinis.

O Paço dos Alcaides

O Paço está localizado no monte maior de todo o espaço, orientado para o sul, já existiria provavelmente na época muçulmana e continuou após a conquista cristã, fazendo parte da antiga alcáçova; terá sido nele que os reis se alojaram aquando das estadias e passagens por esta vila. O edifício parece ter sofrido obras mais tarde aquando da instalação neste



Figura 22 - Paço dos Alcaides
(Ana Abelha – 2011)

espaço de D. João, o Marques de Montemor, obras mandadas fazer por este.

⁶⁶ Idem, p. 145.

Mais tarde o palácio volta para as mãos do rei, sendo nomeados alcaides-mores que continuaram a residir neste espaço até 1759, aquando do atentado contra D. José I, que incriminou também os herdeiros e descendentes de D. Fernão Martins Mascarenhas. Este acontecimento terá levado ao abandono completo do espaço, condenando o Paço dos Alcaides à ruína.

Do espaço do Palácio são poucos os elementos que subsistiram. Túlio Espanca identifica de forma geral este espaço como tendo uma forma aproximadamente rectangular sendo a sua frontaria virada ao oriente, e esta seria protegida por duas torres redondas que ainda subsistem no local. No ângulo sul teria possivelmente outras duas torres semelhantes⁶⁷. Quanto ao

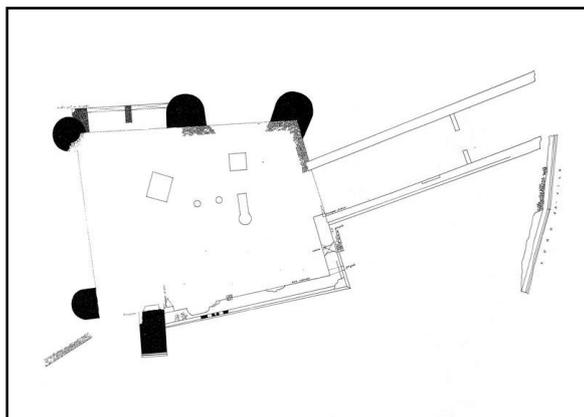


Figura 23 - Planta do Paço dos Alcaides – <http://www.monumentos.pt> – Acesso em: 09/03/2011.

ângulo norte, este teria uma torre de planta quadrada, muito estreita que poderia ser possivelmente a torre de menagem. As torres de menagem surgem nos castelos Portugueses com o advento do castelo românico, em meados do século XII, não existia nos velhos castelos⁶⁸. Este é um dos elementos que demonstra que o palácio sofreu algumas obras de beneficiação como já tinha sido anteriormente referido.

Na zona oeste do palácio, este possuiria uma cortina interrompida e com vestígios ameiados, protegido por um refúgio inclinado, de uma época mais tardia, do século XV e teria uma couraça de muros robustos e altos de alvenaria, que dava acesso directo ao exterior da muralha. Neste lado ainda se conseguem reconhecer antigas construções militares “cavaliças, telheiros e trem de guerra”⁶⁹.

⁶⁷ Idem, p. 148.

⁶⁸ João Gouveia Monteiro - **Os Castelos Portugueses dos finais da Idade Média**. Lisboa: Edições Colibri, 1999.

⁶⁹ Túlio Espanca – “Fortificações de Montemor-o-Novo”, in **A cidade de Évora**, 1967, nº48, p. 148.

No que respeita à fachada principal, não restam nenhuma ruínas, mas o cubelo possui duas janelas em arco conopial⁷⁰, interior coberto com abóbada de meia-laranja e remate de cornija polilobada, vergas e jambas de pedra. Junto a esta, na torrela, estava um oratório privado de D.

Fernão Martins Mascarenhas e de sua mulher, D. Maria de Lencastre, para o qual pediram licença ao arcebispo da diocese para que fosse nele dita missa⁷¹. A frontaria terá sido demolida, na parte virada a norte, para evitar que caísse sobre a igreja de S. João Baptista, devido ao avançado estado de ruína do edifício.



Figura 24 - Paço dos Alcaides, pano subsistente
(Ana Abelha – 2011)

O único pano construído que subsistente do edifício do Paço dos

Alcaides encontra-se na parte sul, ladeado por dois cubelos da época de construção dionisiana, no qual faltam os coroamentos. Seria composto por dois pisos, com janelas mutiladas sem cantaria. Esta parede apoia-se em arcos geminados de volta redonda, divididos por pilares graníticos. Do espaço ainda se mantém o local onde se organizaria o pátio do palácio, que estaria dotado de cisterna, que ainda está presente no local.

⁷⁰ Arco duplo com entalhe na chave, tendo por isso um ponto para cima. Embora de aparência gótica, é um arco amplamente utilizado durante os séculos XIV e XV na arquitectura gótica tardia.

⁷¹ Jorge Fonseca – “A Vila Intra-Muros de Montemor-o-Novo - contributo para o seu estudo”, in **Almansor**, (1ªSérie), nº 11, 1993, p. 37.

Igrejas do Castelo de Montemor-o-Novo

Igreja de São João Baptista

A Igreja de São João Baptista encontra-se no interior do castelo de Montemor-o-Novo, junto ao Paço dos Alcaides. Esta foi em tempos sede da paróquia mais pequena do interior da vila amuralha, paróquia do mesmo nome da referida igreja, que deveria ocupar, *grosso modo* o espaço da antiga alcáçova muçulmana.

Não se sabe exactamente qual terá sido a data de fundação desta igreja, sabemos apenas que esta já existia instituída em 1302. Esta igreja ascende à categoria de mestre-escolada, sendo o seu primeiro mestre-escola Afonso Anes, também mestre da Sé de Évora⁷². Esta paróquia só é extinta já no século XVIII, isto ficou a dever-se à cada vez maior desertificação do castelo, sendo integrada na primeira metade do século XIX à freguesia de Nossa Senhora do Bispo.

Surgem várias informações de alguns autores que apontariam uma origem islâmica para esta igreja, não só devido ao seu formato, com a sua cúpula, como também ao facto de se encontrar tão próxima da antiga alcáçova, o Paço dos Alcaides. Mas esta mesma informação é desmentida no texto de Gonçalo Lopes que afasta a hipótese de se tratar de uma antiga *qubba* islâmica, visto esta estrutura



Figura 25- Elemento visigótico, igreja S. João Baptista
(Ana Abelha – 2011)

não possuir a regularidade geométrica muçulmana, e a sua cúpula ser uma obra dos finais do século XVII. Refere ainda que a cobertura anterior da igreja deveria ser feita

⁷² Joaquim José Varela - **Memórias Estatística acerca da notável vila de Montemor-o-Novo**. Lisboa: Academia Real de Ciências, 1816.

por um telhado de três águas, muito semelhante a outras igrejas da região da mesma época⁷³.

Por outro lado, para além desta questão referida, surge também um elemento decorativo da Igreja de São João Baptista que aponta para uma possível época de construção anterior à islâmica. Sobre a porta do alçado sul encontra-se embutida na construção da igreja uma peça. Na área visível da peça esta possui decoração ondulante com volutas ou espirais. Esta parece indicar encontrar-se ainda *in situ*, que poderá representar uma origem visigótica da igreja⁷⁴.

Túlio Espanca descreve esta igreja da seguinte forma: “*S. João, exemplar gótico muito curioso, de abside cupular hemisférico e arco-sólios tumulares, exteriores, em cuja fachada principal ainda se observam restos da cortina ameiada e friso de esgrafitos de inspiração muçulmana*”.⁷⁵

Esta Igreja tem uma planta que se manteve praticamente inalterada desde o século XV, senão mesmo desde o século XIII. Esta é constituída essencialmente por quatro elementos distintos, a nave, capela-mor, sacristia e capela primitiva.

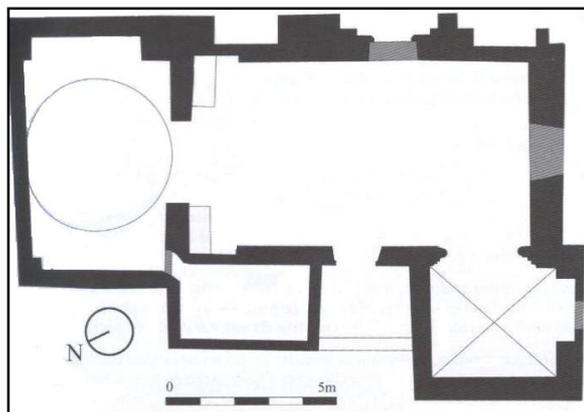


Figura 26 - Planta da Igreja de S. João Baptista - Gonçalo Lopes - A Igreja de S. João Baptista de Montemor-o-Novo: uma arqueologia do monumento, in **Almanson**, nº6, 2007.

A nave possui um comprimento de 10 metros e é coberto por uma abóbada de berço em tijolo. Tem revestimento de telhado de duas águas que se adapta ao formato da abóbada. No ponto nordeste da nave, possui um arco de volta perfeita, ladeado por dois altares que se encontram nesta altura bastante destruídos. Tanto a porta de entrada na fachada principal, como a porta do alçado sudoeste estão entaipadas. Não conseguimos saber qual seria o aspecto original da fachada principal da igreja na Idade Média, hoje esta é marcada

⁷³ Gonçalo Lopes – “A Igreja de S. João Baptista de Montemor-o-Novo: uma arqueologia do monumento”, in **Almanson** (2ª série), nº6, 2007, p.77.

⁷⁴ Maria Manuela dos Santos Pereira – “Vestígios de época visigótica no concelho de Montemor-o-Novo”, in **Almanson** (2ª série), nº6, 2007, p.10.

⁷⁵ Túlio Espanca – “Evocação Histórica e Artística de Montemor-o-Novo”, in **Almanson** (1ª série) nº1, 1983, p.52.

somente por uma pequena janela de cantaria de granito rectangular⁷⁶. É no alçado sudeste da igreja que conseguimos melhor identificar as suas características medievais, com um campanário⁷⁷, onde se encontra o antigo portal sudoeste, com arco quebrado, que está encaixado outro arco de menores dimensões. Nesta mesma fachada estão dois arcos tumulares de construção mais recente que o portal, ambos de arco quebrado.

A capela-mor apresenta uma planta irregular, trapezoidal, com uma altura até ao topo de 9,05 metros. A sua cobertura consiste numa cúpula hemisférica que termina num pequeno lanternim de 4 óculos. A sua decoração seria feita através de rebocos mais

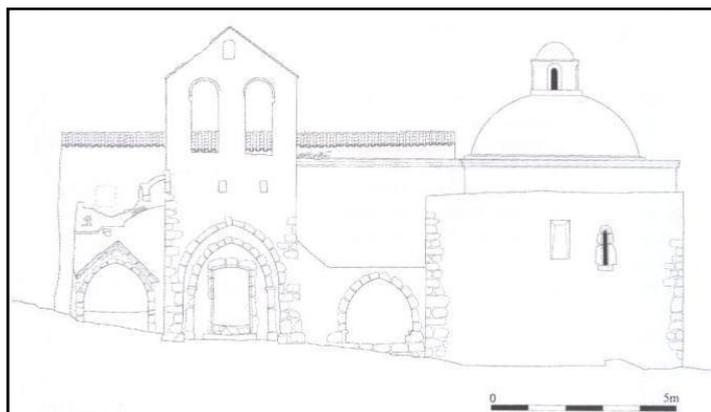


Figura 27 - Alçado Sudeste da Igreja de S. João Baptista – Gonçalo Lopes – A Igreja de S. João Baptista de Montemor-o-Novo: uma arqueologia do monumento, in *Almanson*, nº6, 2007

antigos que se encontram maioritariamente ocultos, estas eram pinturas parietais de tema vegetalista. No centro da capela-mor tem um nicho que albergaria a imagem do padroeiro, S. João Baptista⁷⁸. As pinturas não só da capela-mor, mas de toda a igreja são escassas e demonstram pouco interesse artístico, terão sido executadas possivelmente por um pintor local⁷⁹.

No que se refere á sacristia desta igreja, pouco sabemos sobre as suas características, pois as suas aberturas foram fechadas em 1979. Sabemos apenas que esta comunicava com a capela-mor através de uma pequena entrada. A construção da sacristia terá sido concretizada no século XVI.

⁷⁶ Gonçalo Lopes – “A Igreja de S. João Baptista de Montemor-o-Novo: uma arqueologia do monumento”, in *Almanson* (2ª série), nº6, 2007, p.62.

⁷⁷ Campanário ou espada, o autor Gonçalo Lopes, prefere considera-lo espadana devido as suas características físicas.

⁷⁸ Gonçalo Lopes – “A Igreja de S. João Baptista de Montemor-o-Novo: uma arqueologia do monumento”, in *Almanson* (2ª série), nº6, 2007, p.65.

⁷⁹ Nelson Santos – “Inventários da Pintura Mural Religiosa existente no Concelho de Montemor-o-Novo”, in *Almanson*, (2ªsérie), nº6, 2007, p.228.

Por fim, a Capela de Nossa Senhora do Rosário, esta pequena capela terá sido construída em meados do século XV, provavelmente para servir como estrutura funerária, nela encontramos o túmulo de Pedro Afonso Aguiar⁸⁰. A entrada para esta capela era feita através de um grande arco quebrado em alvenaria de tijolo. Apresenta uma planta quadrangular, com uma cobertura em abóbada de nervuras graníticas chanfradas⁸¹.

Igreja de São Tiago

No que diz respeito à antiga Igreja de S. Tiago, também não conseguimos defender com exactidão a data correcta de fundação da igreja. Sabemos que esta já existia no ano de 1302, como comenda da Ordem de Santiago⁸². Esta igreja encontra-se implantada no espaço intra-muros junto à muralha norte do Castelo de



Figura 28 - Igreja de S. Tiago
<http://www.monumentos.pt> – Acesso em: 17/05/2011.

Montemor-o-Novo. Foi durante muito tempo sede de paróquia, sabemos que em 1757 possuía um total de 63 fogos. Como grande parte dos edifícios do interior da vila de Montemor-o-Novo, também esta sofreu danos com o sismo de 1755, sofrendo danos principalmente no coro.

Como em todas as freguesias do interior da vila amuralhada, sofreu com a mudança da população para o arrabalde; no ano de 1828 os fogos já se contavam em apenas 40. Esta igreja manteve-se como paróquia até ao ano de 1845, passando a ser integrada à igreja de S. Vicente, no arrabalde. A igreja de S. Tiago permaneceu aberta ao culto até ao ano de 1863.

⁸⁰ Túlio Espanca - **Inventário artístico de Portugal – distrito de Évora, zona norte**. Lisboa: ed. Academia nacional de belas artes, 1975, p.290.

⁸¹ Gonçalo Lopes – “A Igreja de S. João Baptista de Montemor-o-Novo: uma arqueologia do monumento”, in **Almansor** (2ª série), nº6, 2007p.67.

⁸² Túlio Espanca - **Inventário artístico de Portugal – distrito de Évora, zona norte**. Lisboa: ed. Academia nacional de belas artes, 1975, p.286.

A frontaria desta igreja está virada a ocidente, possui uma porta simples, e um frontão triangular. Do lado esquerdo tem uma espadana com dois espaços vazios, sem quaisquer sinos e no topo um óculo sobrepujante.

Nas laterais surgem três capelas que se encaixam no corpo da igreja e nos botaréis. Possui apenas umas pequenas frestas góticas para o exterior por onde deixa entrar luminosidade. Na parede lateral sul da igreja encontra-se um pequeno santuário mais avançado, que possui cobertura de linhas radiadas. Nesta encontramos também um portal gótico de granito chanfrado, da época de fundação deste espaço.

Quanto ao interior possui uma nave ampla de quatro tramos de planta rectangular, com uma cobertura em abóbada artesoada, inclui o coro com cobertura de artesanado de aresta viva⁸³. A nave que encontramos hoje terá sido obra da reforma que a igreja sofreu nos meados do século XVI. Os alçados das naves estavam cobertos por pinturas murais com interpretação hagiográfica com características da Contra-reforma. Estas mesmas pinturas foram picadas no século XIX, encontrando-se hoje em muito mau estado. Possui ainda um baptistério com cobertura em forma de vieira⁸⁴.

Do lado direito da igreja encontramos duas capelas laterais com arcos emoldurados e apilastrados, sem qualquer retábulo. O santuário correspondente ao cruzeiro tem por nome Senhor das Chagas (Santo Cristo). Possui uma cúpula em formato de meia laranja totalmente coberto por pinturas de temas da paixão de Cristo. Embora parcialmente destruídas, ainda conseguimos identificar algumas cenas das pinturas das paredes, como a Coroação de Espinhos, a Crucificação com a Cruz, Flagelação e a Santa Face. A capela possui um interessante rodapé com esgrafitos a imitarem azulejos do tipo barroco de inícios do século XVII.⁸⁵ Do mesmo lado encontramos uma segunda capela, consagrada a Nossa Senhora da Boa Morte, de menor interior artístico e de construção posterior à primeira.

⁸³ Túlio Espanca - **Inventário artístico de Portugal – distrito de Évora, zona norte**. Lisboa: ed. Academia nacional de belas artes, 1975, p.286.

⁸⁴ Nelson Santos – “Inventários da Pintura Mural Religiosa existente no Concelho de Montemor-o-Novo”, in **Almanson**, (2ªserie), nº6, 2007, p. 229

⁸⁵ Túlio Espanca - **Inventário artístico de Portugal – distrito de Évora, zona norte**. Lisboa: ed. Academia nacional de belas artes, 1975, p.286.

Do lado oposto, temos a Capela de Nossa Senhora da Graça, dava acesso às escadas que subiam até ao púlpito. Possui um arco de entrada de volta perfeita, chanfrado. É planta quadrangular e uma abóbada de dois tramos nervurados que surgem de pequenas mísulas de pedra. A capela possui também ainda alguns restos visíveis de pinturas a fresco de assuntos do novo testamento⁸⁶.

No que diz respeito à capela-mor, é antecedida por um grandioso arco de volta perfeita, de alvenaria, ornamentado com pinturas setecentistas. Este possui uma abóbada de apenas um tramo, revestida por pinturas coloridas, é terminada com um pingente axial dourado. Segundo Túlio Espanca, nas paredes laterais conseguimos distinguir pinturas murais de diferentes épocas e estilos. Possui dois painéis laterais incompletos com figuração de santos, que segundo o autor do Inventário Artístico parece um deles representar a figura do padroeiro da igreja, S. Tiago⁸⁷.

Ao longo da realização das campanhas de restauro que ocorreram a quando da transformação do espaço em Centro Interpretativo, foram postas a descoberto novas pinturas pertencentes ao século XVIII.

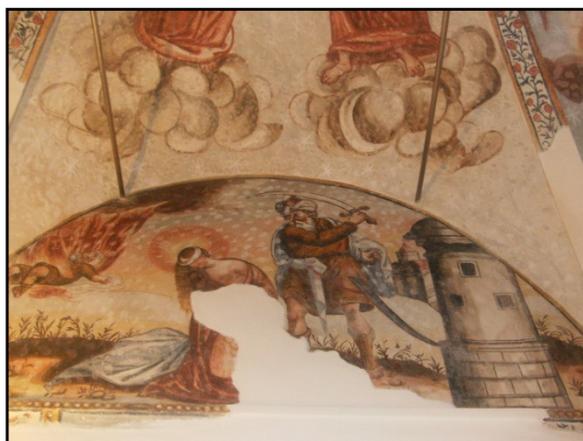


Figura 29 - Pintura parietal da Igreja de S. Tiago
(Ana Abelha - 2011)

Consegue-se perceber que a igreja teve duas camadas de revestimento pictórico diferentes. A primeira data do século XVII, onde se conseguem detectar cenas religiosas muito fragmentadas, muito colorias e com alguma qualidade artística. A segunda camada data do século XVIII, onde se destacam os vestígios de brutescos e outros elementos vegetalistas⁸⁸.

Durante muitos anos esta igreja funcionou como depósito de muitas peças arqueológicas e artísticas de diferentes proveniências do concelho de Montemor-o-Novo. Actualmente o edifício alberga o Centro Interpretativo do Castelo de Montemor-

⁸⁶ Ibidem.

⁸⁷ Idem, p.287

⁸⁸ Nelson Santos – “Inventários da Pintura Mural Religiosa existente no Concelho de Montemor-o-Novo”, in *Almanson*, (2ªserie), nº6, 2007, p. 229.

o-Novo, tendo sofrido muitas obras de recuperação e reabilitação para a adaptação ao posto informativo, incluindo o restauro das pinturas murais no ano de 2006. Em 2007 é inaugurado o Centro Interpretativo que ainda aí permanece.

Igreja Paroquial de Nossa Senhora do Bispo

Tal como nas anteriores igrejas descritas, também não conseguimos apontar a data correcta de fundação pois surgem diferentes opiniões. A época de construção será entre os séculos XIV e XVII⁸⁹, no entanto o primeiro documento que encontramos sobre a igreja de Nossa Senhora do Bispo



Figura 30 - Portada manuelina da Igreja de Nossa Senhora do Bispo (Ana Abelha - 2011)

demonstra que ela já existia no ano de 1316. Por outro lado o autor das

Memórias Estatísticas a cerca da notável vila de Montemor-o-Novo, indica que foi fundada em 1300 pelo Bispo diocesano de Évora. Segundo Joaquim José Varela, o seu nome ter-se-á devido ao facto de os dízimos pagos pertencerem ao Bispo Diocesano de Évora, enquanto as restantes igrejas da vila de Montemor-o-Novo pagava as suas rendas ao cabido desta cidade⁹⁰. Durante os séculos XIV até XVI, o Bispo possuía mesmo um paço na vila junto à igreja, com habitação e celeiro para recolha das rendas em géneros e estrebaria.

Da construção original da igreja, que se pensa ter sido de feições góticas, restam poucos vestígios para o atestar. Esta igreja foi alvo de várias campanhas de beneficiação ao longo dos anos, possivelmente devido às suas maiores dimensões, foi-se tornando ao longo dos tempos na igreja mais importante da vila. O corpo interior do

⁸⁹ Idem, p. 226.

⁹⁰ Joaquim José Varela - **Memórias Estatística acerca da notável vila de Montemor-o-Novo**. Lisboa: Academia Real de Ciências, 1816.

edifício atingia 27,50 metros de comprimento e 16 metros de largura total. A Igreja gótica sofreu três campanhas de obras de remodelação profundas.

As primeiras obras que temos registos são da terceira década do século XVI, estas terão sido realizadas porque a igreja se terá deteriorado ou se tornado demasiada pequena para servir o número de fregueses.

Actualmente das reformas quinhentistas da igreja conserva-se o grande portal de granito, que apresenta um arco deprimido rectilíneo, polilobulado, como seis rebitos adoçados a meias-colunas e remate trilobulado⁹¹, elementos particulares do final do período do Manuelino.

Esta foi ainda alvo de várias obras pela segunda vez durante o século XVII que fizeram dele o mais deslumbrante templo da vila. Foram construídas a capela da Confraria do Santíssimo Sacramento e o azulejamento da capela de S. Bartolomeu, entre outras obras de beneficiação. As últimas obras de que foi alvo foram iniciadas no ano de 1693 por D. Luís da Silva Teles, arcebispo de Évora, já aquando da deslocação da povoação para fora das muralhas, empreendeu obras no edifício. Estes trabalhos duraram até 1700 e abrangeram a consolidação e melhoria das estruturas arquitectónicas, a reforma da capela-mor, a ampliação e o saneamento do alpendre, e do adro anexo⁹².

As últimas obras que esta igreja foi alvo, datam do ano de 1796, ordenadas por D. Joaquim Xavier Botelho de Lima arcebispo de Évora entre 1784 e 10 de Abril de 1800, dia da sua morte. Estas obras foram feitas para colmatar os estragos causados no edifício pelo terramoto de 1755.

Só em 1843 a igreja como sede de paróquia, bem como o seu património móvel, são transferidos para o Convento de S. João de Deus; estas medidas contribuíram de forma gravosa para o abandono e ruína deste espaço, acabando o mesmo por desmoronar e ser transformado mais tarde em pedreira.

⁹¹ José António Falcão, “Acerca das obras de reconstrução da Igreja Matriz de Santa Maria do Bispo de Montemor-o-Novo, em 1693 e 1717”, in **Almanson**, (1ª série), nº8, 1990, p.137.

⁹² *Ibidem*.

Esta igreja era constituída por três naves e coro de época manuelina, possuindo no chão várias sepulturas medievais. A abóbada era de alvenaria e suportada por 14 colunas de pedra. Na nave lateral do Evangelho encontrava-se o único altar da igreja, dedicado a Santa Catarina. Deste mesmo lado, junto à entrada principal situava-se a capela baptismal, que segundo Túlio Espanca era *“toda composta de ornatos e de brutescos a fresco e de formosas grades de ferro forjado, igualmente pintadas com delicadeza (...)”*⁹³. Nesta zona situava-se também a capela dedicada a S. Jorge e posteriormente a Santo Cristo; era uma obra de arquitectura manuelina, que conserva neste momento um tramo de abóbada polinervurada.

Ainda subsiste a cabeceira, com capela-mor dedicada à devoção a Nossa Senhora do Ó, também conhecida por Nossa Senhora do Bispo. No século XVII a igreja estaria completamente decorada com pinturas a fresco de que ainda subsistem alguns vestígios⁹⁴.

No lado oposto situavam-se duas capelas, uma dedicada a Santo António e outra a S. Bartolomeu. Paralelamente à epístola, encontrava-se a Capela do Santíssimo Sacramento, que segundo Túlio Espanca sofreu obras durante os anos de 1658-62, e melhoramentos no ano de 1701. Esta capela encontrar-se-ia toda revistada a frescos, ainda subsistem vestígios de composições com elementos naturalistas com elementos florais e aves (grifos), assim como duas figuras negras, possivelmente oxidadas pela tinta⁹⁵. Deste mesmo lado encontrava-se a entrada para a sacristia⁹⁶. Da sacristia subsistem as ruínas das paredes-mestras, janelas e tecto de meio canhão. Da mesma sai uma entrada para o passal, que se perdeu na totalidade⁹⁷.

Da fachada principal, apenas subsiste o portal manuelino, quanto ao nártex, nada subsiste nesta altura para conseguirmos perceber as suas características. O pavimento do espaço está neste momento ocupado por oliveiras e ervas daninhas.

⁹³ Túlio Espanca - **Inventário artístico de Portugal – distrito de Évora, zona norte**. Lisboa: ed. Academia nacional de belas artes, 1975, p.354.

⁹⁴ Nelson Santos – “Inventários da Pintura Mural Religiosa existente no Concelho de Montemor-o-Novo”, in **Almanson**, (2ªserie), nº6, 2007, p.227.

⁹⁵ Idem, p.227.

⁹⁶ Túlio Espanca - **Inventário artístico de Portugal – distrito de Évora, zona norte**. Lisboa: ed. Academia nacional de belas artes, 1975, p. 354.

⁹⁷ Idem, p.355.

Quanto à cabeceira da igreja, a sua cobertura desmoronou com os efeitos do ciclone de 1941, são neste momento visíveis apenas alguns elementos da estrutura⁹⁸.

Igreja Paroquial de Santa Maria da Vila

Por fim, no que se refere à igreja de Santa Maria da Vila, segundo Túlio Espanca existem documentos que demonstram que esta já existiria no ano de 1214⁹⁹. Esta igreja foi mais tarde alvo de profundas obras de restauração no ano de 1239, no reinado de D. Sancho II, ordenadas por Domingues Paes. A esta igreja foi dado o nome de Santa Maria da Vila por esta ser a primeira a ser fundada depois da conquista cristã¹⁰⁰.

Para além desta designação teve ainda o nome de Nossa Senhora dos Milagre, Santa Maria do Foro ou ainda Santa Maria da Praça ou dos Açougues, esta última porque a igreja se encontrava na área central da vila, onde se desenvolviam as actividades económicas e administrativas, a câmara, a audiência, a cadeia e o açougue. Esta igreja foi durante muito tempo paróquia da vila, e na sua origem foi igreja Matriz da vila.

A igreja foi abandonada para o culto numa primeira fase, depois do terramoto de 1755, quando foi considerada incapaz para os serviços religiosos pelo visitador, António José Lucas de Andrade. Entre os anos de 1814 e 1830 a igreja entrou em completa ruína.

Neste momento não restam sequer vestígios das ruínas desta igreja; era apontado por vários autores, como Túlio Espanca, que a estrutura em forma de cogumelo seria o que restava da antiga Santa Maria da Vila. Mas após as escavações de Tatiana Resende de 1983 foi descoberto que estas ruínas pertencem a uma casa apalaçada, possivelmente os paços do concelho, devido às suas dimensões, datada do século XVI. Desta forma neste momento não conseguimos encontrar elementos que

⁹⁸ Ibidem.

⁹⁹ Idem, p.282.

¹⁰⁰ Joaquim José Varela - **Memórias Estatística acerca da notável vila de Montemor-o-Novo**. Lisboa: Academia Real de Ciências, 1816.

apontem a localização exacta da antiga igreja. As escavações realizadas nos últimos anos têm também como um dos objectivos principais encontrar vestígios desta igreja.

Convento de Nossa Senhora da Saudação

A fundação do Convento de Nossa Senhora da Saudação deve-se a D. Mécia de Moura, viúva de D. Nuno Castro, que doou algumas das suas casas no interior da vila amuralhada, na antiga paróquia de S. Tiago, para que aí se construísse um convento dominicano feminino. Uma das razões que terá levado D. Mécia a legar todos os seus bens ao convento, ter-se-á prendido com o facto de na altura já se encontrar viúva e a sua única filha, D. Maria ter falecido antes do seu testamento. No testamento da fundadora, que data de 1506, percebe-se que as obras do convento já tinha começado, segundo Jorge Fonseca, terão sido iniciadas ainda em 1502¹⁰¹. *“Declaro que mjnha entençam e contade he de se fazer hum moesteiro de freyras (...) em mjnhas cassas de morada que tenho na dicta vjlla (...) E pera jso lhes tenho já outorgadas e dotadas (...) e já em ellas he começado pera deus em ellas ser servjido (...)”*¹⁰². Foi a sua fundadora que pediu licença ao rei D. Manuel para a fundação monástica, licença que foi concedida em 16 de Maio de 1506. Este mesmo rei outorgou à comunidade um subsídio extraído das sisas da cidade de Évora, que foram cobradas até 1820¹⁰³.

Foi um convento sempre habitado por um grande número de religiosas; a sua última priora morreu em 1876, dando desta forma origem à ocupação do espaço pelo Estado. Mais tarde instalou-se neste local um “Asilo de Infância Desvalida” que aí permaneceu em funcionamento durante muitos anos.

Este convento é de arquitectura religiosa com influências manuelina, renascentista e maneirista. Possui uma planta rectangular irregular, com vários corpos adossados organizados em volta do claustro e do terreiro conventual, com um acentuado desnível de terreno.

¹⁰¹ Jorge Fonseca - “O Mosteiro de Nossa Senhora da Saudação de Montemor-o-Novo. Fundação e patrocínio régio”, in **A Cidade de Évora**, 2ª série, nº1, 1995, p. 400.

¹⁰² Idem, p.399.

¹⁰³ Túlio Espanca - **Inventário artístico de Portugal – distrito de Évora, zona norte**. Lisboa: ed. Academia nacional de belas artes, 1975, p. 302.

No piso térreo do convento encontramos a sul a Igreja e a Oeste e Este cisternas. A Igreja é composto por um coro baixo e um coro alto, nave, capela-mor e sacristia, assim como a cripta mandada construir pelo alcaide da vila, D. Fernão, que se encontra sob o coro baixo¹⁰⁴. A igreja possui uma nave rectangular com cobertura em abóbada de berço em alvenaria de estuque esgrafitado, figurando nela motivos geométricos. Tem pavimento de cerâmica no qual se inserem tampas de várias sepulturas; quanto aos alçados são todos eles completamente revestidos a azulejos de



Figura 33 - Altar-mor da Igreja do Convento da Saudação (Ana Abelha – 2006)

padrão policromo, branco, azul e amarelo. No alçado do lado direito encontra-se a porta principal que se encontra actualmente entaipada, uma pia de água benta de mármore rosa da qual apenas resta a bacia e parte do pé. No alçado do lado esquerdo, encontra-se a porta de acesso ao Coro-baixo e aos claustros, assim como o púlpito, do qual resta apenas a base, com acesso por uma porta simples e escadaria, também elas completamente revestidas a azulejos. Possui retábulos colaterais com talha dourada e policromada.

A anteceder a capela-mor possui um arco triunfal de volta perfeita totalmente revestida a azulejos; à capela-mor acede-se através de 3 degraus. Esta possui uma cobertura em abóbada de canhão, totalmente revestido de pinturas murais. Os alçados são também eles todos revestidos a azulejos, do lado direito com porta para a sacristia¹⁰⁵.

No primeiro piso térreo do claustro, a Sul encontra-se o coro alto da Igreja, a Este a capela de Nossa Senhora da Boa Morte, uma Sala abobadada, a Sala do Capítulo

¹⁰⁴ Jorge Fonseca - "O Mosteiro de Nossa Senhora da Saudação de Montemor-o-Novo. Fundação e patrocínio régio", in *A Cidade de Évora*, 2ª série, nº1, 1995, p. 407.

¹⁰⁵ Túlio Espanca - *Inventário artístico de Portugal – distrito de Évora, zona norte*. Lisboa: ed. Academia nacional de belas artes, 1975, p.307.

a priora como mais religiosas demonstraram à câmara da vila vontade de se construir uma enfermaria no convento, pedido acedido, iniciando-se então as obras¹⁰⁷.

No geral, Ana Lúcia Barbosa, autora do artigo “O mosteiro de Nossa Senhora da Saudação de Montemor-o-Novo: contributos para uma proposta de recuperação”, aponta duas características muito distintas neste convento. Por um lado o exterior é marcado pela austeridade típica da arquitectura religiosa alentejana, com paredes



Figura 35 - Frontaria e portaria do Convento da Saudação
(Ana Abelha – 2011)

caídas de branco. Mas por outro lado, os espaços interiores apresentam uma decoração riquíssima, com azulejaria de grande qualidade a forrar a igreja e muitas das salas do convento; com uma pintura mural de motivos religiosos em grande parte das paredes e ainda os seus altares cobertos de talha dourada¹⁰⁸.

Em 1951 o Convento foi considerado Monumento Nacional. Actualmente o Convento da Saudação encontra-se ocupado pelo núcleo do Espaço do Tempo, assim como é neste espaço onde se encontra o Gabinete da Oficina de Arqueologia do Castelo de Montemor-o-Novo.

¹⁰⁷ Jorge Fonseca - “O Mosteiro de Nossa Senhora da Saudação de Montemor-o-Novo. Fundação e patrocínio régio”, in **A Cidade de Évora**, 2ª série, nº1, 1995, p.405.

¹⁰⁸ Ana Lúcia Barbosa – “O mosteiro de Nossa Senhora da Saudação de Montemor-o-Novo: contributos para uma proposta de recuperação” **Conversas à volta dos Conventos**, Casa do Sul Editora, Évora.

3. A Câmara Municipal de Montemor-o-Novo e o Património Histórico e Cultural

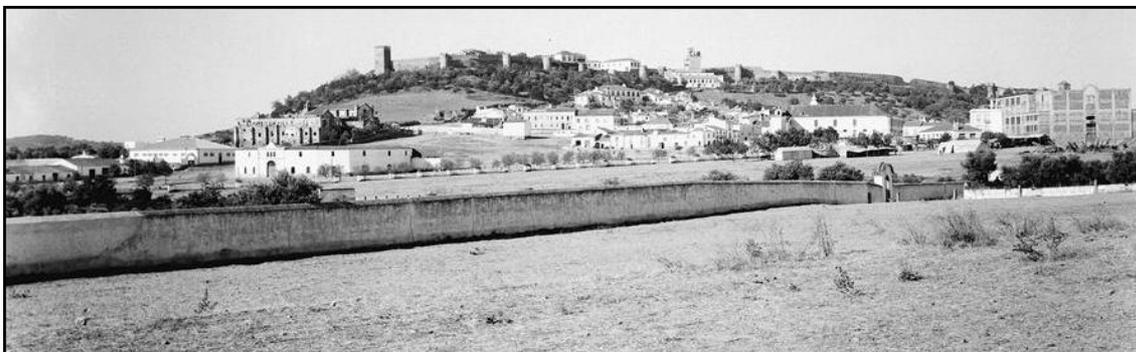


Figura 36 - Vista de Montemor-o-Novo nos anos 50, <http://www.monumentos.pt> – Acesso em: 17/05/2011.

Montemor-o-Novo está localizado na região centro do Alentejo, um dos maiores concelhos portugueses e fonte inesgotável de história.

Como a todos os municípios e regiões autónomas de Portugal, cabe a estes uma importante tarefa de participarem com o Estado na função fundamental de proteger e valorizar o património cultural do povo português. Todas estas entidades têm competências e atribuições comuns para trabalharem o seu património, sendo no entanto diferenciadas nas respectivas concretizações e sem prejuízo da discriminação das competências dos órgãos de cada tipo de entidade.

A Câmara Municipal de Montemor-o-Novo começou a mostrar interesse sobre o seu património desde cedo, no entanto, durante muitos anos, boa parte do património concelhio foi votado ao abandono, entrando muito dele em ruína ao longo dos anos, e possuindo alguns deles apenas pequenas obras esporádicas. Talvez por falta de fundos ou por falta de interesse ou colaboração entre entidades, durante muitos anos muito do património foi-se degradando, tanto no que se refere ao património imóvel como ao móvel.

Por outro lado, principalmente durante as últimas décadas assistimos a uma crescente preocupação com o património concelhio por parte da entidade municipal, talvez por uma maior sensibilização para o assunto. Prova disso é a elaboração do Plano Director Municipal onde é assinalada a necessidade de garantir a efectivação de grandes projectos na área da cultura e património, dando como exemplo o Convento

da Saudação e novamente a área do Castelo, a sua promoção na área do turismo, a preservação ambiental e arquitectónica e a melhoria das qualidades de vida urbana.

Exemplo disso é também a aquisição dos terrenos do interior do Castelo, que a autarquia iniciou na década de 80 e que ainda hoje não se encontra terminada. Podemos ainda destacar o apoio dado à realização das primeiras escavações arqueológicas realizadas no castelo, por Tatiana Resende, em 1983, estas foram totalmente financiadas pela Câmara Municipal.

É desta forma que surge também o total apoio dado a implementação do **Programa do Castelo**, com o objectivo de integrar este projecto num programa mais global que resulta de uma perspectiva integrada de desenvolvimento concelhio afirmada pela autarquia, na qual é articulado a promoção cultural e a promoção do tecido social e económico. Dentro do **Programa do Castelo** a autarquia tem uma tarefa também muito importante, de planeamento, programação, controlo de execução, avaliação e reajuste quando necessário na globalidade das intervenções do programa.

Para além disto não podemos esquecer o apoio dado pela Câmara Municipal em outras áreas do património e da cultura, podemos destacar ainda por exemplo as várias publicações criadas e apoiadas pela autarquia montemorense, como é exemplo a revista cultural *Almansor*.

Podemos perceber que a conservação do património histórico e cultural do concelho de Montemor-o-Novo ainda tem um longo caminho a percorrer, mas neste momento a autarquia encontra-se empenhada na realização destes e de novos projectos.

3.1 O Programa do Castelo

O **Programa do Castelo** é um projecto que reúne um conjunto de propósitos que se pretendem ver desenvolvidos em domínios diferenciados. Por essa razão previa-se que o projecto tivesse uma vigência limitada no tempo, mas no entanto com um período de longa duração.

Este projecto foi elaborado e aprovado pela Câmara Municipal de Montemor-o-Novo no final de 1996 e apresentado em Assembleia Municipal em 1997 como Programa de Recuperação e Revitalização do Castelo de Montemor-o-Novo, associado ao Plano de Salvaguarda do Centro Histórico. À autarquia de Montemor-o-Novo coube então a tarefa de planeamento, programação, controlo de execução, avaliação e reajuste da globalidade de intervenção do programa. No entanto todo o trabalho da Câmara será feito sempre em cooperação com o IPPAR, que dará o seu apoio técnico e acompanhamento.

O **Programa do Castelo** está pois englobado num plano mais ambicioso, num projecto necessariamente mais vasto de recuperação do património do centro histórico, com o plano específico do Castelo e a criação de um campo arqueológico integrado neste. Neste estão também integradas as acções de valorização dos núcleos antigos, com um projecto autónomo do telheiro da encosta do castelo e com iniciativas de recuperação do rio Almansor, que corre junto à encosta do castelo. Tudo isto para conseguir que a cidade desenvolva novas capacidades na sua identidade, qualidade de vida urbana, integração territorial e bases económicas, através das múltiplas acções de política de recuperação do património que podem obter assim novas unidades socioeconómicas¹⁰⁹. É objectivo do **Programa do Castelo** estar integrado num plano mais global, resultante de uma perspectiva integrada de desenvolvimento do concelho. Sendo desta forma o grande objectivo de trabalho do Programa a prevenção e revitalização do património cultural, arquitectónico, arqueológico e natural.

¹⁰⁹ Celino Silva – “Projecto de Programa de Trabalho para o Castelo”, in **Almansor**, Revista Cultural (2ª série), nº 4, 2005, p.275.

Os principais objectivos do Programa do Castelo num plano inicial prendem-se com:

- A Investigação Arqueológica e Histórica:

- A criação de uma equipa de trabalhos continuados, que, no que diz respeito a esta investigação passa pela necessidade de conhecimento do conjunto da malha urbana do Castelo, a sua morfologia, funções, estudo das ruínas e dos edifícios e achados. Com o objectivo de perspectivar uma conservação e restauro e uma futura reutilização dos mesmos¹¹⁰.

- A recuperação do Convento da Saudação como reforço do papel da cidade e da sua crescente integração em espaços mais vastos – O Centro Nacional de Artes Transdisciplinares:

“A intervenção no Convento passa por uma articulação com o conjunto do Castelo, quer numa perspectiva de integração paisagística (ordenamento geral do espaço, acessos e estacionamento, tratamento de percursos pedonais, delimitação de zonas de reserva arqueológica), quer de recuperação patrimonial (consolidação e valorização integrada de outras estruturas em particular torres e muralhas, bem como de outros edifícios ou ruínas)”¹¹¹.

- A cidade e o Castelo:

“E o programa de trabalho da Câmara que resulta da implementação do plano de salvaguarda do Centro Histórico, regulamento urbanístico específico, uma política de recuperação e revitalização de todo o património arquitectónico e paisagístico, a implementação do plano de circulação e trânsito, a classificação de imóveis, a animação cultural e reanimação económica que pode induzir, os programas e projectos de arranjo e reabilitação dos espaços livres, praças e largos, arruamentos, pavimentos, mobiliário urbano, sinalética da arquitectura e toponímia, arborizações, qualificação dos serviços urbanos, a intervenção sobre as questões da habitação, tudo

¹¹⁰ Idem, p. 286.

¹¹¹ Idem, p. 294.

isto impõe um salto qualitativo na gestão municipal, com reflexos positivos no programa do Castelo”¹¹².

- O Rio Almansor na sua relação com o Castelo:

“A importância do ponto de vista biológico, potencial recreativo, reserva importante de património genético e vegetal, constituem factores que justificam a recuperação e valorização do rio e das suas margens, como parte integrante do tecido urbano da cidade de Montemor”.¹¹³

O objectivo da recuperação do rio prende-se com a valorização dos recursos naturais, mas também com a revitalização do importante património que encontramos integrado neste espaço, recuperar moinhos, açudes e outras construções envolventes, os caminhos, pontes. Assim como seria necessário criar percursos, zonas de desporto, lazer e estudo arqueológico.

- Outros programas complementares:

O telheiro da encosta do Castelo; Actuação no domínio da Educação Ambiental; e a criação de um Parque de Escultura.

No que se refere em particular ao castelo este assume-se como um elemento fundamental que estrutura a imagem da cidade, e é um traço muito forte da sua identidade. E é ele um dos principais elementos trabalhados por este Programa, desta forma, dentro do interior da zona amuralhada e fora do Castelo de Montemor-o-Novo, podemos definir os planos principais de actuação por zonas:

- Zona de S. Tiago: realização de escavações e estudo das necrópoles, com o objectivo de perceber a evolução da igreja anterior para a estrutura actual, bem como o desenvolvimento do centro interpretativo.

- Zona de Santa Maria da Vila: realização de escavações para descoberta da antiga “praça velha” e centro administrativo da vila e da igreja do mesmo nome.

¹¹² Idem, p. 296.

¹¹³ Idem, p.298.

- Zona do Paço dos Alcaides e S. João Baptista: definição da linha de muralhas.

- Zona do eixo da “praça velha” com a igreja de Santa Maria do Bispo: estudo desta e das zonas mais elevadas, dos povoamentos mais antigos.

- Zona exterior à muralha: realização de investigações arqueológicas.

- Pretende-se também acompanhar obras de restauro, actuações múltiplas para salvamento, estudo e registo do património; efectuar um estudo arqueológico do rio no

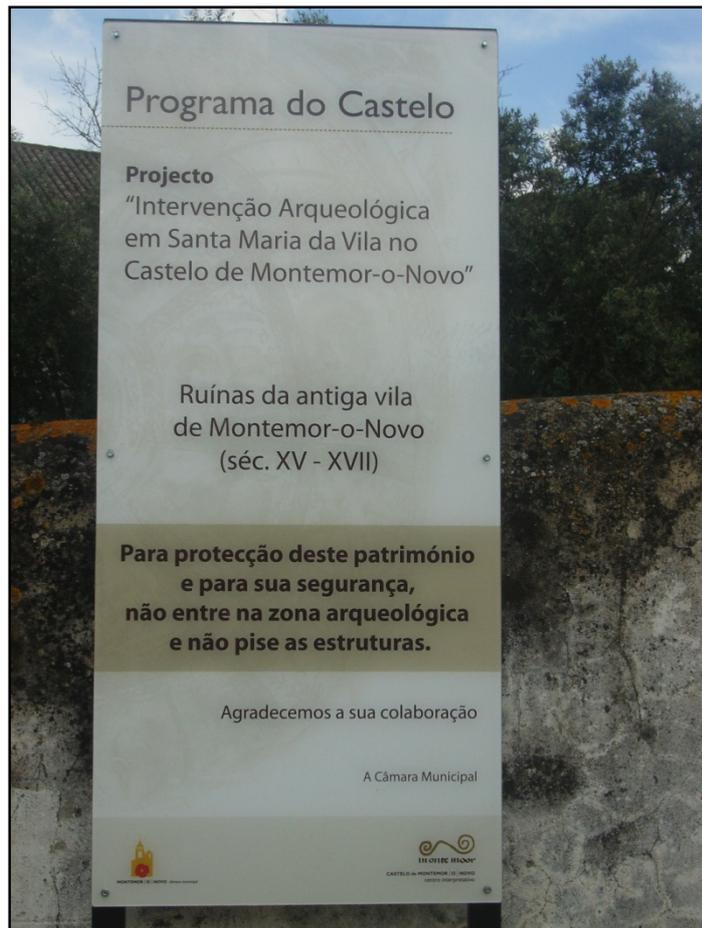


Figura 37 - Placa informativa do Programa do Castelo, junto às escavações de Santa Maria da Vila no Castelo de Montemor-o-Novo (Ana Abelha – 2011)

troço urbano e peri-urbano; proceder à elaboração de propostas de classificação ou protecção, criação de circuitos de visita, catálogos, roteiros, folhetos e exposições, assim como apoio a iniciativas de dinamização do espaço do Castelo.

3.1.1. Balanço dos trabalhos realizados

Desde que tiveram início os trabalhos do *Programa do Castelo*, em 2001, já muitos dos objectivos do projecto foram sendo alcançados ao longo dos anos de vigência do mesmo.

Em 2001 dá-se o início e a estruturação do gabinete de trabalho, e foi feita a instalação no Convento da Saudação da Oficina e Reserva de Arqueologia. Durante todo este ano de 2001 o Programa foi ocupado pela organização dos futuros trabalhos, sendo definidos os locais a escavação no interior do castelo, assim como também foi organizado e tratado o espólio recolhido nas escavações de anos anteriores, e foi iniciado um processo de informatização, cartografia, desenho e fotografia deste património¹¹⁴.

Durante os anos que se seguiram até ao presente, no que respeita aos trabalhos arqueológicos, foram executadas escavações todos os anos no interior do Castelo, em diferentes áreas do mesmo, para a compreensão da sua história e da forma como se organizava a antiga vila de Montemor-o-Novo.

Para além destas escavações, foram realizadas pelo *Programa do Castelo* outras sondagens arqueológicas de emergência em acompanhamento de obras que foram sendo realizadas em várias zonas do concelho.

Não podemos também esquecer o importante trabalho que vem sendo realizado em relação ao espólio através do seu tratamento, organização e registo. Desta forma, também todos os anos a equipa desenvolve trabalhos na organização do espólio recolhido, realizando trabalhos de manutenção e continuação da organização das reservas arqueológicas municipais. Podemos dar como exemplo os trabalhos desenvolvidos em 2009, de limpeza, conservação e restauro do espólio cerâmico das campanhas de escavações de 06/07/08/09/10¹¹⁵.

¹¹⁴ Programa do Castelo, **Relatório de Actividades 2001/2002**, Montemor-o-Novo, 2002.

¹¹⁵ Anexo 10, p.151 – 154.

Em relação aos trabalhos feitos por este Programa no restante património concelhio, podemos destacar alguns exemplos importantes:

- Em 2007 foi feita a limpeza de várias antas e de outro património do Concelho de Montemor-o-Novo. Ainda neste mesmo ano foi feito um acompanhamento por partes desta equipa às obras realizadas na Igreja de S. Francisco por parte da DASU, tendo aí identificado vários vestígios de necrópoles. No mesmo ano foi elaborado um relatório de visita ao património da Freguesia de Cortiçadas de Lavre, como forma de divulgação do mesmo¹¹⁶;

- Outro importante exemplo foi o Inventário dos Retábulos de Talha Dourada do Concelho de Montemor-o-Novo, terminado no ano de 2009.

- Já em 2010 foi criada uma plataforma informática com o objectivo de conter o “Inventário do Património Arquitectónico e Arqueológico do Concelho de Montemor-o-Novo”¹¹⁷.

Além destes trabalhos, têm vindo a ser feitos trabalhos de registos cartográficos, criação de bases de dados, produção de inventários, assim como a criação de uma carta arqueológica do concelho. Não podemos esquecer também o importante trabalho que tem vindo a ser desenvolvido em relação ao desenho arqueológico ao longo de todo o período em que foram executadas escavações no castelo; este desenho arqueológico prende-se com a realização de desenhos e tintagens das escavações arqueológicas e também do espólio arqueológico recolhido que se pretende vir a ser exposto.

Para além disto, o **Programa no Castelo** tem participado noutras eventos desenvolvidos pela Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, como é exemplo a participação no Projecto Montemor 2003, ou então a cooperação na realização da Feira Medieval realizada no castelo pela Câmara durante alguns anos.

Tem apostado igualmente no desenvolvimento de formas de divulgação do programa do património concelhio. Isto tem vindo a ser feito através de visitas guiadas

¹¹⁶ Programa do Castelo, **Relatório de Actividades**, Montemor-o-Novo, 2007.

¹¹⁷ Anexo 10, p.151 – 154.

e a criação de folhetos e brochuras informativas. É exemplo deste trabalho a proposta desenvolvida pelo Programa para a criação de um itinerário arqueológico que englobasse um percurso entre o castelo e o centro histórico, feito em 2002.

Para além destas formas de divulgação o Programa tem participado também na elaboração de artigos em publicações locais, nomeadamente na revista *Almanson*, que promovem não só o património, como também divulgam o trabalho que tem vindo a ser realizado por este grupo.

Outra forma de dar a conhecer o património foi através da organização do primeiro Itinerário Arqueológico no concelho. Para além disso, em 2003 foi realizado um projecto de filmagem da Oficina de Arqueologia, para dar a conhecer o trabalho que tem vindo a ser feito por parte do Programa no castelo¹¹⁸.

Para além destas formas de divulgação, também foram criadas exposições que dão a conhecer mais de perto ao público o seu trabalho, principalmente nas escavações arqueológicas. São exemplo as exposições de “ Um objecto, uma história, mês a mês”, feita durante alguns anos e que voltou a ser recriada com novas peças neste ano, 2011.

É importante também destacar os trabalhos em que o grupo do **Programa do Castelo** participou no que diz respeito às várias obras de melhoramento do espaço do Castelo que tinham sido propostos no projecto inicial do Programa. É exemplo disso a colocação de iluminação em vários panos de muralha e torres, trabalho este que foi acompanhado por esta equipa através da realização de sondagens. Outro exemplo importante foi o acompanhamento feito às obras realizadas na Igreja de S. Tiago, para a transformação deste espaço em Centro Interpretativo do Castelo. O mesmo foi inaugurado no ano de 2007. Foi o **Programa do Castelo** o responsável também, pela criação do catálogo de exposições do Centro Interpretativo¹¹⁹.

Também uma parte do projecto do deste Programa integra a reabilitação do Convento da Saudação. O **Programa do Castelo** tem acompanhado as obras de beneficiação em colaboração com o IPPAR, como no ano de 2008, com o

¹¹⁸ Programa do Castelo, **Relatório de Actividades**, Montemor-o-Novo, 2003.

¹¹⁹ Anexo 10, p.151 – 154.

acompanhamento feito às obras de colocação de coberturas no Convento de Nossa Senhora da Saudação. Assim como também podemos referir o acompanhamento e trabalho realizados no apoio à equipa do laboratório HERCULES, que se encontra a desenvolver no Coro baixo da igreja do Convento da Saudação trabalhos de recolha de pigmentos de tintas usadas na pintura mural deste, para que no futuro se possa pensar num trabalho de conservação e restauro das pinturas deste espaço.

O grupo do **Programa do Castelo** tem vindo a desenvolver ao longo dos anos relações de trabalho não só com outros organismos municipais da Câmara de Montemor-o-Novo como também tem colaborado com outras entidades externas. Exemplo disso é a aquisição de serviços à empresa Cromeleque, feita em 2010, para a realização de trabalhos de inventariação do património cultural¹²⁰. Mas para além destas, tem havido a colaboração com outras entidades, como a Câmara Municipal de Évora, o Museu Nacional de Arqueologia, a associação Emeritas ou o IGESPAR.

Por fim, para além de todo este trabalho, o **Programa do Castelo** tem apostado ao longo dos anos no trabalho de uma equipa pluridisciplinar. Por essa razão, desde o início do projecto tem acolhido a realização de estágios profissionais e curriculares em diferentes áreas (arqueologia, património, desenho), assim como tem prestado o seu auxílio na realização de vários trabalhos académicos, nomeadamente em cooperação com a Universidade de Évora, com a qual a Câmara Municipal estabeleceu um protocolo de colaboração, e no âmbito do qual se inscreve o presente trabalho.

Neste momento, o **Programa do Castelo** está na dependência directa do gabinete do Presidente da Câmara Municipal. A Coordenadora do Programa é a arqueóloga da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, Dr.ª Manuela Pereira (Licenciada em Arqueologia). Encontram-se a trabalhar no Gabinete de Arqueologia, durante a realização do nosso Estágio, a Dr.ª Hermínia Santos, (Licenciada em Artes), o Dr. Pedro Carpetudo (Licenciado em História – Património Cultural), o Dr. Nelson Santos (Licenciado em História – Património Cultural), o Dr. Carlos Carpetudo (Licenciado em História – Arqueologia) e a Dr.ª Ana Cravosa (Licenciada em História - Investigação).

¹²⁰ Programa do Castelo, **Relatório de Actividades**, Montemor-o-Novo, 2010.

Capítulo III

O Castelo de Montemor-o-Novo:
acompanhamento de trabalhos no terreno

Relatório - Exposição Semestral

Memórias de Monte Moor – Talhas

Foram planeadas por parte do **Programa do Castelo** duas exposições semestrais para o ano de 2011, intituladas *Memórias de Monte Moor*. A primeira exposição realizada durante o período de realização do estágio pertenceu à Talha. O objectivo principal que o **Programa do Castelo** pretende alcançar com a realização destas exposições é mostrar ao público e à cidade os trabalhos que têm vindo a ser desenvolvidos nas escavações realizadas no interior do Castelo.

Devido à excelente localização de Montemor-o-Novo, entre as terras do litoral e do interior, fazendo ligação a Évora e à fronteira, a localidade encontra-se numa importante encruzilhada de vias de comunicação que a tornaram desde cedo num importante ponto de passagem para Almoçreves. Desta forma, este fluxo de passagens favoreceu não só o desenvolvimento de actividades de apoio, como estalagens ou ferreiros, mas também ajudou ao desenvolvimento de actividades como por exemplo a olaria, pois o seu escoamento encontrava-se favorecido.

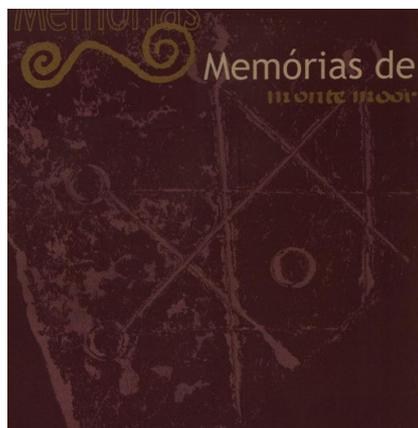


Figura 38 - Flyer da Exposição semestral - Talhas (Programa do Castelo - 2011)

Assim, no século XV, Montemor-o-Novo foi um dos mais importantes centros artesanais do Alentejo. Existia a referência acerca de uma antiga Rua dos Oleiros, onde viveriam vários oleiros: “(...) Em 1646 tinha casa nessa rua o oleiro António Jorge (...)”¹²¹. Este topónimo deverá ter tido uma origem quinhentista, pois como já referimos na altura a vila foi um importante centro produtivo. Existem referências a cerca de 8 oleiros em actividade no século XV no concelho de Montemor-o-Novo¹²².

¹²¹ Jorge Fonseca - “Toponímia e Urbanismo de Montemor-o-Novo”, in **Almorsor** (1ª série), nº14, 2000, pp.50 – 51.

¹²² Jorge Fonseca, **Montemor-o-Novo no século XV**, Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, 1998.

A olaria montemorense aparece referida na obra de Margarida Ribeiro através de uma referência de Duarte Nunes Leão, como sendo uma das mais importantes do reino à sua altura, “(...) que este cheiro lhes nam dam lugar, porque sam pucaros que nunca sam velhos como os de outras partes, E a razão he, que sam feitos de barro muito cheiroso, E amassados com muitas pedrinhas que parece que sam tantas as pedras com o barro: dos quaes quando querem usar, os roção primeiro com huma pedra, E assim descobrem outras pedras, E fica novo barro (...)”¹²³”.

Um das peças produzidas por estes oleiros eram as Talhas, de que temos alguns vestígios achados em escavação no castelo de Montemor patentes neste momento na exposição *Memórias de Monte Moor*.

A talha é um utensílio de cerâmica com original do Alentejo, região que continuou a produzir vasilhames em barro para líquidos como o vinho, enquanto o resto de Portugal começa a utilizar pipas de madeira.

Estas talhas podiam ter até dois metros de altura e uma capacidade de 2000 litros e pesar até cerca de 700 a 800 kg. Em baixo teriam um orifício onde se metia o pipo, e por cima eram cobertas com pele de cabra ou mesmo papel. Para além destas existem também talhas de mais reduzidas dimensões, como é o caso da que se encontra em exposição. Estas talhas mais pequenas, não possuíam



Figura 39 - Talha e tampa de talha em exposição no Centro Interpretativo do Castelo de Montemor-o-Novo (Ana Abelha – 2011)

¹²³ Margarida Ribeiro, “Olaria de uso doméstico na arquitectura conventual do século XVI”, *Cadernos de Etnologia*, Edição do Grupo dos Amigos de Montemor-o-Novo, 1984, p.54.

orifício com as anteriores, e eram usadas para conter azeite ou as azeitonas curtidas¹²⁴.

Segundo Orlando Ribeiro, a técnica de fazer as talhas era através de arcos sobrepostos, sendo o barro batido com uma palmatória e espalmado de encontro à mão. Quando os pedaços adquiriam alguma consistência, cortava-se o bordo delgado à volta, e começa-se então a aumentar a peça para cima. Para um melhor trabalho da peça, o autor indica que será necessária a utilização da roda na fase inicial da feitura do objecto¹²⁵.

Estas poderiam levar até cerca de um mês até enxugar, e só depois eram cuidadosamente colocadas num grande forno a cozer. Quando estava cozida era coberta por dentro com pês derretido, para tornar o barro impermeável.

Na sua obra, Margarida Ribeiro descreve ainda a pasta com que seriam feitas as talhas, a “(...) pasta grosseira e ferruginosa (...)” e o seu corpo como “ (...) ovóide de carena subida ou ligeiramente esferóide, pronunciado estrangulamento curvilíneo cuja linha inferior parabolóide desce demarcando uma base circular(...)”¹²⁶. Na mesma obra, a Autora refere ainda que quase todos os exemplares de talha encontrados, apresentam manchas negras, e na parte superior possuem uma superfície mais aderente, que parecem ser vestígios de calcário.

Não podemos esquecer também a influência de S. Pedro do Corval, o maior centro oleiro do país, onde encontramos também o registo de fabrico destas mesmas peças. Aqui foram feitas talhas com capacidade de conter até 2 mil litros de vinho, assim como também foram feitas peças mais pequenas destinadas principalmente a conter azeite.

A utilização das talhas no século XVI encontrava-se já muito difundida, sendo utilizadas para conter vários tipos de alimentos e líquidos. Oscilando em preço e tamanho, conforme as suas funções, “(...) Uma talha grande com seu testo não passará de vinte réis (...)” e “(...)Uma talha para lagar de azeite sendo bem feita e forte per

¹²⁴ Orlando Ribeiro, **Geografia e Civilização**, Livros Horizonte. p. 46-49.

¹²⁵ Ibidem.

¹²⁶ Margarida Ribeiro, “Olaria de uso doméstico na arquitectura conventual do século XVI”, **Cadernos de Etnologia**, Edição do Grupo dos Amigos de Montemor-o-Novo, 1984, p.58.

maior que seja levando até dezoito e vinte alqueires não passará de oitocentos réis (...)"¹²⁷.

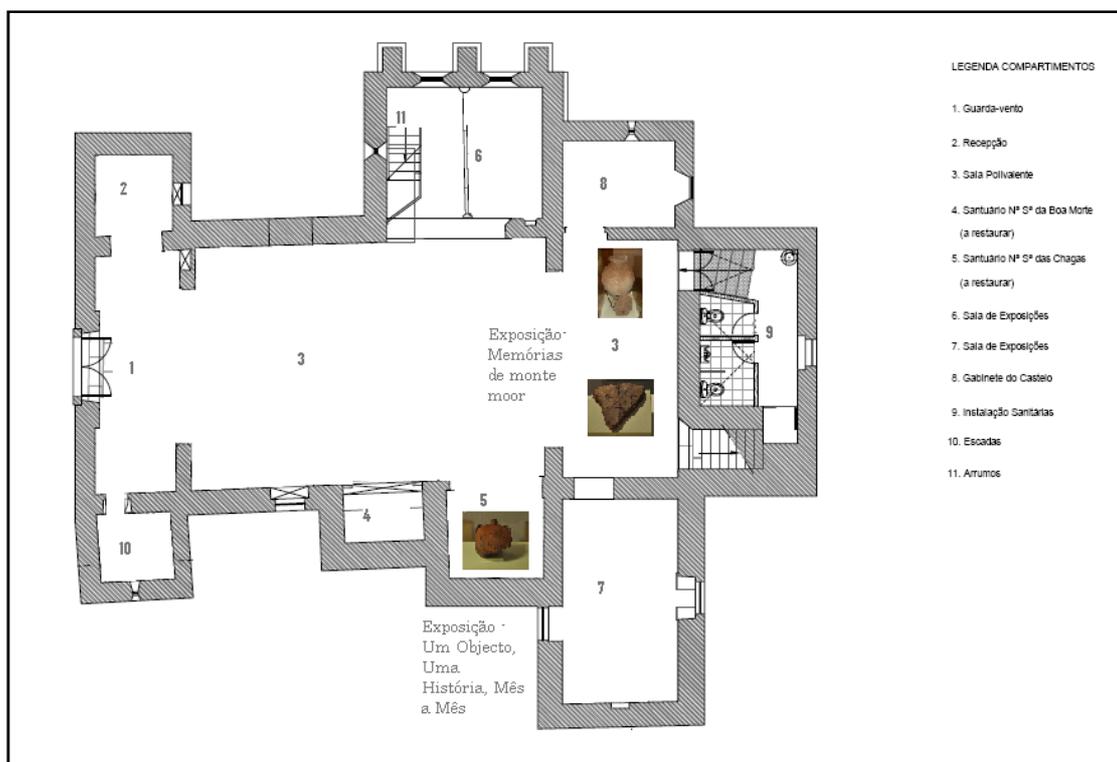


Figura 40 - Igreja de S. Tiago, organização das exposições Semestral e Mês a Mês – (G.T.L. – Gabinete do Centro Histórico – Câmara Municipal de Montemor-o-Novo)

Desta forma, as peças na exposição patente no Centro Interpretativo do Castelo de Montemor-o-Novo, organizada pela equipa do **Programa do Castelo**, pertencem às escavações realizadas entre os anos de 2005 e 2010, na zona pertencente a Santa Maria da Vila, por parte desta mesma equipa. Foram recolhidas no interior de um edifício que se pensa ter sido utilizado como taberna, lagar ou adegas. Como já foi referido, as talhas poderiam ter diversas dimensões e serviriam para armazenar alimentos líquidos e sólidos. Muitas das vezes estas talhas eram soterradas, tendo também desta forma a função e silo. A talha em exposição terá servido possivelmente para armazenamento de vinho. De referir também as marcas de oleiro que eram de uso frequente: os oleiros marcavam como um símbolo próprio identificador do autor. Esses símbolos variavam, mas eram colocados por norma em locais como o bordo e abaixo dele, e também no colo.

¹²⁷ Idem, p. 59.

No que respeita ao símbolo exposto, é um curioso octograma descoberto nas escavações de 2010, e é um fragmento de tampa de talha que teria aproximadamente 56cm de diâmetro. O símbolo consiste numa estrela de 8 pontas ou octograma, em cada uma das pontas da estrela foram gravados círculos, assim como no



Figura 41 - Fragmento de Tampa de Talha, com octograma, em exposição no Centro Interpretativo do Castelo de Montemor-o-Novo (Hermínia Santos – Programa do Castelo - 2011)

centro. Este símbolo é muito conhecido da simbologia apotropaica, que tinha como principal função proteger contra malefícios, o símbolo que aqui encontramos era muito utilizado nas talhas de vinho.

Relatório - Exposição temporária

2ª Edição 2011-2013

Uma História, Um objecto, Mês a Mês

As exposições de *Uma História, Um Objecto, Mês a Mês*, já tinham sido realizadas em anos anteriores, sendo esta uma segunda edição que pretendeu dar a conhecer à população e seus visitantes os objectos encontrados durante a realização das escavações no Castelo de Montemor-o-Novo, tornando-se exposições de leitura mais fácil para um público não especializado.

Numa primeira fase, durante o ano de 2011 estas exposições estarão patentes no Centro Interpretativo do Castelo de Montemor-o-Novo. Pretende-se depois que durante os anos de 2012 e 2013 estas exposições passem pelas diversas Freguesias do Concelho e também por vários locais, como Paços do Concelho, Biblioteca, Centro Juvenil e Piscinas.



Cantil

(Mês de Março)

O primeiro objecto a ser exposto no mês de Março, com exposição iniciada a 8 de Março de 2011, feriado municipal, foi o Cantil.

Este cantil é proveniente das escavações realizadas no Castelo de Montemor-o-Novo na Zona de Santa Maria da Vila. É feito em cerâmica e está datado do século XV, sendo o primeiro exemplar deste género encontrado até agora nas escavações.

O Cantil era utilizado largamente para transportar pequenas quantidades de líquidos, como água e vinho, transportado principalmente pelos viajantes, peregrinos ou pelos agricultores e pastores que os levavam com eles para o trabalho do campo. É um objecto que ainda nos nossos dias é utilizado com o mesmo destino, embora o cantil tenha mudado a sua configuração. O cantil era por norma um objecto de



Figura 42 - Cantil do século XV, em exposição no Centro Interpretativo do Castelo de Montemor-o-Novo (Hermínia Santos – Programa do Castelo - 2011)

reduzidas dimensões e de forma circular. Este possuía duas pequenas asas que facilitavam o transporte e que também permitiam a sua suspensão adequada. Tinham também uma pequena boca que permitia que se bebesse sem derramar o líquido.

Esta peça em exposição, datada do século XV, poderá possivelmente ser obra de um dos muitos oleiros que existiam na vila neste século, na sua obra, *Montemor-o-Novo no século XV*, Jorge Fonseca refere a existência de 8 oleiros em actividade neste século na vila montemorense¹²⁸. Não podemos deixar de referir que as olarias desta cidade eram consideradas umas das mais importantes da região do Alentejo, “(...) As Ollarias, ou fabricas de louça de barro forão outr’ora mui famosas; muitos escriptores Portuguezes fallão deste assumpto, apontando como celebres certos púcaros de beber agoa; os mesmos estrangeiros fazem menção das Ollarias como cousa digna de apreço (...)”¹²⁹.

No caso do Cantil exposto, é um exemplar com 21,9 centímetros de altura, de forma circular e com duas pequenas asas. No topo, esta forma é fechada por um pequeno bocal estreito, que não permitia o derramamento e desperdício de líquidos; a largura do bojo é de 16,8 centímetros. O cantil encontra-se fragmentado, existindo deste objecto apenas metade da peça.

¹²⁸ Jorge Fonseca, *Montemor-o-Novo no século XV*, Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, 1998.

¹²⁹ Teresa Fonseca, *Joaquim José Varela e a memória estatística acerca da notável vila de Montemor-o-Novo*, Lisboa, edições colibri, 1997, p.44.

Objectos de Jogo

(Mês de Abril)

Os jogos sempre ocuparam uma importante parte das actividades lúdicas desde as civilizações mais antigas. Os jogos de tabuleiro, ou mesmo o jogo do berlinde, ocupavam a população egípcia ou grega nos seus momentos de lazer.

Os objectos de jogo expostos na exposição *Uma História, Um objecto, mês a mês* do mês de Abril são berlindes, dados e também malhas de jogo encontrados nas escavações realizadas no Castelo de Montemor-o-Novo ao longo dos vários anos de trabalho da equipa de arqueologia do **Programa do Castelo**, coordenada pela arqueóloga Manuela Pereira.

No que respeita aos Dados, a sua história demonstra que estes já existiriam no Oriente tendo possivelmente uma origem asiática. *Jogar aos dados* é uma expressão mencionada no jogo indiano, o Rig-veda.¹³⁰ O material no qual era feito este objecto variava, surgem dados feitos em ossos de animais, marfim, madeira, metal e



Figura 43 - Dados feitos em osso, em exposição do Centro Interpretativo do Castelo de Montemor-o-Novo (Hermínia Santos – Programa do Castelo - 2011)

também pedra. Durante o Império Romano os dados eram chamados de “alae” e eram utilizados com objectos de jogos de azar e também como de adivinhação¹³¹. Os

¹³⁰ Dados, <http://www.ludomania.com.br/Tradicionais/dados.html> - Acesso em: 27/04/2011.

¹³¹ Robert H. Lowie, **An Introduction To Cultural Anthropology**, Masterson Press., 2007 p. 162.

romanos eram jogadores exímios, especialmente na era do luxo do Império Romano, jogar dados era mesmo o passatempo predilecto da elite na época.

Ao longo da história os dados foram assumindo várias formas e foram sendo feitos de vários materiais; os dados mais primitivos eram objectos tais como grãos e conchas. No caso dos dados em exposição foram todos eles feitos em ossos e nas seis faces encontram-se círculos que numeravam os dados, feitos de forma incisiva no objecto. Os dados expostos datam da época moderna (século XV – XVIII).



Figura 44 - Malhas de jogo, em exposição no Centro Interpretativo do Castelo de Montemor-o-Novo (Hermínia Santos - Programa do Castelo - 2011)

Outros dos objectos de jogo em exposição são as malhas de jogo. A estas surgem referências já no Império Romano, onde eram utilizadas como peças em vários jogos de tabuleiro. Um dos exemplos, é o jogo de gamão, conhecido pelos romanos como *Ludus Scriptorum Ducedecim* ou *Scripta XII*; este era um jogo de tabelas dos mais populares na época. Este nome traduz-se como Jogo das 12 marcas, referindo-se às três fileiras de 12 marcas de cada lado, sendo em tudo muito semelhante ao jogo do gamão moderno. Para além deste jogo, ainda eram usadas em jogos como o jogo do moinho, o jogo do soldado e o jogo das damas.

As malhas de jogo que foram expostas foram feitas através do reaproveitamento a partir de pedras e pedaços de cerâmica comum e faiança, moldados até terem a forma de malha pretendida. Estes objectos datam também eles do período moderno (século XV – XVIII).

Por fim, os últimos objectos de jogo expostos são os berlindes. Estes berlindes apresentados, tal como as malhas, foram também feitos através de reaproveitamentos de pedras (mármore) e de materiais cerâmicos, que tal como as anteriores foram modelados para adquirirem a forma de esferas.

A origem dos berlindes como objectos de actividades lúdicas não se consegue localizar correctamente no espaço e no tempo. Tal como já tinha sido referido para os dados, quanto aos berlindes a sua origem terá sido na Civilização do Vale do Indo, na Índia. Foram encontradas várias bolinhas de pedra, berlindes, em escavações perto de Mohenjo-dara.



Figura 45 - Berlindes, em exposição do Centro Interpretativo do Castelo de Montemor-o-Novo (Hermínia Santos – Programa do Castelo - 2011)

Para além disso, são frequentes também a existência de referências a este objectos na literatura romana, e há também muitos exemplos dessas peças de mármore no Antigo Egipto.

Quando à Grécia, o jogo era denominado de Tropa, e as crianças jogavam com castanhas e azeitonas, que atiravam para covas que faziam no chão, já os romanos foram adaptar o jogo, utilizando outras frutas, nozes e avelãs, que atiravam para dentro de vasos¹³².

¹³² Programa do Castelo, Flyer: **Um Objecto, Uma História, Mês a Mês – Objectos de Jogo**, Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, 2011.

Todos os jogos referidos e representados nesta exposição foram não só praticados na Antiguidade, como também na Idade Média, como é o caso dos objectos agora expostos. Para além disso a maioria destes jogos ainda nos nossos dias continuam a ser frequentemente praticados.

Todos estes objectos expostos foram encontrados nas escavações realizadas na zona intra-muros do Castelo de Montemor-o-Novo, os dados, os berlindes e as malhas de jogo foram todos encontrados na zona de Santa Maria da Vila ao longo das escavações realizadas no decorrer de vários anos de campanhas (2002 – 2010), sendo todos eles datados da época moderna (séculos XV-XVIII).

Pintadeiras de Pão

(Mês de Maio)

As *Pintadeiras de Pão* foram o tema da exposição mensal do mês de Maio. A escolha deste objecto para exposição neste mês prende-se com a realização do evento “VI Feira do Pão e da Doçaria” realizada em 8, 9 e 10 de Maio. A exposição esteve patente no Centro Interpretativo do Castelo, e no parque de exposições durante a realização da referida feira.

As pintadeiras de pão eram utilizadas sobretudo na Região Alentejana. A pintadeira servia para distinguir e adornar o pão e os bolos cozidos em fornos comunitários. Estes objectos foram utilizados principalmente durante os séculos XV a XVII¹³³.

Existiram pintadeiras feitas em diferentes materiais. Em madeira eram talhadas em um único pedaço e eram feitas por pastores que davam azo à sua habilidade artística. No caso das pintadeiras em exposição, são objectos feitos em cobre, com cerca de sete centímetros de comprimento.

As pintadeiras eram usadas principalmente para marcar o pão e bolos festivos em épocas como o Natal e a Páscoa. As formas das pintadeiras eram variáveis, assumindo padrões em particular no Alentejo interior.

O objectivo principal das pintadeiras era distinguir, como acima apontámos, a quem pertencia cada pão ou bolo, ou seja, desta forma, principalmente as famílias mais importantes, dispunham de um destes pequenos símbolos, distinguindo-se quando cozinhados em fornos conjuntos¹³⁴.

Foram poucos os investigadores que se debruçaram sobre o estudo das pintadeiras. Um dos estudiosos que publicou alguma informação foi, Abel Viana, que nas páginas que escreveu para a revista *O Archeólogo Português* faz uma classificação

¹³³ Pintadeiras de Pão, <http://www.montezo.eu/etno.html><http://www.montezo.eu/etno.html> / - Acesso em: 28/04/2011.

¹³⁴ *Idem*, Acesso em: 28/04/2011.

das pintadeiras de pão, pelo seu formato. Estas são então classificadas, como chavões, redondas, zoomórficas, cruciformes e outras formas (quadrados, losangos, etc.). Os motivos mais encontrados são os modelos redondos com uma Flor-de-Lis ou florões marcados¹³⁵.

Em exposição no Centro Interpretativo estiveram três pintadeiras de diferentes formas: um Chavão, uma de formato cruciforme e uma quadrada.

- O Chavão, a peça exposta, é um objecto claramente com formato de chave, e decorada com padrões vegetalistas.



Figura 46 - Pintadeira de Pão - Chavão - Em exposição no Centro Interpretativo do Castelo de Montemor-o-Novo (Hermínia Santos – Programa do Castelo - 2011)

- A pintadeira Cruciforme possui na extremidade superior o formato de cruz, e no formato inferior é marcada por uma malha quadriculada na base.



Figura 47 - Pintadeira de Pão - Cruciforme - Em exposição no Centro Interpretativo do Castelo de Montemor-o-Novo (Hermínia Santos – Programa do Castelo - 2011)

¹³⁵ Pintadeiras de Pão - <http://www.montezo.eu/pintad.html> - Acesso em: 23/04/2011.

- Quanto à pintadeira de formato quadrado, esta possui em cada face do quadrado um pequeno semi-círculo com uma flor-de-lis marcada, e ao centro encontra-se inserida uma pequena árvore da vida, onde se consegue ler “VICENTEX S FREI”. Na parte traseira desta encontra-se um pequeno círculo que serviria para segurar.



As peças expostas foram encontradas nas escavações no Castelo de Montemor-o-Novo na zona de Santa Maria da Vila, realizadas pela equipa de arqueologia do **Programa do Castelo**, coordenadas pela arqueóloga Manuela Pereira, durante os vários anos de campanhas (2002 – 2010).

Figura 48 - Pintadeira de Pão - Quadrado - Em exposição no Centro Interpretativo do Castelo de Montemor-o-Novo (Hermínia Santos – Programa do Castelo - 2011)

A realização de todas as exposições atingiu os objectivos a que se propunham: dar a conhecer o trabalho e o magnífico espólio recolhido aos visitantes e aos moradores de Montemor-o-Novo. No que nos diz respeito, esta primeira experiência com a realização de exposições permitiu-nos acompanhar a execução das mesmas, desde a escolha das peças até à montagem da exposição.

O Pelourinho de Lavre – acompanhamento dos trabalhos

A vila de *Lavar*, tem a sua origem no reinado de D. Dinis, rei que a mando povoar em 1304 e em seguida lhe concede o foral, no mesmo ano. Esta foi então retirada do concelho de Montemor-o-Novo, que até ai integrava, passando a ter para si o título de município. Mas o primeiro documento escrito que encontramos escrito sobre esta vila data de 1220, assinado pelo Rei D. Afonso II, onde este faz uma doação de uma herdade no termo da vila ao sei falcoeiro¹³⁶.



Figura 49 - Vista Geral da Vila de Lavre - http://www.anema.com.pt/Lavre_pt.htm - Acesso em: 05/05/2011.

Teve segundo foral, por D. Manuel em 13 de Janeiro de 1520. Durante o século XVI esta vila alcança o total de 400 habitantes, numero que sobe no século XVIII até 2000 habitantes, mas a partir de meados deste século, nota-se um acentuar da diminuição da população, que continua até meados do século XIX¹³⁷.

Só em 1836, Lavre volta a integrar o concelho de Montemor-o-Novo. Durante a sua história, a vila de Lavre esteve na posse da Coroa até 1430, ano em que é doada por D. João I, ao alemão Lamberto de Horques; no entanto esta posse estendeu-se apenas até 1437. Poucos anos mais tarde, em 1483 começa a ligação com a família

¹³⁶ Susana Carvalho, O “Castelo de Outeiro” ou “de Carrilhas” (Livre), Sondagens Arqueológicas, in **Almanson**, (2ª Série), nº 1, 2002, p.7.

¹³⁷ Jorge Veiga, "Principalidade de Livre", in **Almanson**, (2ª Série), nº 7, 2008, pp. 113-174.

Mascarenhas, os Alcaides de Montemor-o-Novo, passando estes a ser senhorios da vila de Lavre até 1759, quando regressa novamente a vila para a posse da Coroa¹³⁸.

A vila de Lavre foi uma das terras alentejanas que mais sofreu com o terramoto de 1755: a maioria dos seus edifícios teve danos irreversíveis. Túlio Espanca refere mesmo que o pelourinho da vila terá sido possivelmente destruído durante este terramoto¹³⁹.

O pelourinho era uma coluna de pedra colocada em local público de uma cidade ou vila. Os pelourinhos são símbolos de autonomia administrativa concelhia, dos direitos e dos deveres das povoações. Segundo Alexandre Herculano na sua *História de Portugal* (e



Figura 50 - Base do Pelourinho de Lavre (Nelson Santos – Programa do Castelo - 2011)

também Teófilo Braga) considera que a origem dos pelourinhos esta na *columna moenia* romana, que dava certos privilégios às localidades que as possuíam¹⁴⁰.

Os pelourinhos ocupam por norma um local privilegiado dentro das localidades, na maioria das vezes eram colocados junto aos Paços dos Concelhos, nas zonas administrativas das localidades. Estes monumentos são marcos representativos da história local e da tradição política portuguesa que é definida através das cartas de foral.

¹³⁸ Susana Carvalho, O “Castelo de Outeiro” ou “de Carrilhas” (Livre), Sondagens Arqueológicas, in **Almansor**, (2ª Série), nº 1, 2002, p.9.

¹³⁹ Túlio Espanca, **Inventário artístico de Portugal – distrito de Évora, zona norte**, Lisboa, ed. Academia nacional de belas artes, 1975, p.274-411.

¹⁴⁰ Pelourinho - <http://sernancelhe-vila.planetaclix.pt/Pelourinhos-Sernancelhe-13-11-20003-index.htm> - Acesso em: 03/05/2011.

A forma dos pelourinhos é comum, são pois compostos por um pilar, ou coluna de pedra, na base estavam colocados sobre um rectângulo que os colocava num nível mais elevado, alguns possuindo mesmo degraus. No topo era encimado por um capitel¹⁴¹, estes podiam então variar consoante o seu formato, estas diferenças são marcos da evolução de estilos, podemos encontrar influências desde o românico até ao neoclassicismo.

Depois de 1834 muitos dos pelourinhos portugueses foram destruídos e demolidos, pois para muitos simbolizavam a opressão e o despotismo¹⁴².

No caso do Pelourinho de Lavre não encontramos registos sobre quando terá sido construído, nem quando se terá dado a sua destruição. Actualmente o que encontramos deste monumento é a base onde estaria colocado e o corpo do pelourinho partido em diferentes bocados.



Figura 51 - Duas partes da coluna do Pelourinho de Lavre (Nelson Santos – Programa do Castelo - 2011)

A Junta de Freguesia de Lavre pediu apoio ao **Programa do Castelo** para que estes lhes pudessem fornecer mais informações sobre a história do mesmo, e também sobre possíveis formas e mesmo empresas que possam trabalhar com o pelourinho, voltando a erguê-lo novamente na vila. O **Programa do Castelo** forneceu todo o apoio, fornecendo informações sobre as empresas que possam trabalhar no levantamento do monumento. As empresas a serem contactadas propostas pelo Programa são:

¹⁴¹ Os diferentes capitéis trazem aos pelourinhos diferentes classificações, estas são: Pelourinho de gaiola; Pelourinho de roca; Pelourinho de pinha; Pelourinho de coluço; Pelourinhos de chaparasa; Pelourinhos de bola; Pelourinhos tipo bragançano; Pelourinhos extravagantes; (<http://serancelhe-vila.planetaclix.pt/Pelourinhos-Sernancelhe-13-11-20003-index.htm>) - Acesso em: 03/05/2011.

¹⁴² Pelourinho - <http://serancelhe-vila.planetaclix.pt/Pelourinhos-Sernancelhe-13-11-20003-0001.htm> - Acesso em: 04/05/2011.

- IntempArt – Conservação e Restauro¹⁴³;
- Ca.Co3, Conservação do Património Artístico, Lda;
- Empresa: Patrícia Mestre
- Empresa: Arlinda Ribeiro
- Compósito – Conservação e Restauro da Pedra, Lda.

Neste momento, em relação às obras do pelourinho de Lavre, o processo encontra-se à espera de continuidade por parte da Junta de Freguesia de Lavre devido a problemas orçamentais. Seria interessante a Junta procurar auxílio junto de mecenas da região que pudessem fornecer o apoio necessário para erguer novamente o pelourinho.

Esta experiência, para além de nos dar a conhecer os procedimentos a realizar em relação a este tipo particular de património, permitiu-nos ainda estabelecer contactos com empresas que trabalham na área da intervenção, conservação e restauro patrimoniais.

¹⁴³ Empresa que participou na recuperação da Fonte da Rua Nova, feita pela Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Bispo, e acompanhado pelo Programa do Castelo.

Semana da Água, da Árvore e da Poesia – acompanhamento dos trabalhos



Figura 52 - Crianças no Castelo de Montemor-o-Novo, na **Semana da Água, da Árvore e Poesia**, (Pedro Carpetudo – Programa do Castelo - 2011)

A Semana da Água, da Árvore e da Poesia, foi organizada por diferentes sectores da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo. Esta actividade foi toda ela realizada no interior da zona amuralhada do Castelo, na semana de 21 de Março a 25 de Março de 2011. Durante esta semana vieram até ao castelo crianças de todas as escolas primárias do concelho de Montemor-o-Novo.

Esta semana surge integrada no Ano Internacional da Floresta, que a Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU) declarou para o ano de 2011, como o objectivo de consciencializar a sociedade sobre a preservação da floresta para uma vida sustentável do planeta.

Durante toda a semana, as crianças puderam usufruir de vários ateliês dispersos pelo espaço do castelo. Neles as crianças puderam participar em actividades como:

- Desenho de Árvores;

- Plantação de Pinheiros;
- Visita ao Museu, com apresentação da exposição sobre *Aguadeiros*;
- Fabrico de briquetes com papel de jornal, serradura e água;
- Poesia e música;
- Visita pela Mata do Castelo, visualização de imagens de animais em vias de extinção.



Figura 53 - Fresco da Igreja de S. Pedro da Ribeira, Montemor-o-Novo. (Carlos Carpetudo e Pedro Carpetudo – Programa do Castelo - 2011)



Figura 54 - Pormenor de Fresco da Igreja de S. Pedro da Ribeira, Montemor-o-Novo. Mulheres a transportarem água. (Carlos Carpetudo e Pedro Carpetudo – Programa do Castelo - 2011)

No que diz respeito à participação do **Programa do Castelo** no decorrer desta semana, o Programa adjudicou o trabalho para esta semana, da Empresa de Carlos Carpetudo e Sira Camacho, que foram os responsáveis pela apresentação da exposição sobre *Aguadeiros*. Nesta apresentação foi mostrado às crianças o cantil exposto na exposição *Um Objecto, Uma História, Mês a Mês*, em exposição no mês de Março. Para além deste foi feita uma pequena apresentação expositiva onde se tentou explicar a importância da água, na vida do Homem e em particular da população de Montemor-o-Novo ao longo dos séculos. Deve destacar-se a apresentação de um importante fresco com representação alusiva aos antigos *Aguadeiros*, que está na Igreja de S. Pedro da Ribeira, em Montemor-o-Novo.

Temos de ter em conta que esta apresentação não foi muito extensa, e teve a presença de um conteúdo adaptado à idade das crianças que a ela assistiram.

No que respeita ao trabalho da restante equipa do **Programa do Castelo** esta ocupou-se



Figura 55 - Carlos Carpetudo e Sira Camacho, apresentação do Cantil na Exposição de *Um Objecto, Uma História, Mês a Mês*. Cantil. (Pedro Carpetudo – Programa do Castelo – 2011)

em dar auxílio a todas as escolas, guiando alunos e professores de ateliê para ateliê, permitindo desta forma uma mais fácil organização da actividade, tendo em conta as dimensões do Castelo e os problemas que daí poderiam advir.

A Semana da Água, da Árvore e da Poesia pode gabar-se de ter decorrido da melhor forma e ter sido uma importante fonte de actividade e aprendizagem para as crianças do concelho de Montemor-o-Novo. Esta experiência de trabalho integrado entre vários sectores da Câmara deu-nos a conhecer como se realizam estes eventos colaborativos e participar na sua realização, em que apoiámos na organização e execução de tarefas.

Limpeza da Torre do Relógio e instalação dos Dissuasores de Pombos – acompanhamento dos trabalhos

Um dos objectivos do *Programa do Castelo*, para valorizar o espaço do Castelo de Montemor-o-Novo durante o ano de 2011 diz respeito à abertura de duas torres do Castelo (Torre do Relógio, Torre da Má-Hora) a visitas ao público. Este objectivo está mesmo estipulado no Plano de



Figura 56 - Torre do Relógio - Castelo de Montemor-o-Novo (Ana Abelha – 2011)

Actividades do ano referido.

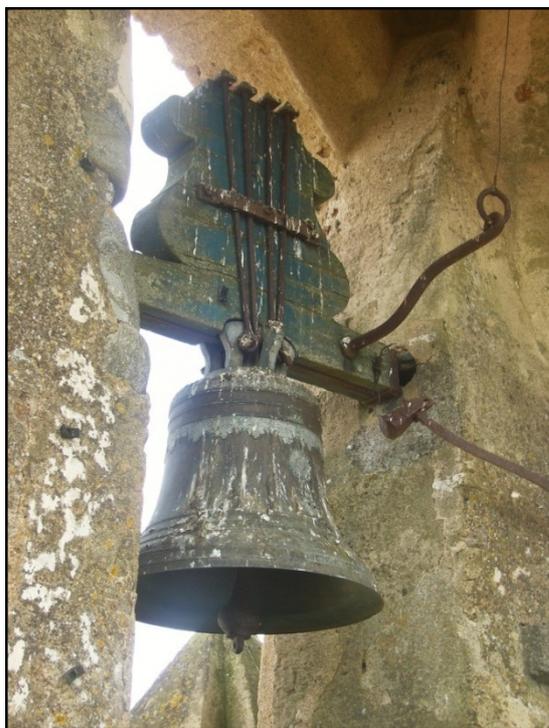


Figura 57 - Sino da Torre do Relógio, sujo pelos detritos dos pombos que ai habitam (Ana Abelha – 2011)

Para poder realizar esta abertura, seria necessária a colocação de dissuasores de pombos na Torre do Relógio, pois os animais que aí permanecem ponham em causa não só a estrutura do edifício, como também tornava a visita impossível devido aos detritos acumulados.

Não se pode esquecer que os excrementos de pombo, a seguir à poluição atmosférica, são uma das maiores causas de degradação de edifícios e monumentos. Os excrementos de pombo são constituídos por compostos químicos agressivos que penetram na pedra dos edifícios

profundamente, causando danos irreversíveis.

Desta forma o **Programa do Castelo** procedeu a um estudo de mercado de várias empresas que fornecem este tipo de serviços. A única empresa que apresentou orçamento foi a empresa do Sr. Vítor R. Malha, empresa que se apresenta com uma longa experiência de montagem de sistemas dissuasores de pombos em vários edifícios e monumentos.

Foi proposto pela empresa contratada (Empresa Vítor Ramos Malha) aconselhou pois a montagem do sistema *Avipoint* por o considerar mais eficaz nas condições da torre. O sistema *Avipoint Spike System* é então constituído por uma tira de policarbonato, que não é nocivo para os monumentos e é resistente a raios solares e às pressões dos agentes químicos. Colocados nestas tiras estão as pontas metálicas feitas em aço inox, que não provocam danos nas aves, mas repele-as impedindo que voltem a pousar nesses locais¹⁴⁴.



Figura 58 - Dissuasores da Torre do Relógio – Sistema Avipoint (Ana Abelha – 2011)

Desta forma no dia 11 de Março de 2011, a equipa do **Programa do Castelo** procedeu à limpeza de todo espaço da Torre do Relógio, retirando todos os resíduos

¹⁴⁴ Avipoint Spike System - <http://www.avidbirdcontrol.co.uk/avipoint.cfm?a=uk> – Acesso em: 06/05/2011.

para a colocação dos dissuasores. A 16 de Março do mesmo ano foram colocados os mesmos na referida torre, em pontos considerados estratégicos, que permitissem que aos poucos os pombos abandonassem o local.



Figura 59 - Dissuasores de Pombos na Torre do Relógio – Sistema Avipoint
(Ana Abelha – 2011)

No entanto verifica-se neste momento que este sistema não está a funcionar correctamente, os pombos continuam a habitar as mesmas áreas da Torre do Relógio, onde fazem muitos dos seus ninhos. Será então necessário que a curto prazo a empresa seja novamente contactada para em conjunto se encontrar uma solução que permita finalmente a abertura da torre ao público. Até ao término do estágio, ainda não tinha sido obtida resposta por parte da empresa contratada.

Limpeza do Coro Baixo do Convento da Saudação – acompanhamento dos trabalhos

Como já referido em capítulos anteriores, o gabinete do *Programa do Castelo* encontra-se instalado no espaço do Convento da Saudação de Montemor-o-Novo, que também já foi descrito anteriormente.

O *Programa do Castelo* em colaboração com o Laboratório HERCULES está a desenvolver em relação às pinturas do coro baixo um estudo de pigmentos que pretende trazer a conhecimento mais informações sobre as mesmas.

O Laboratório HERCULES é um centro de estudos e salvaguarda dedicado ao estudo do Património Cultural. Este projecto caracteriza-se pela interdisciplinaridade, pois este engloba o trabalho de técnicos de conservação, património e cientistas, como historiadores, arquitectos, químicos, geólogos e biólogos. O Laboratório



Figura 60 - Coro Baixo do Convento da Saudação antes da limpeza do espaço (Ana Abelha – 2006)

HERCULES trabalha em três unidades distintas: a unidade de salvaguarda; unidade de investigação de materiais; e unidade de recursos educativos. O Laboratório HERCULES, na pessoa da Dra. Milene Gi, encontra-se a desenvolver no Coro Baixo do Convento da Saudação uma pesquisa que pretende avaliar as pinturas murais do ponto de vista histórico, material, cromático e apreciar o seu estado de conservação, englobado num projecto mais abrangente, **Pintural mural 2 D: murais em risco no Alentejo – Degradação e Diagnóstico**).

Foi necessário proceder-se à limpeza do Coro Baixo da Igreja do Convento da Saudação, trabalho que realizado pelas equipas do **Programa do Castelo** e do Laboratório HERCULES, para que desta forma fosse possível desenvolver os trabalhos em relação às pinturas.

O Coro Baixo apresenta-se separado da nave da igreja por um pequeno gradeamento; era um dos locais onde era permitido às freiras que habitavam no convento que assistissem à missa.



Figura 61 - Trabalhos de Limpeza do Coro Baixo do Convento da Saudação, equipa do Programa do Castelo e Centro Hércules (Pedro Carpetudo – Programa do Castelo – 2011)

O Coro Baixo apresenta uma planta rectangular, é estreito e alongado. O tecto é em arcos de volta perfeita, possuindo ao todo 5 tramos. Ao fundo, encontra-se uma pequena janela, entaipada nos dias de hoje (a entrada de pouca luz neste espaço permite que as pinturas murais se apresentem em melhor estado de conservação). Toda a sala está decorada com pinturas murais, tanto no tecto como nos alçados. O

autor destas pinturas é desconhecido, mas segundo Túlio Espanca, a campanha de pinturas poderá ter sido feita em conjunto com as de S. Pedro da Ribeira, que terão sido ambas executadas por volta de 1612 a 1620¹⁴⁵. No texto de Nelson Santos, este defende que o autor das pinturas poderá ter sido possivelmente José de Escobar¹⁴⁶, pois poderá integrar-se no conjunto de composições que este autor executou no Convento da Saudação¹⁴⁷.

O banco que corre todo o Coro Baixo, local onde as freiras se sentariam para assistir à missa, encontra-se forrado de azulejaria do tipo de caixilho enxaquetado em corres verde e branco. No centro da sala encontra-se um sarcófago em mármore branco. O pavimento é feito através de ladrilho intercalado de pequenas peças cerâmicas e esmalte branco. Actualmente, grande parte do pavimento encontra-se coberto por um soalho de madeira já muito danificado em algumas áreas.

No que respeitas às pinturas que são o objecto de estudo da equipa do HERCULES:

- À entrada do Coro Baixo encontramos a representação de 4 anjos em adoração sobre um fundo de cor azul clara. Na zona superior aos alçados existem vestígios de inscrições, actualmente indecifráveis.

- Por cima do gradeamento que faria a ligação com a igreja, está patente a figuração de Maria Madalena em adoração no topo,



Figura 62 - Anjos em Adoração, entrada do Coro Baixo do Convento da Saudação (Ana Abelha – 2011)

¹⁴⁵ Túlio Espanca, **Inventário Artístico de Portugal – distrito de Évora, zona norte**. Lisboa: ed. Academia nacional de belas artes, 1975, p.309.

¹⁴⁶ Pintor maneirista eborense, nascido em 1585, autor de diversas obras por todo o Alentejo.

¹⁴⁷ Nelson Santos, “Inventário da Pintura Mural Religiosa existente no Concelho de Montemor-o-Novo”, in **Almansor**, (2ª série), nº6, 2007, p.223.

e nos lados a pintura de dois santos, aparentemente dominicanos¹⁴⁸. Das 3 pinturas referidas, a do santo do lado direito é a que se encontra mais degradada.

- No primeiro tramo, possuímos 3 cenas distintas, ao centro está a imagem da Virgem com o Menino, rodeada por anjos. Nos alçados esta presente a cena de S. Domingos de Gusmão em penitência e outra figura sacra que não é possível reconhecer¹⁴⁹.

- No segundo tramo, existem igualmente 3 diferentes figurações, ao centro está presente a cena de Jesus em Casa de S. Simão. No que respeita aos alçados, estão presentes duas cenas da vida de Jesus Cristo, A Boa Samaritana e A Aparição de Jesus a Maria Madalena¹⁵⁰.



Figura 63 - Virgem com menino ao colo, rodeada por anjos, no primeiro tramo do Coro Baixo do Convento da Saudação (Ana Abelha – 2011)

- No terceiro tramo do coro baixo, ao centro do tramo está presente a imagem da Santíssima Trindade (ao centro está uma personagem não identificada, que Nelson Santos sugere na sua obra que seja o Criador, ladeado por Cristo e a Virgem Maria)¹⁵¹, por cima desta representação está a Pomba do Espírito Santo, rodeada por múltiplos anjos. Nos alçados temos novamente duas representações distintas, figuras de Santos Mártires e Frades em



Figura 64 - Santíssima Trindade, terceiro tramo do Coro Baixo do Convento da Saudação (Ana Abelha – 2011)

¹⁴⁸ Idem, ibidem, p.223.

¹⁴⁹ Túlio Espanca, **Inventário Artístico de Portugal – distrito de Évora, zona norte**. Lisboa: ed. Academia nacional de belas artes, 1975, p.309.

¹⁵⁰ Nelson Santos, “Inventário da Pintura Mural Religiosa existente no Concelho de Montemor-o-Novo”, in **Almansor**, (2ª série), nº6, 2007, p.224.

¹⁵¹ Idem, ibidem, p. 224.

veneração, no outro alçado duas figuras femininas, Santa Catarina de Alexandria e Santa Águeda¹⁵².

- No quarto tramo, ao centro está uma cena um pouco degradada da Coroação da Virgem. Nos alçados neste momento resta apenas uma representação da Degolação de S. João Baptista, a outra cena encontra-se totalmente perdida pela humidade.



Figura 65 - Espólio Recolhido do Coro Baixo do Convento da Saudação. (Pedro Carpetudo – Programa do Castelo - 2011)

- O quinto e último tramo é o mais degradado de todo o Coro Baixo, ao centro restam apenas vestígios de pintura que não conseguimos identificar. Nos alçados apenas se consegue ver a cena da Ascensão de Cristo. - Ao fundo encontra-se a janela entaipada, decorada também ela com pinturas ao redor. Túlio Espanca avança que as representações serão S. Domingos de Gusmão e Santa Rosa de Lima, mas na obra de Nelson Santos este refere que existem algumas dúvidas sobre esta segunda figura, pois Santa Rosa de Lima é habitualmente representada com uma coroa de flores, e esta figura



Figura 66 - Resultado final da limpeza do Coro Baixo do Convento da Saudação. (Pedro Carpetudo – Programa do Castelo - 2011)

apenas possui vestes de freira e algo vermelho na mão. De referir ainda que esta santa só terá sido beatificada depois da realização da pintura, provando que a pintura do Coro Baixo será de outra figura sacra¹⁵³.

¹⁵² Túlio Espanca. **Inventário Artístico de Portugal – distrito de Évora, zona norte**. Lisboa: ed. Academia nacional de belas artes, 1975,p.309.

Os Arcos e frisos do coro são todos eles decorados com composições geométricas.

A equipa do **Programa do Castelo** procedeu então à limpeza de todo o espaço em conjunto com as técnicas do Laboratório HERCULES, assim como à limpeza e recolha de todo o espólio que se encontrava no Coro Baixo (madeiras, altares, etc.). Para que desta forma fosse possível a instalação dos materiais necessários para o trabalho da equipa HERCULES nas várias pinturas.

Foi dado pelo **Programa do Castelo** todo o auxílio à pesquisa, com a limpeza e remoção do espólio para a instalação dos materiais de trabalho, trabalho no qual nos foi possível participar. No entanto, este património encontra-se em perigo, devido não só à degradação evidente do edifício, como também devido aos actos de vandalismo a que está sujeito. É necessário criar formas de protecção das pinturas e também de todo o Convento, concentrando esforços do **Programa do Castelo**, da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo e também do Espaço do Tempo que ocupa o edifício.

¹⁵³ Nelson Santos, “Inventário da Pintura Mural Religiosa existente no Concelho de Montemor-o-Novo”, in **Almonsor**, (2ª série), nº6, 2007, p. 224.

Recolha de Argamassas do Castelo de Montemor-o-Novo – acompanhamento dos trabalhos

É conhecida a utilização da argamassa como material construtivo desde há mais de 8.000 anos. Esta era tradicionalmente usada em revestimentos de paredes, muros e pavimentos.

A argamassa pode ser quase considerada uma rocha artificial construída pelo homem e constituída por fragmentos de rocha de pequenas dimensões, agregadas através de ligante que mantém a forma da argamassa e lhe confere robustez.

Para consolidar as suas construções o homem começou por utilizar a argila como a encontrava na natureza; mais tarde foram introduzidas fibras para lhe dar consistência; posteriormente é utilizada a areia que produzia uma massa mais dura e resistente. O emprego de cal e cimentos naturais e de lava vulcânica foi também amplamente difundido, pois conhecia-se as propriedades aglutinantes desta mistura com areia¹⁵⁴.

Desde os Romanos até ao século XVIII verificamos a existência de poucos desenvolvimentos na tecnologia de fabrico de argamassas. No caso dos Romanos, estes utilizavam um material hidráulico, chamado “pozzolana” que possuía uma cor escura e que permitia uma importante impermeabilidade às argamassas do exterior¹⁵⁵.

Outra característica importante das argamassas é a sua cor. Sabe-se agora que a cor das argamassas está ligada aos materiais disponíveis em cada região. Os revestimentos em argamassas são feitos a partir de diferentes camadas com diversos objectivos e diversos materiais que conferem a essa argamassa características únicas, tornando o revestimento dono de uma identidade que é necessário manter como testemunho de matérias e técnicas de construção de uma determinada época.

¹⁵⁴ Argamassas, http://www2.ufp.pt/~jguerra/PDF/Materiais/MCI%20%20Argamassas%20e%20Rebocos_2010.pdf – Acesso em: 26/05/2011.

¹⁵⁵ Argamassas romanas - <http://biblioteca.sinbad.ua.pt/teses/2007000118> - Acesso em: 26/05/2011.

Em Portugal continental os agregadores utilizados nas argamassas são provenientes de calcários e granitos, enquanto nas ilhas dos Açores e Madeira são agregados de origem vulcânica que lhe conferem uma tonalidade bastante mais escura e característica da região¹⁵⁶.

As formas de estudo das argamassas envolvem o uso conjunto de várias ciências, para obter melhores resultados, sendo estes estudos químicos, mineralógicos e de micro-estruturas. São estes estudos que ajudam a conhecer os importantes detalhes sobre as técnicas de construção, materiais e mesmo eventuais obras que tenham sido realizadas.

No caso das argamassas recolhidas no Castelo de Montemor-o-Novo, foram recolhidas 15 amostras de locais diferenciados. Este trabalho de recolha foi levado a cabo pela equipa do **Programa do Castelo**, que recolheu pedaços de argamassa das escavações realizadas no castelo na zona de Santa Maria da Vila, mas também na igreja de S. João Baptista e também da cripta no interior do Convento da Saudação, na muralha norte e no Paço dos Alcaldes.

Estas argamassas recolhidas foram enviadas para análise no Laboratório HERCULES, uma infra-estrutura que se dedica ao estudo do património cultural, envolvendo o trabalho de especialistas de diversas áreas (Química, Património, História da Arte, Geologia, Arqueologia, História) da Universidade de Évora, instalado no Palácio do Vimioso. Um dos serviços que dispõe é precisamente o estudo das argamassas, e que pudemos acompanhar.

A análise às argamassas executada em laboratório passou por algumas fases nas quais participei. Após a desagregação das amostras estas passaram por vários testes químicos, (Ataques a Ácidos, análise Termogravimétrica e Difracção de raios-X)¹⁵⁷.

¹⁵⁶ Tonalidade das argamassas - http://www.centrodaterra.org/uploads/media/A_cor_das_argamassas.pdf - Acesso em: 26/05/2011.

¹⁵⁷ Anexo 11, p.155.

Com esta análise pretende-se conhecer melhor a data de construção e técnicas de construção das estruturas arqueológicas encontradas, e mesmo conseguir perceber algumas das utilizações que o espaço pudesse ter e se desconhecem.

- Amostra 8 - EASMV-S8

Escavações Arqueológicas de Santa Maria da Vila – Sinagoga

Unidade Estratigráfica – Camada 1

Amostra retirada de um edifício que pelas suas dimensões e características foi identificado como sendo possivelmente a desaparecida sinagoga posteriormente transformada em cadeia. Sabe-se que anos mais tarde esta foi alvo de um incêndio de grandes dimensões.



Figura 67 - Amostra 8 – Argamassa da sinagoga, camada 1 – (Programa do Castelo - 2011)

Os objectivos da análise desta amostra são, datação do edifício e verificar se a argamassas foram sujeitas a temperatura de incêndio.

De entre as amostras enviadas para o Laboratório HERCULES, devido aos constrangimentos de tempo, a Amostra 8 foi escolhida para iniciar os testes. A amostra, após ter sido recolhida, passou por um longo período de secagem em estufa no laboratório, pois quando recolhida trazia consigo muita humidade. Após este período a amostra foi dividida em 4 partes iguais (amostra desfragmentada; fracção global; fracção fina; reserva)¹⁵⁸.

A amostra desagregada foi sujeita a análise química por via húmida, método que assenta no ataque a ácido clorídrico. Deste ataque obtém-se o resíduo insolúvel

¹⁵⁸ Anexo 11, p.155.

(areias) e a fracção solúvel (ligante)¹⁵⁹. O objectivo desta análise é distinguir quais os materiais que foram utilizados na constituição da argamassa.

No caso da Fracção Global, esta é moída com o auxílio de um almofariz até passar por um peneiro de 125 µm, para ser sujeito a difracção de raios-x e análise termogravimétrica.

A fracção fina irá também ser feita passar por um peneiro de 125 µm para ser sujeita a difracção de raios-x.

Até agora ainda não existem quaisquer resultados sobre esta análise, os trabalhos de laboratório continuam a ser executados pela equipa do Laboratório HERCULES. No que se refere às restantes amostras, no momento apenas foram submetidas à primeira fase de trabalhos em laboratório, a desfragmentação. Será dado início aos restantes testes a estas amostras para podermos obter os resultados desejados.

Através dos trabalhos que realizámos no Laboratório HERCULES, foi possível ganhar todo um novo conhecimento sobre estes materiais e a forma como se estudam e trabalham, que de outra forma não possuiríamos. No entanto, frisamos e lamentamos que neste momento os trabalhos ainda não se encontrem concluídos, devido essencialmente a constrangimentos relacionados com falta de pessoal.

¹⁵⁹ Anexo 11, p.155.

Capítulo IV

A valorização do Castelo de Montemor-o-
Novo: apresentação de propostas para futura
intervenção

Propostas de Intervenção futura no Castelo de Montemor-o-Novo

O local de realização deste estágio, como já referido anteriormente, foi essencialmente o Castelo de Montemor-o-Novo, local para o qual também são vocacionados grande parte dos trabalhos realizados pela equipa do **Programa do Castelo**, junto da qual foi realizado o estágio.

Desde o início dos trabalhos deste projecto, em 2001, que muitas foram as alterações dadas no espaço intra-muros. Alguns dos exemplos mais importantes são: A recuperação da Igreja de S. Tiago e instalação do Centro Interpretativo do Castelo de Montemor-o-Novo; O desenvolvimento dos trabalhos arqueológicos que trouxeram à vista importantes vestígios arqueológicos, principalmente na zona de Santa Maria da Vila; A iluminação do exterior das muralhas; Entre muitos outros trabalhos que vieram enriquecer o espaço do Castelo de Montemor-o-Novo.

No entanto, ainda muito trabalho é necessário desenvolver para que se criem as condições necessárias para atrair cada vez mais visitantes e também a população da cidade.

Como já foi mencionado, o **Programa do Castelo** encontra-se instalado no Convento da Saudação. O edifício apresenta no momento algumas áreas em risco eminente de desabamento. A degradação do espaço ocasiona consequentemente actos de vandalismo neste espaço, que colocam em risco quem ali trabalha, o edifício e todo o espólio recolhidos nas escavações que ainda se encontram em depósito.

O espaço do Convento da Saudação é ocupado também pela equipa do Espaço do Tempo, dirigida pelo coreógrafo Rui Horta. Foi elaborado um projecto de recuperação do Convento, já aprovado, que prevê a recuperação de todo o espaço conventual e construção de um novo anexo. Este projecto pretende que se criem as instalações necessárias para um centro de artes do Espaço do Tempo. Neste projecto incluem-se vários espaços que iriam atrair variadíssimo público até ao Castelo, com a abertura de restaurantes, esplanadas, salas de espectáculos e locais de convívio. O

projecto de recuperação já se encontra totalmente elaborado e aprovado, apenas se encontra a aguardar as condições necessárias para poder avançar.

Com a concretização deste projecto o espaço do Castelo de Montemor-o-Novo irá atrair um maior número de visitantes. Seria importante criar percursos dentro do Castelo de Montemor-o-Novo que permitissem ao visitante conhecer o espaço por inteiro, e que neste momento não existem.

É desta forma que aqui propomos dois percursos, que concebemos de raiz:

- **O primeiro dos percursos** englobaria toda a zona das muralhas norte e as três respectivas torres. Aproveitando o facto de que neste momento o **Programa do Castelo** está a procurar criar condições para a abertura de duas das torres ao público (Torre do Relógio e Torre da Má-Hora), às quais é possível aceder através da muralha. Exemplo disso foi a instalação do sistema de dissuasores de pombos na Torre do Relógio.

O roteiro englobaria um percurso através da muralha que guiasse o visitante pelas várias torres, iniciando-se na Torre da Má-Hora (devido à proximidade com o Centro Interpretativo do Castelo de Montemor-o-Novo, que disporia de toda a informação sobre os percursos) e terminando junto da Torre do Anjo. Durante o percurso o visitante poderia usufruir do passeio sobre as muralhas, subir às diferentes torres e usufruir da vista sobre a cidade e a região que só elas conseguem proporcionar de forma tão plena.

- **O segundo percurso** englobaria toda a zona das escavações na área de Santa Maria da Vila e a Igreja de S. João Baptista, junto ao Paço dos Alcaldes. A forma como se encontram hoje as escavações não permitem a quem as visita que as entenda e que delas usufrua. Quando a evolução das escavações se encontre a um nível de execução em que o permita, seria da maior importância criar para o público um percurso pelas ruas da antiga vila medieval.



Figura 68 – Representação de edifício
-
<http://www.google.pt/imgres?imgurl=http://i.thumbs.canstockphoto.com> – Acesso em: 11/06/2011.

Para auxiliar à compreensão da visita seriam aplicados durante o percurso nas escavações, várias placas informativas com representações em 3D dos vários edifícios que o público poderá ver.

A Igreja de S. João Baptista encontra-se hoje sem qualquer utilização, a sua entrada encontra-se encerrada para os visitantes e está sujeira a contínua degradação. Devido à sua proximidade das escavações, esta igreja seria toda ela recuperada e restaurada, de forma a poder criar no seu interior pequenas exposições do espólio recolhido nas escavações na zona de Santa Maria da Vila, ajudando desta forma o público a compreender melhor o que vê, e também valorizar todo o trabalho desenvolvido pela equipa do Programa do Castelo.

Para além dos percursos propomos a criação de pontos de miradouro. Sendo a colina do Castelo, ainda parte integrante do conjunto da Serra do Monfurado, dispõe de uma vista para uma paisagem bastante abrangente. Seriam então colocados dois pontos de miradouros distintos:

- O primeiro miradouro no Paço dos Alcaides, que permitiria ao visitante usufruir de uma vista sobre a Serra do Monfurado;

- O segundo miradouro seria colocado no atraio da Igreja de Nossa

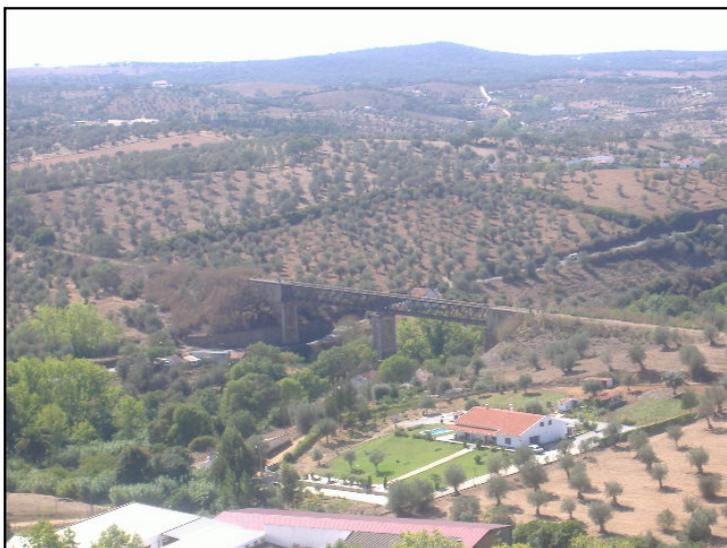


Figura 69 – Vista do Castelo de Montemor-o-Novo para a Ponte de Ferro (Ana Abelha – 2011)

Senhora do Bispo, junto à Torre do Anjo, de onde alguns autores afirmavam ser possível ver ao fundo o Castelo de Palmela.

Para usufruir dos percursos e também de todos os edifícios que constituem o espaço do Castelo de Montemor-o-Novo, sugerimos a criação de um guia digital, ao qual fosse possível aceder através de telemóvel ou computador. Neste **Guia Digital do**

Castelo, estariam disponível ambos os percursos e todos os edifícios em particular, para que o visitante pudesse optar como pretende realizar a sua visita. Este sistema funcionaria quando o visitante entrasse no interior do Castelo de Montemor-o-Novo, sendo informado por uma placa informativa da disponibilidade do serviço na entrada.

Tomemos como exemplo a Torre da Má-Hora, ao chegar junto desta o visitante obteria no seu telemóvel a informação da sua localização; a identificação da torre; a sua descrição; e mesmo elementos de enquadramento históricos, como a lenda da Torre da Má-Hora.

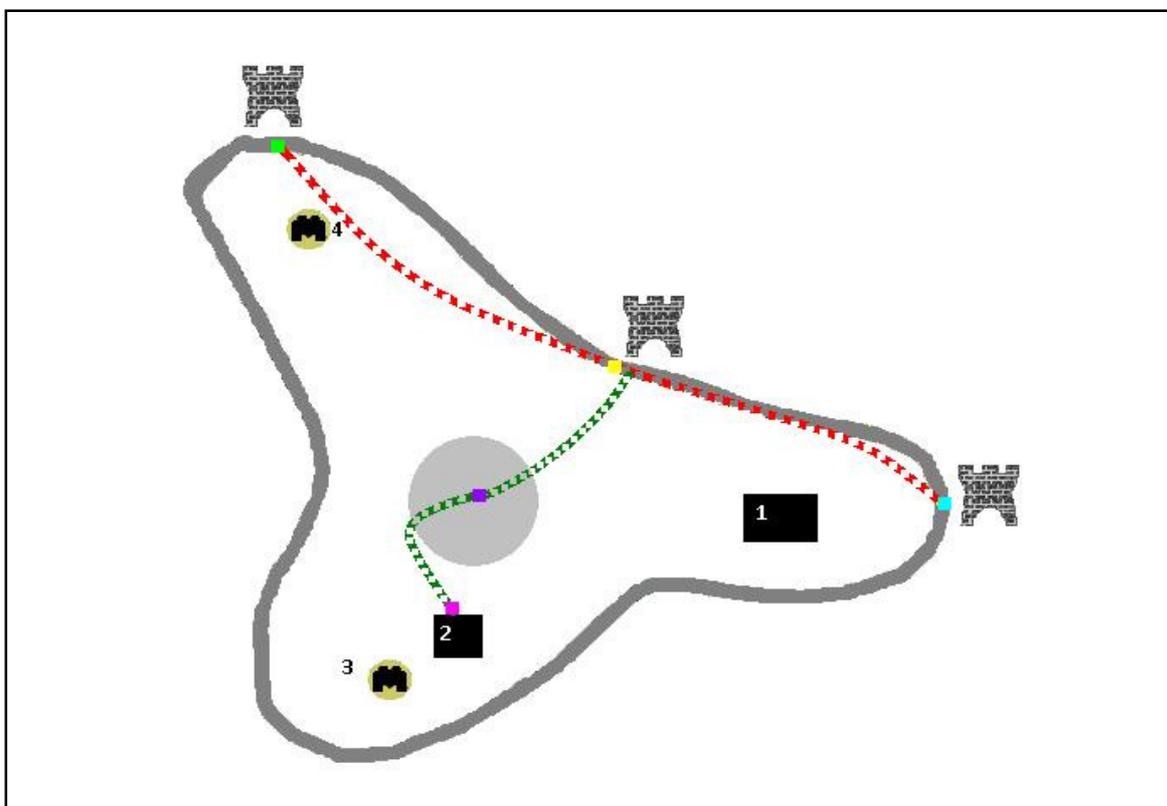


Figura 70 (Ana Abelha – 2011)

----- Percurso das Torres

----- Percurso das Escavações

■ Torre da Má Hora

■ Torre do Relógio

■ Torre do Anjo

■ Zona de escavações de Santa Maria da Vila

■ Igreja de S. João Baptista (núcleo museológico)

1. Igreja de S. Tiago (Centro Interpretativo do Castelo de Montemor-o-Novo)

2. Igreja de S. João Baptista

3. Zona de Miradouro (Paço dos Alcaldes)

4. Zona de Miradouro (Igreja de Nossa Senhora do Bispo)

Para além de tudo isto será necessário investir em novo mobiliário urbano. Criar novos pontos de iluminação no interior do Castelo, que não existem, criar zonas de estar/lazer e mais placas informativas.

Ambos os percursos atrairiam para o Castelo um maior número de visitantes, os quais poderiam ter desta forma uma visita completa e informada. O maior número de visitantes obrigaria consequentemente à criação de espaços de lazer e pausa, como parques de merendas, ou mesmo a utilização dos espaços criados no Convento da Saudação para esse fim.

Neste momento, o Castelo sofre com o vandalismo, é comum surgirem muros e paredes pintadas ou mesmo placas informativas e baldes do lixo destruídos. A melhor forma de garantir a segurança deste património é torná-lo vivo, aumentando o número de visitantes e sensibilizando a população para a importância do Castelo de Montemor-o-Novo. Conseguiremos desta forma evitar muitos dos problemas existentes.

Para além destes problemas, não podemos esquecer-nos da fragilidade de algumas das estruturas, que necessitam de obras de conservação e restauro por parte das entidades responsáveis por este monumento nacional, para que possamos ver o espaço usufruído por inteiro e em segurança.

Conclusão

A elaboração deste Relatório de Estágio teve como objectivo principal explicar as actividades de colaboração e acompanhamento da equipa do **Programa do Castelo** que acompanhei entre Fevereiro e Maio de 2011, no sentido da aquisição de uma importante experiência de trabalho no terreno.

A contextualização das actividades conduziu a uma melhor percepção da evolução do Castelo ao longo da sua história e da forma como influenciou o desenvolvimento da cidade de Montemor-o-Novo. Com o progressivo abandono do espaço amuralhado, o Castelo de Montemor-o-Novo entrou rapidamente em ruína, sendo totalmente abandonado pela população desde muito cedo. Foi dividido em diferentes campos agrícolas, que fizeram desaparecer ainda mais rapidamente os vestígios da antiga vila intra-muros.

Durante muitos anos o Castelo esteve abandonado e afastado de população, pois apenas se encontrava em funcionamento neste espaço o Convento da Saudação funcionando como asilo de crianças. Todo este período o Castelo não foi alvo de quaisquer obras nas suas estruturas, o que foi determinante para a degradação que o espaço alcançou. Conseguimos perceber que as primeiras obras de relevo no espaço do Castelo se verificam já durante os anos 40 do século XX, quando se procurou por todo o país reconstruir esta tipologia patrimonial. A partir desta grande campanha de obras começam a surgir outras obras esporádicas no Castelo de Montemor-o-Novo desenvolvidas pela DGMEN. Mas só no ano 2000 surge o primeiro Programa integrado de obras nos castelos portugueses (Programa dos Castelos) no qual o Castelo de Montemor-o-Novo foi integrado.

No ano de 2001 que foi instalado o gabinete do **Programa do Castelo**, no Convento da Saudação, mostrando a vontade da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo de revitalizar o espaço do Castelo. Dá-se assim início a um período de revigoração dos trabalhos no Castelo de Montemor-o-Novo. Conseguimos perceber

que esta equipa conseguiu trazer para o Castelo ao longo dos seus 10 anos de vigência uma nova vida através da realização de inúmeros projectos.

Como já referimos, o objectivo central da realização do Estágio era apreender os conhecimentos desta importante experiência ao nível da intervenção patrimonial no terreno, o que foi inteiramente conseguido durante o período da realização do Estágio com a colaboração nas mais diversas actividades nas quais o **Programa do Castelo** se empenha.

Essas actividades passaram pela realização de trabalhos de diversas naturezas. Estes trabalhos foram: a organização de várias exposições, com objectos encontrados nas escavações realizadas pela equipa do **Programa do Castelo** ao longo dos anos; apoio ao Património Cultural do Concelho, nomeadamente ao projecto para levantamento do Pelourinho de Lavre; a colaboração em actividades desenvolvidas pela Câmara de Montemor-o-Novo, neste caso a *Semana da Água, da Árvore e da Poesia*; no espaço do castelo, como a maioria dos trabalhos realizados por esta equipa estão aí focados, foram a instalação de dissuasores na Torre do Relógio, a Limpeza do Coro Baixo do Convento da Saudação e a Recolha de argamassas das escavações do Castelo para análise.

A partir da participação neste Estágio foi-nos possível entender melhor os problemas que o Castelo de Montemor-o-Novo enfrenta, os trabalhos que têm vindo a ser desenvolvidos e as novas formas de o tornar mais atractivo para quem o visita.

O Estágio permitiu-nos também aperceber as dimensões várias que os trabalhos a nível do Património Cultural podem atingir (as actividades desenvolvidas assim o demonstram), bem como da pertinência da formação e manutenção de equipas pluridisciplinares para a realização deste tipo de Projectos. Gostaríamos, neste contexto, de sublinhar a excelente oportunidade de trabalhar não apenas com a equipa do castelo (essencialmente arqueólogos e especialistas na área do património) como também com a equipa do Laboratório HERCULES, significando não apenas a objectivação de uma parceria entre a autarquia de Montemor-o-Novo e a Universidade de Évora mas também a abertura de novos horizontes e novas possibilidades no domínio do estudo do Património e que só um trabalho prático e no

terreno nos possibilitariam. Futuras escolhas serão, pensamos, influenciadas pela multiplicidade de trabalhos em que tivemos ocasião de participar.

Bibliografia

- **Impressos**

- ALMEIDA, João de, **Roteiro dos Monumentos Militares Portugueses**, Lisboa, 1948.
- ANDRADE, António A. Banha de, **Breve História das ruínas do antigo burgo e concelho de Montemor-o-Novo** - Cadernos de historia das ruínas do antigo burgo e concelho de Montemor, Évora, nº3, 1977.
- ANDRADE, António A. Banha de, “Montemor, Baluarte de Évora nos anos de 1200”, *in* **O Montemorense** 15/3/1975.
- ANDRADE, António A. Banha de, **Montemor-o-Novo, Vila Regalenga** - Cadernos de História de Montemor-o-Novo, ed.grupo de amigos de Montemor-o-Novo, Lisboa, nº2, 1976.
- A.A.V.V. - **Colectânea de Artigos sobre Montemor-o-Novo. Recolhidos pela Biblioteca Municipal de Montemor-o-Novo**, Biblioteca Municipal de Montemor-o-Novo.
- ALMEIDA, João de, **Roteiro dos Monumentos Militares Portugueses**, Lisboa, 1948.
- BARBOSA, Ana Lúcia, “O Mosteiro de Nossa Senhora da Saudação de Montemor-o-Novo: contributos para uma proposta de recuperação”, **Conversas à Volta dos Conventos**, coord. Virginia Fróis, Casa de Sul Editora, Évora, 2002.
- CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-NOVO, **Dossier de projecto: Programa de trabalho para o castelo 1**, Câmara municipal de Montemor-o-Novo, 1996.
- CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-NOVO, **Dossier de projecto: Programa de trabalho para o castelo 2 - anexo**, Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, 1996.
- CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-NOVO, **Dossier (complementar) 3: Programa de trabalho para o castelo – projecções e acções a curto de médio prazo**, Câmara municipal de Montemor-o-Novo, 1997.

- CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-NOVO, **Plano de pormenor de salvaguarda e reabilitação do centro histórico – evolução da estrutura urbana, caracterização morfológica**, vol. II, gabinete técnico local, Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, Maio de 2000.
- CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-NOVO, **Programa do Castelo, Oficina de Arqueologia e outras actividades – Relatório de actividades 2005**, Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, 2005.
- CARVALHO, Isaura, “Cerâmica Medieval do Castelo de Montemor-o-Novo”, *in Almansor*, (1ªSérie), nº 5, 1987, pp. 7 – 36.
- CARVALHO, Susana, “O “Castelo de Outeiro” ou “de Carrilhas” (Lavre), Sondagens Arqueológicas”, *in Almansor*, (2ª Série), nº 1, 2002, p.7-32.
- CASTRO, João Baptista de, **Mappa de Portugal Antigo, e moderno**, Lisboa, 1762.
- CORREIA, Luís Miguel, **Castelos em Portugal. Retrato do seu perfil arquitectónico [1509-1949]**.Coimbra: Master. Departamento de engenharia civil, faculdade de ciências e tecnologia, universidade de Coimbra, 2008.
- CONDE, Maria Antónia Marques Fialho Costa, “O sentido do Património – A dualidade teórico – prática”, *in Cidade de Évora*, (2ª serie), nº 1, 1994-95, pp.73 – 88.
- ESPANCA, Túlio, 1983, “Evocação histórica e artística de Montemor-o-Novo”, *in Almansor*, (1ª serie), nº1, 1983, p.49-57.
- ESPANCA, Túlio, 1975, **Inventário artístico de Portugal – distrito de Évora, zona norte**, Lisboa, ed. Academia nacional de belas artes, 1975, p.274-411.
- FALCÃO, José António, “Acerca das obras de reconstrução da Igreja Matriz de Santa Maria do Bispo, de Montemor-o-Novo, em 1693 e 1717”, *in Almansor*, (1ªSérie), nº 8, 1990, pp. 137 – 174.
- FONSECA, Jorge (Coord.), “Arquivo Documental: Foral outorgado a Montemor-o-Novo por D. Sancho I - 1203; Costumes de Montemor-o-Novo; Foral outorgado a Montemor - o - Novo por D. Manuel I – 1503”, *in Almansor*, (1ªSérie), nº 1, 1983, pp. 105 – 135.

- FONSECA, Jorge (Coord.), “Arquivo Documental: O Concelho de Montemor - o - Novo nas Memórias Paroquiais de 1758; Passagem por Montemor-o-Novo da rainha D. Maria II e rei D. Fernando II em Outubro de 1843”, *in Almansor*, (1ªSérie), nº 3, 1985, pp. 121 – 189.
- FONSECA, Jorge, “A Vila Intra-Muros de Montemor-o-Novo - contributo para o seu estudo”, *in Almansor*, (1ªSérie), nº 11, 1993, pp. 29 – 80.
- FONSECA, Jorge (Coord.), “Documentos: O Centro Histórico de Montemor-o-Novo”, *in Almansor*, (1ªSérie), nº 5, 1987, pp. 109 – 126.
- FONSECA, Jorge, **Montemor-o-Novo no século XV**, Montemor-o-Novo, Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, 1998.
- FONSECA, Jorge, “Toponímia e Urbanismo de Montemor-o-Novo”, *in Almansor*, (1ª serie), nº14, 2000, pp.50 – 51.
- GARRETT, José (arquitecto da DAU), **Relatório sobre o Castelo de Montemor-o-Novo**, Montemor-o-Novo, 1996.
- GASPAR, Jorge, “Os Espaços Conventuais e o Metabolismo da Cidade”, **Conversas à Volta dos Conventos**, coord. Virginia Fróis, Casa de Sul Editora, Évora, 2002.
- GONÇALVES, Ana, “Novos dados sobre a vila antiga de Montemor-o-Novo. Resultados dos trabalhos de 1992-1993”, *in Almansor*, (1ªSérie), nº 11, 1993, pp. 5 – 28.
- HERCULANO, Alexandre, “Monumentos Pátrios (1838 – 1839)”, *in Opúsculos I, Org. de Jorge Custódio e J. M. Garcia, Lisboa, Presença, 1983.*
- IPPAR (Instituto português do património arquitectónico), **Programa de recuperação dos Castelos**, Ministério da Cultura, 2000.
- PEREIRA, Manuela, “Intervenção arqueológica em Santa Maria da Vila”, *in Almansor*, (2ª Série), nº 7, 2008, pp. 5-18.
- PEREIRA, Manuela, “Intervenção arqueológica no castelo de Montemor-o-Novo: resultados preliminares”, *in Almansor*, (2ª Série), nº 3, 2004, pp. 213 – 231.

- PEREIRA, Manuela, “Silos do castelo de Montemor-o-Novo: o espólio cerâmico”, *in Almansor*, (2ª Série), nº 4, 2005, pp. 109 – 145.
- PEREIRA, Manuela, “Sistemas de abastecimento de água na vila intra-muros de Montemor-o-Novo”, *in Almansor*, (2ª Série), nº 8, 2009, pp. 5-19.
- PIRATA, Vânia Cristina Rodrigues, “Materiais arqueológicos de um poço do castelo de Montemor-o-Novo”, *in Almansor*, (2ª Série), nº 7, 2008, pp. 19-54.
- PORTELA, Ana Margarida; QUEIROZ, Francisco, “Contributos para a História da Arquitectura e do Urbanismo em Montemor - o - Novo, do Século XVI ao Século XIX”, *in Almansor*, (2ª Série), nº 5, 2006, pp. 347 – 384.
- RESENDE, Tatiana, “Cerâmica comum tardia proveniente das escavações da zona do Castelo de Montemor-o-Novo”, *in Almansor*, (1ªSérie), nº 4, 1986, pp. 43 – 62.
- RESENDE, Tatiana, “Escavações Arqueológicas no Castelo de Montemor-o-Novo”, *in Almansor*, (1ªSérie), nº 3, 1985, pp. 11 – 36.
- RIBEIRO, Margarida, **Olaria de uso doméstico na arquitectura conventual do século XVI** -Cadernos de Etnologia, Edição do Grupo dos Amigos de Montemor-o-Novo, 1984.
- RIBEIRO, Orlando, **Geografia e Civilização**, Lisboa, Livros Horizonte, 1991, pp. 46-49.
- ROSAS, Lúcia Maria Cardoso, Monumentos Pátrios - **A arquitectura religiosa medieval – património e restauro (1835-1928)** - Dissertação de doutoramento em História de Arte apresentada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 1995.
- SANTOS, Nelson, “Inventário da Pintura Mural Religioso existente no Concelho de Montemor-o-Novo”, *in Almansor*, (2ªsérie), nº6, 2007.
- SILVA, Celino, **Programa do Castelo, relatório e aprofundamento das perspectivas de trabalho para o ano 2002**, Montemor-o-Novo, Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, Maio 2002.
- SILVA, Celino, “Câmara Municipal de Montemor-o-Novo – Projecto de Programa de Trabalho para o Castelo”, *in Almansor*, (2ª Série), nº 4, 2005, pp. 273 – 301.

- VALE, Pedro Botelho do, "Descrição da Villa de Monte Mor o Novo...", in **Almanson**,(1ª serie), nº 3, 1985, p.133.

- VARELA, Joaquim José – **Memória Estatística a cerca da notável vila de Montemor-o-Novo**. Lisboa: Academia Real de Ciências, 1816.

- VEIGA, Jorge Veiga, "Principalidade de Lavre", in **Almanson**, (2ª Série), nº 7, 2008, pp. 113-174.

- **Webgrafia**

<http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/70440/>
- (11/03/2011)

<http://amigosdoscastelos.org.pt/tabid/73/ctl/Details/mid/476/projectID/26/language/es-ES/default.aspx> - (11/03/2011)

<http://gam.blogs.sapo.pt/2464.html> - (11/03/2011)

http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=7875 - (11/03/2011)

<http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/legislacaosobrepatrimonio/> - (22/03/2011)

http://bdjur.almedina.net/item.php?field=node_id&value=1607479 - (22/03/2011)

<http://gambozino-alentejano.blogspot.com/2008/12/talhas.html> - (19/04/2011)

<http://www.hercules.uevora.pt/> - (19/04/2011)

<http://museumontemor.com.sapo.pt/feedback.htm> - (19/04/2011)

<http://www.ludomania.com.br/Tradicionais/dados.html> - (20/04/2011)

<http://sernancelhe-vila.planetaclix.pt/Pelourinhos-Sernancelhe-13-11-20003-index.htm> - (03/05/2011)

<http://www.cm-mirandela.pt/index.php?oid=1141> - (04/05/2011)

<http://www.avidbirdcontrol.co.uk/avipoint.cfm?a=uk> - (06/05/2011)

<http://www.pps-vertrieb.de/60-vogelabwehr/vogelspitzen/avipoint-vogelspitzen/avipoint-p20-4-reihig.html?store=english> - (06/05/2011)

<http://cathedral.lnec.pt/portugues/tarefas.html> - (06/05/2011)

<http://www.portaldahabitacao.pt/pt/ihru/historico/dgemn.html> - (12/05/2011)

http://www.unesco.pt/cgi-bin/cultura/temas/cul_tema.php?t=9 - (12/05/2011)

<http://purl.pt/12926/1/P53.html> - (13/05/2011)

http://www2.ufp.pt/~jguerra/PDF/Materiais/MCI%20-%20Argamassas%20e%20Rebocos_2010.pdf - (23/05/2011)

<http://cathedral.lnec.pt/publicacoes/c10.pdf> - (23/05/2011)

http://www.centrodatterra.org/uploads/media/A_cor_das_argamassas.pdf - (23/05/2011)

<http://biblioteca.sinbad.ua.pt/teses/2007000118> - (23/05/2011)

http://www.projectopatrimonio.com/viseupedia/documentos/as_intervencoes-carlos_alves.pdf - (06/11/2011).

Anexos

DECRETO,
QUE
S. MAGESTADE,
QUE DEOS GUARDE,

Foy servido mandar à Academia em 13.
de Agosto de 1721.

DA Cópia inclusa do Decreto, que baixou à Mesa do Desembargo do Paço, terá entendido a Academia Real da Historia Portugueza Ecclesiastica, e Secular a providencia, que mando dar para se conservarem os monumentos antigos, que podem servir para illustrar, e testificar a verdade da mesma Historia. Lisboa Occidental a 13. de Agosto de 1721. *Com a Rubrica de S. Magestade.*

*Cópia do Decreto, que baixou à Mesa
do Desembargo do Paço em 14.
de Agosto de 1721.*

POr me representarem o Director, e Censores da Academia Real da Historia Portugueza Ecclesiastica, e Secular, que procurando examinar por si, e pelos Academicos, os monumentos antigos, que havia, e se podiaõ descobrir no Reyno dos tempos, em que nelle dominaraõ os Fenices, Gregos, Penos, Romanos, Godos, e Arabios, se achava que muitos, que puderaõ existir nos Edificios, Estatuas, Marmores, Cippos, Laminas, Chapas, Medalhas, Moedas, e outros artefactos, por incuria, e ignorau-

Anexo 2 - Lei de Separação da Igreja e do Estado – 1911

Capítulo IV

Da propriedade e encargos dos edifícios e bens

Artigo 62º

Todas as catedrais, igrejas e capelas, bens imobiliários e mobiliários, que têm sido ou se destinavam a ser aplicados ao culto público da religião católica e à sustentação dos ministros dessa religião e doutros funcionários, empregados e serventuários dela, incluindo as respectivas benfeitorias e até os edifícios novos que substituíram os antigos, são declarados, salvo o caso de propriedade bem determinada de uma pessoa particular ou de uma corporação com personalidade jurídica, pertença e propriedade do Estado e dos corpos administrativos, e devem ser, como tais, arrolados e inventariados, mas sem necessidade de avaliação nem de imposição de selos, entregando-se os mobiliários de valor, cujo extravio se recear, provisoriamente, à guarda das juntas de paróquia ou remetendo-se para os depósitos públicos ou para os museus.

Artigo 63º

O arrolamento e inventário a que se refere o artigo anterior serão feitos administrativamente, de paróquia em paróquia, por uma Comissão concelhia de inventário, composta do administrador do concelho ou do bairro e do escrivão da fazenda, que poderão fazer-se representar por empregados seus, sob sua responsabilidade, servindo o primeiro de presidente e o segundo de secretário, e por um homem bom de cada paróquia, membro da respectiva junta, e indicado pela câmara municipal para o serviço dessa paróquia.

Artigo 64º

Quando o governo o entender necessário, poderá designar mais de uma comissão para o mesmo concelho ou bairro, ou nomear para qualquer delas outros funcionários além dos indicados no artigo anterior.

Artigo 65º

A comissão poderá reclamar o auxílio de qualquer autoridade pública e todos os elementos de esclarecimento de que careça e deverá requisitar da respectiva comissão regional artística, ou escolher por si, um ou mais peritos de reconhecida competência, quando presumidamente se tratar de móveis com valor artístico ou histórico.

Artigo 66º

As comissões concelhias ficam directamente subordinadas ao Ministério da Justiça, onde será criada e exercerá atribuições de superior direcção e administração, uma Comissão central de execução da lei da separação, composta de funcionários do ministério, administrativos ou fiscais, e de magistrados ou empregados judiciais, e do ministério público, da escolha do ministro.

Artigo 67º

Os inventários devem começar no dia 1 de Junho próximo e concluir no prazo de três meses, e serão feitos em duplicado, ficando um exemplar na câmara municipal à disposição de quem o quiser examinar, e sendo o outro enviado à comissão central, directamente pelo administrador do concelho, à medida que terminarem os trabalhos em relação a cada paróquia.

Artigo 68º

Os títulos da dívida pública serão inventariados por declarações directas dos seus actuais detentores e depositados nas repartições de fazenda até o dia 30 de Junho, pertencendo ao Estado os juros que se vencerem de 1 de Julho de 1911 em diante e sendo escriturados em conta de pensões eclesiásticas.

Artigo 69º

O escrivão de fazenda organizará separadamente, a respeito de cada detentor, uma relação dos respectivos títulos em quadruplicado, entregando uma ao mesmo detentor ou a quem o representar, com o seu recibo; outra ao presidente da comissão para valer como inventário; e remetendo as duas restantes, com os títulos e com as suas informações, ao competente delegado do tesouro, que os fará chegar, sem perda de tempo, ao Ministério da Justiça, devolvendo uma das relações ao escrivão de fazenda com a declaração de conformidade

Artigo 70º

A comissão central classificará todos os títulos da dívida pública, a que se referem os artigos anteriores, e procederá às diligências e verificações necessárias para acautelar os interesses do Estado.

Artigo 71º

Os foros, censos, pensões, quinhões, rendas e outros direitos e prestações, que recaiam sobre bens imobiliários de terceiros, serão também inventariados, mediante declarações directas dos actuais detentores, devendo a comissão notificar os foreiros, rendeiros e demais responsáveis de que não poderão pagar o que se vencer depois de 1 de Julho de 1911 aos detentores, mas somente à comissão central, por intermédio das comissões locais a que se refere o artigo 111º.

Artigo 72º

Os respectivos ministros da religião e corporações por eles formadas ou dirigidas, são civil e criminalmente responsáveis pelos bens referidos nos artigos anteriores, que porventura faltarem, pelos prejuízos e deteriorações que os mesmos tiverem sofrido por sua culpa ou negligência, e ainda pela inexactidão das declarações a que os detentores são obrigados, sob pena de desobediência, nos casos dos artigos 68º e 71º.

Artigo 73º

Se a perda, o prejuízo ou a deterioração resultar de facto ou omissão posterior a 5 de Outubro de 1910 e se provar a má fé, o responsável, sendo ministro da religião, incorrerá também na perda dos benefícios materiais a que tenha ou possa vir a ter direito.

Artigo 74º

As disposições dos artigos anteriores não obstem a que se arrolem e inventariem os bens, que por qualquer forma tiverem ilegitimamente passado para o poder de terceiras pessoas, devendo proceder-se a essas diligências desde já ou logo que chegue ao conhecimento da comissão notícia do facto.

Artigo 75º

Os edifícios e objectos, que no seu conjunto ou em qualquer das suas partes representarem um valor artístico ou histórico, e que ainda não estiverem classificados como monumentos nacionais, constarão, além do inventário geral, também dum inventário especial, que será enviado ao governador civil do distrito para os efeitos do decreto, com força de lei, de 19 de Novembro de 1910, relativo à protecção das obras de arte nacionais.

Artigo 76º

Serão organizados museus de arte regionais onde ainda não existirem estabelecimentos do Estado desta natureza, e o museu de arte religiosa, anexo à catedral de Coimbra, fica declarado museu nacional, continuando sob a direcção do seu instituidor.

Artigo 77º

Os bens inventariados serão separados pela comissão central conforme pertencerem ao Estado ou a cada um dos corpos administrativos, podendo qualquer destes fazer valer perante ela os seus direitos, sem dependência de formalidades de processo.

Artigo 78º

Se porventura se encontrarem, entre os bens inventariados, alguns que, por título legítimo anterior, pertencerem a qualquer corporação de assistência e beneficência legalmente existente, serão devolvidos a essa corporação, se a devolução for reclamada até 30 de Junho de 1912 pelo processo do decreto de 31 de Dezembro de 1910.

Artigo 79º

No caso de dúvida sobre a entidade a que pertence qualquer dos bens ou valores inventariados, o Estado prefere ao município e à paróquia, a paróquia ao município, qualquer deles às corporações de assistência e beneficência, e, entre estas, a misericórdia a qualquer outra.

Artigo 80º

Se, porventura, entre os bens ou valores inventariados, existirem alguns, que ainda pertençam em propriedade a indivíduos particulares, ser-lhes-ão devolvidos se os reclamarem, pelo processo do decreto de 31 de Dezembro de 1910, até 30 de Junho de 1913, e mesmo sem dependência desse processo se se tratar de coisas móveis de pequeno valor e não houver dúvida sobre a alegada propriedade.

Artigo 81º

Os bens ou valores inventariados, que tiverem sido doados, legados, ou por outra forma transmitidos, com encargos meramente culturais, tais como missas; aniversários, confissões, responsos, procissões e semelhantes, por indivíduos particulares, posteriormente à promulgação do Código Civil, e que deverem ficar pertencendo ao Estado ou aos corpos administrativos, nos termos dos artigos 62º e seguintes, poderão ser reclamados pelos próprios indivíduos, ou pelos seus herdeiros em linha recta, até 30 de Junho de 1912, pelo processo do decreto de 31 de Dezembro de 1910 quanto aos do Estado ou aos que, sendo dos corpos administrativos, estiverem, contudo, em seu poder, ou pelos meios ordinários sendo destes corpos locais e estando já em poder deles; mas, no caso de ser feita a reclamação pelos herdeiros, terão estes de mandar cumprir o encargo cultural, prestando para isso, judicialmente, a necessária caução.

Artigo 82º

Se o encargo estabelecido posteriormente à promulgação do Código Civil for de assistência e beneficência, ou de educação e instrução, os bens não poderão ser reclamados, embora, além desse encargo, haja outro cultural, de maior ou menor importância.

Artigo 83º

O Estado e os corpos administrativos locais farão cumprir os encargos, de origem particular, que onerarem os bens não reclamados ou não reclamáveis, mencionados nos artigos anteriores, reduzindo ao estritamente indispensável as despesas com a parte cultural e confiando esta, bem como a administração dos bens necessários para o seu cumprimento, à corporação que na respectiva circunscrição tiver a seu cargo o culto, nos termos dos artigos 17º e seguintes.

Artigo 84º

Se esta corporação não existir ou não for constituída até 31 de Dezembro de 1912, os bens ficarão livres do encargo cultural para todos os efeitos legais.

Artigo 85º

As disposições dos artigos anteriores são também aplicáveis aos bens, de origem particular, que já estiverem na posse e administração do Estado e dos corpos administrativos locais e lhes tiverem sido doados, legados ou por outra forma transmitidos, com encargos culturais, anteriormente à publicação do presente decreto com força de lei; mas, sobre uns e outros bens, os encargos culturais não subsistirão, e serão convertidos em serviços de assistência e beneficência, se tiverem sido doados, legados ou por outro modo transmitidos antes da promulgação do Código Civil.

Artigo 86º

As corporações de assistência e beneficência poderão aplicar em seu proveito as disposições dos artigos anteriores, desde que o resolvam em assembleia geral dos seus membros e o requeiram, pelo Ministério da Justiça, ao governo, que não poderá negar a autorização competente, se se tiverem observado as formalidades legais.

Artigo 87º

Os encargos de assistência e beneficência serão confiados, de preferência, às juntas de paróquia, com entrega, porém, dos bens por inteiro, salvo o caso de coexistência de encargo cultural que deva cumprir-se, porque então deverá ser deduzido dos bens o que for indispensável para esse encargo, nos termos do artigo 83º.

Artigo 88º

Do mesmo modo se procederá em relação aos encargos de educação e instrução, mas, neste caso, serão eles e os respectivos bens confiados ou entregues, de preferência, às competentes câmaras municipais.

Capítulo V

Do destino dos edifícios e bens

Artigo 89º

As catedrais, igrejas e capelas que têm servido ao exercício público do culto católico, assim como os objectos mobiliários que as guarnecem, serão, na medida do estritamente necessário, cedidos gratuitamente e a título precário pelo Estado ou pelo corpo administrativo local que deles for proprietário, à corporação que nos termos do artigo 17º e seguintes for encarregada do respectivo culto.

Artigo 90º

Os edifícios e objectos até agora aplicados ao culto público católico, e que para eles não forem necessários, incluindo os das corporações com individualidade jurídica, deverão ser destinados pela entidade proprietária, e poderão sempre sê-lo, de preferência, pelo Estado, a qualquer fim de interesse social, e nomeadamente à assistência e beneficência, ou à educação e instrução.

Artigo 91º

Compreendem-se entre os edifícios mencionados no artigo antecedente aqueles que, estando em construção ou já construídos, não chegaram a ser aplicados ao culto público, ou o não tiverem sido durante o espaço de um ano anterior à promulgação do presente decreto, assim como aqueles que forem situados em paróquia que não tiver, ou que não se constituir até 31 de Dezembro de 1912, uma corporação encarregada pelos fiéis de prover ao culto público católico.

Artigo 92º

Os edifícios, que foram aplicados ao culto católico pelos jesuítas, não mais poderão ter esse destino e serão utilizados pelo Estado para qualquer fim de interesse social.

Artigo 93º

A concessão gratuita dos edifícios e móveis mencionados no artigo 89º terminará, e o culto público deixará de realizar-se em qualquer desses edifícios, desde que se verifique uma das seguintes hipóteses:

- 1.º Se assim o determinar uma lei por superior motivo de interesse público;
- 2.º Se a corporação encarregada do culto for declarada extinta, ou deixar de cumprir as suas obrigações para com o Estado, ou aplicar o edifício ou os móveis a fins diversos do culto, ou os desvalorizar, danificar, inutilizar ou perder, por acção ou omissão, ou desobedecer às prescrições relativas aos monumentos artísticos ou históricos;
- 3.º Se o culto deixar de se realizar, salvo caso de força maior, durante mais de um ano consecutivo;

4.º Se a conservação do edifício e dos objectos mobiliários for prejudicada ou passar a ser suportada pela entidade proprietária, em consequência do não pagamento, por parte da corporação encarregada do culto, das quantias necessárias para aquela conservação e para os respectivos seguros contra incêndios, que serão obrigatórios e contratados a favor e em nome da entidade proprietária.

Artigo 94º

Nos edifícios referidos nos artigos anteriores só poderão tomar parte nas cerimónias cultuais, principal ou acessoriamente, os ministros da religião católica, que forem cidadãos portugueses, tiverem feito os seus estudos teológicos em estabelecimentos de ensino nacionais e não tiverem incorrido nem incorrerem na perda dos benefícios materiais do Estado.

Artigo 95º

Nas catedrais e igrejas, que até agora têm sido paroquiais, os ministros da religião encarregados de presidir às cerimónias do culto poderão ser os mesmos que actualmente desempenham essas funções, salvo se não satisfizerem aos requisitos do antecedente artigo ; e, quando por qualquer causa houverem de ser substituídos por outros, estes, sob pena de desobediência, não poderão funcionar enquanto o Estado, por intermédio do Ministério da Justiça, não verificar, sobre requerimento dos próprios, que reúnem as condições do artigo anterior e as mais necessárias para não resultar da sua investidura qualquer prejuízo para o Estado, o que deverá constar de despacho publicado no Diária do Governo dentro de dez dias a contar da entrega do requerimento, que se considerará deferido na falta de publicação do despacho nesse prazo.

Artigo 96º

A providência restritiva do artigo anterior não se aplicará quando a substituição resultar de impedimento temporário por tempo não excedente a trinta dias em cada ano, e o substituto for presumidamente hábil para o desempenho das respectivas funções, podendo todavia ser delas arredado, se essa presunção cessar perante prova em contrário ou surgirem perturbações de ordem pública ou risco iminente de que se produzam.

Artigo 97º

As cautelas dos artigos antecedentes só vigorarão enquanto o governo as reputar indispensáveis para a manutenção da ordem e tranquilidade pública, e sempre sem a menor intervenção sua ou dos seu agentes no exercício do culto; poderão, no entretanto, ser também aplicadas aos ministros que presidirem ao culto público de qualquer religião nos demais edifícios para isso destinados habitual ou

acidentalmente, seja qual for a sua propriedade e destino, e ainda aos restantes ministros que tomarem parte no culto público, quando e enquanto o bem do Estado assim o reclamar, publicando-se no Diário do Governo todas as providências tomadas a tal respeito.

Artigo 98º

Os paços episcopais, os presbitérios e os seminários serão concedidos para a habitação dos ministros da religião católica e para o ensino teológico, sem pagamento de renda, nas condições dos artigos 89º e 93º e nas mais constantes dos artigos seguintes.

Artigo 99º

Os paços episcopais serão concedidos gratuitamente na parte necessária para a habitação dos actuais prelados em exercício, enquanto eles presidirem às cerimónias culturais nos respectivos templos, tiverem direito às pensões de que tratam os artigos 113º e seguintes e não incorrerem na perda dos benefícios materiais do Estado.

Artigo 100º

Fora de Lisboa e Porto, os presbitérios poderão também ser concedidos gratuitamente, no todo ou em parte, para habitação dos actuais párocos em exercício, enquanto se verificarem acerca deles as condições do artigo antecedente.

Artigo 101º

As quintas, quintais, cercas, passais e outros terrenos rústicos anexos ou não às residências episcopais e paroquiais, não são compreendidos na cessão gratuita autorizada pelos artigos anteriores.

Artigo 102º

O Estado concede os actuais edifícios dos seminários de Braga, Porto, Coimbra, Lisboa (S. Vicente) e Évora para o ensino da teologia, sem pagamento de renda, durante cinco anos, a partir de 31 de Agosto próximo.

Artigo 103º

Sob as mesmas penas do artigo 50º, além da terminação da cedência gratuita, é expressamente proibido realizar reuniões políticas nos edifícios acima mencionados.

Artigo 104º

Os paços episcopais, presbitérios e seminários não aplicados, nos termos dos artigos anteriores, os terrenos rústicos, anexos ou não, e os demais bens mobiliários e imobiliários não mencionados nos artigos 89º e seguintes, incluindo todos os títulos de dívida pública averbados aos ministros da religião católica nessa qualidade, e os das

mitras, cabidos, sés, colegiadas, fábricas, passais, igrejas, e demais corporações de carácter religioso ou cultural, que não sejam das referidas no artigo 17º, e quer se achem já extintas por leis anteriores, quer o fiquem pelo presente decreto com força de lei, poderão ser, desde já, destinados pelo governo, directamente ou pelo que produzirem, a qualquer fim de interesse social, e serão definitivamente aplicados, depois da sua incorporação nos bens próprios da fazenda nacional, e sem prejuízo do disposto no artigo 112º, sucessivamente, aos seguintes destinos:

1º Ao pagamento dos encargos resultantes da concessão de pensões a que se referem os artigos 113º e seguintes;

2º À obra de preservação dos menores em perigo moral, criada pelo decreto de 1 de Janeiro de 1911;

3º A quaisquer outros fins de assistência e beneficência;

4º A quaisquer fins de educação e instrução.

Artigo 105º

Na parte sobranse dos paços episcopais e presbitérios concedidos para habitação dos ministros da religião católica, nos termos dos artigos 99º e 100º, poderão desde já instalar-se quaisquer serviços de grande interesse público, como escolas e outros.

Artigo 106º

Os edifícios e objectos mobiliários, a que se refere o artigo 89º, ficarão sob a guarda e conservação das juntas de paróquia respectivas, perdendo quaisquer outras corporações, a partir de 1 de Julho próximo, os direitos que a este respeito actualmente tenham.

Artigo 107º

Para os efeitos do artigo anterior, a corporação encarregada do culto, e, enquanto ela não existir, o ministro da religião, que presidir às cerimónias culturais, porá à disposição da junta de paróquia os fundos necessários para as despesas com a guarda e conservação dos edifícios e objectos destinados ao culto e pagamento dos prémios de seguro.

Artigo 108º

Em caso de divergência entre a junta e a entidade, que deve fornecer os fundos, decidirá a autoridade administrativa municipal, com recurso para o juiz de direito da respectiva comarca, em processo gratuito, sem selo e sem formalidades especiais.

Artigo 109º

A nomeação e exoneração dos chamados servos da igreja, que passarão a denominar-se guardas das igrejas públicas, serão da competência das juntas de paróquia, que tiverem a seu cargo a respectiva guarda e conservação, preferindo os que, a contento do povo, actualmente exerçam funções análogas; e podem as corporações culturais incumbi-los de quaisquer serviços auxiliares do culto, satisfazendo-lhos directamente.

Artigo 110º

Os edifícios a que se refere o artigo 98.º ficarão sob a vigilância da respectiva câmara municipal, mas os seus ocupantes serão obrigados a efectuar directamente a guarda e satisfazer os seguros e as despesas de conservação de

que eles carecem sob pena de serem tirados do seu poder.

Artigo 111º

Os bens a que se referem os artigos 90º a 92º e 104º serão guardados, conservados e administrados pelo Ministério da Justiça, por intermédio da Comissão central de execução da lei da separação e de comissões locais para isso designadas, com intervenção obrigatória dos agentes do Ministério Público na parte administrativa.

Artigo 112º

Apurados definitivamente os bens que pertencem ao Estado e ficam na sua livre disposição, serão transferidos para o Ministério das Finanças e incorporados nos próprios da fazenda nacional, para lhes ser dado o destino referido no artigo 104º, sem prejuízo da entrega às juntas de paróquia daqueles que representarem, no todo ou em grande parte, o resultado de subscrições locais posteriores à promulgação do Código Civil.

Anexo 3 - Foral outorgado por D. Sancho I a Montemor-o-Novo em 1203 e confirmado por D. Afonso II, em 1218.

Em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo. Amen.

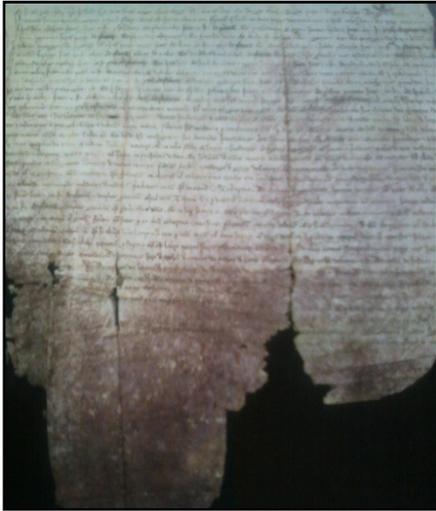


Figura 1 - Foral 1203, de Montemor-o-Novo

Eu, Rei Sancho, filho do grande Rei Afonso, juntamente com os meus filhos Rei Afonso e Rei Pedro e Rei Fernando e Rainha Teresa e Rainha Dulce, em honra de Deus e de Santa Maria sempre virgem e de todos os santos, queremos povoar Monte Maior. Damo-vos o Foral de Évora, tanto aos presentes como aos vindouros:

Que duas partes dos cavaleiros vão ao fossado e a terça parte fique na vila, e façam fossado uma vez por ano. E o que não for ao fossado pague pelo foral 5 soldos de fossadeira. E por homicídio pague 100

soldos ao paço. E por casa destruída com armas, escudos e espadas, pague 300 soldos e a sétima parte ao paço. E o que furtar pague nove por um, e tenha o acusador dois quinhões e a sétima ao paço. E aquele que forçar mulher e ela, clamando, disser que é forçada por ele e ele negar, apresente ela declaração de três homens de condição igual à dele. Ele jure com doze e se não tiver declaração jure sozinho e, se não puder jurar, pague-lhe 300 soldos e a sétima ao paço.

E a testemunha mentirosa e o fiel mentiroso paguem 60 soldos e a 7.^a ao paço e duplique o haver. E o que em juízo, no mercado ou na igreja ferir, pague 60 soldos, metade ao paço e metade ao concelho, e da metade do concelho a sétima ao paço. E o homem que seja gentil ou herdador não seja meirinho e aquele que, achando na vila penhores e fiador for penhorar ao monte, dobre a penhora e pague 60 soldos e a 7.^a ao paço. E o que não for (a juízo) ao sinal do Juiz e tirar os penhores ao saião, pague 1 soldo ao Juiz. E os que não forem ao apelido, cavaleiros e peões, excepto os que estão em serviço alheio, o cavaleiro pague 10 soldos, o peão 5 soldos aos vizinhos.

E o que tiver uma aldeia, uma junta de bois, 40 ovelhas e um burro, e dois leitões, compre cavalo. E o que quebrar o sinal com sua mulher, pague um soldo ao Juiz. E a mulher que deixar o seu marido de bênção, pague 300 soldos e a 7.^a ao paço. E o que deixar a sua mulher, pague um dinheiro ao Juiz.

E quem cavalgar cavalo alheio, por um dia pague um carneiro. E pague mais as angueiras, por um dia 5 dinheiros e por uma noite um soldo. E o que ferir com lança e espada, pela ferida pague 10 soldos, e se passar a outra parte, pague 20 soldos ao queixoso. E quem quebrar olho, braço ou dente, por cada membro pague sem soldos ao

lesado e este dê a 7^a ao paço. Aquele que ferir a mulher perante o seu marido, pague 30 soldos e a 7^a ao paço.

Quem mudar marco alheio na sua terra, pague 5 soldos e a 7^a ao paço. Quem quebrar extrema alheia pague 5 soldos e a 7^a ao paço. Quem matar serviçal alheio, o seu amo receba a multa do homicídio e dê a 7^a ao paço. Da mesma forma, do seu hortelão, do seu moleiro e do sei solarengo.

Quem tiver vassallos no seu solar ou na sua herdade, não sirvam a outro homem com a sua fazenda, a não ser ao senhor do solar. Tendras, moinhos e fornos dos homens de Monte Maior, sejam livres de foro.

Os cavaleiros de Monte Maior compareçam em juízo como ricos-homens e infanções de Portugal. Os clérigos tenham costume de cavaleiros. Os peões estejam em juízo como cavaleiros-vilãos de outra terra.

Aquele que vier como vozeiro de homem de fora da vila ao sei vizinho, pague 10 soldos, ao paço a 7^a. Gado de Monte Maior não seja sujeito a montadigo em terra alguma. O homem cujo cavalo ficar inutilizado, fique escusado até ao fim do ano, ainda que tenha outro. O mancebo que matar um homem e fugir para fora da vila, o seu amo não pague por homicídio.

Por todas as querelas do paço o Juiz seja vozeiro. Aquele que na vila penhorar, com o saião, e lhe tirarem os penhores, prove-o, e o saião, tomando testemunho de indivíduos de três freguesias, penhore por 60 soldos, metade para o concelho e metade para o queixoso. Os varões de Monte Maior não sejam dados em préstamo. E se os homens de Monte Maior entrarem em juízo com homens de outra terra, não corra entre eles querela por juramento, mas por inquérito de testemunhas ou por combate judicial.

E os homens que quiserem pousar com o seu gado no termo de Monte Maior paguem dele mantadigo: de rebanho de ovelhas 4 carneiros e de menada de vacas uma vaca. Este mantadigo é do concelho. E todos os cavaleiros que forem ao fossado ou à guarda, todos os cavalos que se perderem na algara ou na lide, primeiro, levantá-los-eis sem a quinta e depois dar-nos-eis a quinta directamente.

E todo(s) o(s) homem(s) de Monte Maior que encontre(m) homens de outras cidades cortado ou levando madeira dos montes, tomem tudo o que encontrarem, sem acusação. Das azarias e das guardas dêem-nos a quinta parte sem mais nada.

Todo o que penhorar ou fizer roubar gado doméstico, pague 60 soldos ao paço e duplique o gado do seu dono. Declaramos e para sempre confirmamos que quem quer que apreenda qualquer coisa a mercadores ou viajantes cristãos, judeus, ou mouros, que não seja (a vítima) fiador ou devedor, todo aquele que o fizer pague 60 soldos ao paço e duplique o gado ao seu dono. E, além disso, pague 100 morabítinos pelo couto que quebrou. O rei tem metade e o concelho metade.

Se alguém vier à vossa vila roubar alimentos ou outras coisas e aí for morto ou perseguido, não pague (o que matou) por isso nenhuma multa nem os seus parentes sejam considerados homicidas. E se com queixa disso vier ao Rei ou ao senhor da terra, pague 100 morabitanas, metade ao Rei e metade ao concelho. Mandamos e concedemos que, se alguém for ladrão e se, durante um ano ou dois, deixar de roubar, e se por alguma coisa que praticou for reincidente, não seja considerado ladrão, e se é ladrão e ladrão foi, pereça inteiramente e tenha pena de ladrão. E se alguém for acusado de furto e não é ladrão nem o foi, responda de acordo com os seus costumes.

Se algum homem raptar filha alheia contra sua vontade, restitua-a aos seus pais e pague-lhes 300 morabitanas e a 7.^a ao paço, e além disso seja considerado como homicida.

Quanto à portagem:

Foro de carga de cavalo de panos de lã ou de linho, um soldo. De carga de lã, um soldo. De carga de fustão, 5 soldos. De carga de panos de cor, 5 soldos. De carregamento de peixe, um soldo. De carga de burro, 6 dinheiros. De carga de coelhos de cristãos, 5 soldos. De carga de coelhos de mouros, um morabitano.

Portagem de cavalo que venderem no açougue, um soldo, de macho, um soldo, de burro, 6 dinheiros, de carneiro, 3 mealhas, de porco 2 dinheiros, de furão, 2 dinheiros.

De carga de pão e de vinho, 3 mealhas. De carga de pão, um dinheiro. De mouro que venderem no mercado, um soldo. De mouro que se libertar, a décima. De mouro que se ajuste com o seu senhor, a décima. De couro a vaca e de zebra, 2 dinheiros. De couro de cervo e de gamo, 2 mealhas. De carga de cera, 5 soldos. De carga de azeite, 5 soldos. Esta a portagem de homens de fora da vila: a terça do seu hospedeiro e duas partes para o Rei.

Eu, Rei Sancho, juntamente com os meus filhos, esta carta confirmamos e assinamos. Todo aquele que esta carta quiser infringir, seja maldito e excomungado. Amen.

Carta feita no mês de Março. Era de 1241.

Foram presentes: Martinho, arcebispo de Braga, confirmou. Martinho, bispo do Porto, confirmou. Dom Pedro, bispo de Lamego, confirmou. Dom Nicolau, bispo de Viseu, confirmou. Dom Pedro, bispo de Coimbra, confirmou. Dom Soeiro, bispo de Lisboa, confirmou. Dom Pelágio, bispo de Évora, confirmou. Afonso Mendes, Pretor de Santarém, testemunhou. Egas Pelágio, testemunhou. Rodrigo Viegas, testemunhou. João Gonçalves. Dom G(onçalo) Mendes, Mordomo da Cúria, confirmou. Dom Mar(tinho) Fernandes, Alteres-Mor do senhor Rei confirmou. Dom João Fernandes, Copeiro do senhor Rei, confirmou. Dom Rodrigo Mendes, confirmou. Dom Pelágio Soares, confirmou. Pelágio Peres, Pretor e povoador deste lugar, testemunhou. Pedro Nunes,

testemunhou. Fernando Nunes, testemunhou. Pedro Gomes, testemunhou. Juliano, notário da Cúria.

Eu, Afonso II, pela graça de Deus Rei de Portugal, juntamente com a minha esposa Rainha Dona Urraca e os nossos filhos infantes Dom Sancho e Dom Afonso e Dona Leonor, concedo e confirmo a vós, povoadores de Monte Maior, esta carta e este foral que vos deu meu pai, Rei Don Sancho, de excelentíssima memória. E, para que este meu feito tenha para sempre firmíssima validade, mandei fazer esta carta e a fiz munir com o meu selo de chumbo.

Esta carta foi feita no mês de Janeiro, em Santarém, na Era de 1256. Nós, supranominados que esta carta mandamos fazer e os abaixo designados, a confirmamos e nela fizemos estes sinais +++++.

Foram presentes: Dom Estevão, arcebispo de Braga, confirmou. Dom Martinho, bispo do Porto, confirmou. Dom Pedro, bispo de Coimbra, confirmou. Dom Soeiro, bispo de Lisboa, confirmou. Dom Soeiro, bispo de Évora, confirmou. Dom Pelágio, bispo de Lamego, confirmou. Dom Bartolomeu, bispo de Viseu, confirmou. Dom (Mar(tinho), bispo de Egiptânia, confirmou. Dom Martinho Joanes, Alteres-Mor do senhor Rei, Dom Pedro Joanes, Mordomo da Cúria, confirmou. Dom Lourenço Soeiro, confirmou. Dom Gil Valasques, confirmou. Dom João Fernandes, confirmou. Dom Fernando Fernandes, confirmou. Dom Gomes Soares, confirmou. Dom Rodrigo Mendes, confirmou. Dom Pôncio Afonso, confirmou. Dom Lopo Afonso, confirmou. Mendes Pelágio Cantor portuense, testemunhou. Pedro Garcia, testemunhou. Vicente Mendes, testemunhou. Martinho Peres, testemunhou. Pedro Peres, testemunhou. Joanino, testemunhou. Gonçalo Mendes, Chanceler da Cúria.

Texto extraído de *Portugaliae Monumenta Historica...* - *Leges et consuerudines* - tradução para português

Anexo 4- Foral outorgado por D. Manuel I a Montemor-o-Novo, em 1503

Foral da Vjlla de Monte Moor o Novo dado por El Rey dom sacho o prjmeiro



Figura 2 - Imagem do Foral Manuelino de Montemor-o-Novo

Dom Manuel ect.

Posto que por o dito foral nam fossem postos nelle nem declarados os Reguengos e propiedades que nos e a coroa Real destes Regnos na dita villa por seer cousa propia nossa patrimonjal Porem nos agora queremos fazer no foral desta villa o que temos feito nas outras de nossos Reynos. a saber. Declarar todollos direitos que avemos na dita villa os quaes sam s seguijntes.

Azinhal

Primeiramente he da coroa real o Reguengo nosso no termo da dita villa que chamam ho azinhal em que há xb arados que estam aforados e da Rendamentos a prazer dos lavradores E de dom Joham de Sousa nosso

guarda moor que de nos os ora traz.

E pagarão os lavradore delle as ditas penssoens e foros segundo as avenças e scrituras e contrautos que assy antre huns e os outros forem feitos por quanto o dito Reguemgo he da coroa Real ysentamente E por yssso as pessoas que em nosso nome ho tem ou tiverem husarão delle como atee aquj fizerão per prazer dos lavradores segundo se com elles comçertarem Assy do paão e pitanças como de quaaes quer cousas que se obrigarem de pagar per suas escripturas e comvenças.

E aos moradores da dita villa fique Inteiro seu direito e liberdade que tiverem ou poderão ter na servjntya do dito Reguengo sem embargo de lhe agora ser embargado ou empedido sem embargo do qual avemos por bem que se guarde seu direito.

Moynho

E allem das herdades encabeçadas que há no dito Reguemgo e demarcadas per suas devjsoens anda também com ho dito Reguemgo ho moynho que estaa no dito Reguemgo que paga sobre sy huum moyo de trigo e trinta alqueires de cevada.

Orta

E tem mais ysso mesmo no dito Reguengo huuma orta que esta a fonte do chãao em que ora estaa tome fernamdez que tem de foro cadano dous mjll Reaaes.

Casas

E tem ysso mesmo na dita villa humas casas que Remdem de foro dous mjll Reaaes cadano e doze galinhas e ovos as quaes estam do pelourynho da dita villa.

Reguengos do Castello

E tem mais a coroa real da dita villa outro Reguengo que anda com os direitos dalcaydaria e por ysso ho traz ora dom... (*sic*) nosso capitam dos ginetes como alcaide moor que he da dita villa E a vallia e Remda delle E assy doutro de çima do azyñhal ouvemos por escusada de crarar aquy por que nam pagam foro certo antes se mudam mujtas vezes e por ysso a Renda dellas nam vay aquj Porem o dito alcaide moor E as pessoas que depois delle o dito Reguengo de nos trouxerem o daram pollos preços que poderem por anno ou annos como lhe mais aprouver per prazer e comssentimento dos lavradores que nelles ouverem de lavrar No quall Reguengo os moradores da dita villa husarão como sempre costumaram O qual custume de tempo husado avemos por bem que se lhe guarde.

Tabaliaens

Pagarão os cynquo tabaliaens do Judicial em cada huum anno aquella penssam soamente que soyam de pagar os quatro ante que nestes Cynquo fossem acreçentados. a saber. Mjl e quatro centos Reaaes cada hum dos quatro que fazem soma Cynquo mjll e duzentos e sessenta Reaaes A qual soma se ade partir Igualmente pollos ditos tabaliaaens.

E pagam na dita maneira de mjll e quatro centos e quorenta Reaaes por anno cada huum dos tres tabaliaaens das notas da dita villa cada hum per sy.

Açougajem

Os açougues da dita villa sam nossos e per conssegujnte pagam a nos os direitos segujntes. a saber. pagam os almocreves que vem vender ao dito açougue de cada carga de pescado dous Reaaes E mais huum arrátel pera ho alcaide moor E se forem sardinhas pagarão os ditos dous REaaes E mais huuma dúzia de sardinhas de cada carga e este

direito pagam os de fora como os da villa E pagam mais os de fora o direito da portagem segundo em seu capitollo yra decrarado.

Çallayo

E as vendeiras que venderem na praça pagarão de quall quer cesto que tiverem ante sy vendendo dous çeitijys por dia E se he giga grande pagara meo Reall E de qual quer carga que venderem pagarão huum Reall E as padeiras pagarão de cada amassadura dois Çeitijys.

Carnjçeiros

E pagarão ysso mesmo açougaJem das carnes que cortarem no dito açougue o qual direito estam em custume de se pagar por avença que cadano os Rendeiros com os carnjçeiros fazem em que entra huuma casa propia dos ditos açougues em que os carnjçeiros sempre costumaram de terem e guardarem seus coyros e por que se faria escandallo aos ditos carnjçeiros quando a dita avença se lhe nom qujserem fazer pollos preços costumados Avemos por bem e mandamos que quando os Rendeiros ou ofiçiaaes senam qujserem comçertar com os ditos carnjçeiros que os Jujzes ordenairos vejam as avenças dos tres anos passados e de todos tres façam soma e o que montar no terço de todos tres ysso paguem os ditos carnjçeiros e mais nam.

Repairo dos açougues

E por quanto no corregimento dos ditos açougues nam se pode bem deternjnar segundo a Imqujriçam que mandamos disso tirar que quem avja de correger e Repairar os açougues do pescado. Decramos que o açougue da carne e assy a casa sobre dita pera Recolhimento dos ditos carnjçeiros seja sempre corregida e repairada de todo o que lhe comprir aa custa dos ditos direitos que se della pagam per quaaes quer pessoas que os ditos direitos de nos tiverem E quanto as casas e açougue em que se vende o pescado achamos polla dita Imqujriçam que nam estam em custume de se corregerem a custa das nossas Rendas E por tanto decramos que nam sejam a Isso obrigadas ao diante Porem polla dita Inqujriçam se mostra ho marques que foy da dita villa tomar e desfazer o açougue que estava dentro da villa e mandou fazer estoutro a sua custa E deu certa parte das casas delle a hum fernam diz carvalho a comdiçam que ele Repairasse sempre e corregesse o dito açougue A qual obrigaçam passa a deus sobçessores que devem de fazer a dita despesa e nam ho comçelho porem por nam ser ouvjdo primeiro Mandamos aos vereadores e procurador da dita villa que demandem loguo os possoydores das ditas casas pera a dita despesa e façam o feito concordir *sic*) dentro doyto meses so pena dy em diante fazerem a sua custa a despesa dos ditos açougues.

Manjnho

Os manjnhos da dita terra quando os ouuer seram dados per sesmeiros segundo nossa ordenaçam sem njnhuum foro nem trebuto.

Montados

Os montados dos gaados que vem a montar de fora ao termo da dita villa tynham em custume os ofiçiaaes da câmara de os Repartirem antre sy o que temos mandado que aRecade pera a arca e Renda do comçelho E assy mandamos que se faço daquj em diante com decraaçam que em câmara os ofiçiaens della façam as venças *sic*) com os donos dos gaados segundo sempre costumaram de fazer sem mais Rygor nem apressam dos criadore do que se atee quj costumou E dos gaados que entrarem sem vezinhança ou liçença ou avença dos ditos ofiçiaaes ou de seus Rendeiros pagarão por cada vez que assy forem achados a dez Reaes por cabeça de gaado vacuum E çynquo por porco E a Real por cabeça de gaado mjudo A qual pena e coyma senam levará senam despois que o malham for todo descuberto E o gaado andar todo de dentro do dito termo e doutra maneira nam.

E allem de foro que assy pagam ao dito concelho pagarão também aos senhorios dos montados o que se com elles comçertaram e assy do dano que lhe fizerem.

Cortar madeira

E foy yssso mesmo Reservado pera a dita villa allem do montado sobre dito que quem viesse a cortar madeira a seu termo perdesse a ferramenta e cousas com que a dita madeira cortasse Da qual palavra a dita villa nam husou segundo o Rigor do dito foral assy por guardarem boa vezinhança a seus comarcaaos como a elles mesmos nos taes lugares outro tal lhe fizessem E por tanto temperando a dita palavra com o costumes mandamos que os que achados cortar a dita madeira pera levar pera fora pagem por cada vez Çem Reaaes e mais a ferramenta com que a dita madeira cortarem E isto aqueles que nam tiverem liçença ou avença ou forem devora na comtenda da giesteira homde podem cortar sem coyma como sempre fizeram sem njnhuma outra emnovaçam.

E a pena darma E o gaado do vento E a dizima das sentenças E a portagem com todollos capitollos atte fym he tudo tal como Elvas tirando o capitollo da sacada carga por carga que este monte moor nom tem.

Dada em a nossa muy nobre e sempre leal Çidade de Lixboa aos xb. Dias dagosto anno do naçimento de nosso Senhor Jesu Cristo de Mjl e bc. iij. E vay scripto ho original em xix folhas subscripto e assynado pollo dito Fernam de Pina.

Anexo 5 - Visitação da igreja de St^a Maria dos Açougues, de Montemor-o-Novo

- 1534, Outubro, 19

“Santa maria dos açougues, alias da Villa

Vysytaçam da Igreja de samta maria dos açougues da Villa de momte moor o novo de que he comendador amdre pereira

Aos dezanove dias d’outubro de mill e b e XXX iij Visytou o dito luís alvarez de proença Visytador a Igreja de samta maria dos açougues da Villha de momte o moor o nouo em pessoa do vigario de uara da dita Villa beneficiados e toda a outraclerezia que na dita Igreja serue e huum Vereador e parte dos fregueses della a quall achou bem seruida no Espritoall e qanto ao temporall por achar que ho teyto della estaua descuberto por se ora acabarem de fazer as paredes de nouo as quaees. Já estan engualgadas atee cima e ora he muito neçesareo cubrir se com toda breuidade, mandou aos Juizes Vereadores ofiçiaees da dita Vila que tomem do çileiro da dita Igreja tamta da Remda do comendador que habaste pêra nadeirar de boa maneira e foRar de bordos a cubrir de telha com suas çimtas de cal per cima, de maneira que a dita Igreja fique bem concertada E eles ditos juizes Vereadores e ofiçiaes tomaram a dita Remda e faram e mandarão fazer a dita obra toda asy e da maneira que acima dito he, o que todo ay compriram ate o primeiro dia d’outubro primeiro que vem da era de mill e b e XXX b sob pena d’excumunham e de dez cruzados cada huum que ho asy nom Comprir E ate o dito tempo sob a dita pena outrosy da dita Remda mandarão os ditos ofiçiaees comçertar a cruz e Repaira-la de todo o que for neçesareo porquamto amda muito descomçertada.

(...)

Propriedades e eramças foreiras aa dita Igreja de samta maria dos açougues da dita Villa de momte moor o novo, e logo as que pertencem aos benefoçiadados.

(...)

Item outra casa na Rua da gualegua aforada a matinh’annes por uimta çimco reaes e duas galinhas

Item outra casa na Rua de fernando da Rosa aforada a Isabel Vaasquez por L reaes de huua gualinha

Item hua casa na Rua das Carvalhas aforada a Joam diaz por quinze reaes

Item outra casa na praça velha aforada a Diogo d’euora por dezasete reaes

Item hua adegua na praça Velha aforada a bertolameu Vaasquez por cento e dez reaes da huua gualinha

(...)

Item huua casa na Rua dos calado aforada a Joam fernandez por doze reaes

Item outras casas peguadas com a camara do comçelho afforadas a dioguo Rodriguez por sesemta reaes

Item outra casa na Rua pêro do quimtall aforada ao dito gioguo Rodriguez por uimta çimco reaes

Item huum quintall junto com as cisternas de Joam lobo aforadas a bastiam de ayros por biij reaes

Item huuns pardieyros junto com sam Joam afforadas ha Ruy guomez por vimte reaes

Item huua casa na Rua do Castelo aforada a maria da costa por trynta reaes a huua gualinha

Item huuas casas na dirá Rua aforadas a fernam guomez por 1 b reaes

(...)

Item huuas casas na Rua de sam Joaam aforadas a manoeel afondo por quinze reaes e duas gualinhas

Item huum feRegeall que esta a porta de'euora

Item outro ffeRegeall h porta d'euora

(...)

Item hua casa aa porta d'ueora aforada a margarida taguaRa por trymta reaes

Item outra casa que estaa Junto com há Igreja aforada a Joanna da cunha por trynta e çimco reaes

(...)

Item huuns pardieyros na Rua dos calados aforadas a Mateus calado por hua gualinha e huum framguão

Item huuas casas na Rua de Joaam seRaam aforadas a Ines de couto por cem reaes

(...)

Propriedades de que os foros pertencem soamente ao comemdadador da dita Igreja de samta maria

(...)

Item huuas casas ao pelourinho aforadas a Fernão Vaaz christão nouo por cem reaes

Item outras casas ao dito pelourinho aforadas a anRique mendez por 1 reaes e duas gualinhas

Item outras casas demtro na vila aforadas aos filhos de Fernão do couto por trymta reaes

Item outras casas que hora traz dioguo pirez aforadas por cento e cimcoenta reaes ao pelourinho

Item loguo ahy outras casas que traz fernam d'aluarez aforadas por cem reaes

Item outras casas ao mesmo pelourinho aforadas por CR reaes

(...)"

(B.P.E. – Cód. CXXIII – 1 – 1, f.342 – 350 v.)

Anexo 6 - Padre Pedro Botelho do Vale – informação paroquial de 1758

“Fica a sobredita Parochia com a porta principal para o Occidente, fundada em tres naves que se devidem, e se sustentão em catorze cullunas de pedra com tres capelas no frontispício. A de nave do meyo, e principal capela toda feita de emalhado ao moderno, com hum tribuna da mesma fabrica, e hum admiravel trono, tudo fundado sobre bazas de marmor, em hum plano da mesma pedra que tudo mandou fazer JIustrisimo Senhor Dom Frei Luis da Silva Arcebispo do Arcebispado no anno de 1694.

No altar da dita capela mor se vé colocada hum perfeita Jmagem de Nossa/ Senhora do Ó, chamada vulgarmente Santa Maria do Bispo, porem o seu orágo he a Senhora da Expectação, que está pintada em hum primozo retabolo que tapa a boca da tribuna; ficando da parte do Evangelho huma imagem do melhor natural, deste Povo o Senhor São João de Deos, e da parte da Epistola outra do Senhor São Brás de quem se venera na dita Jgreja huma relíquia, que toda a gente do Povo no seu dia concorre a bejar; a qual colocou na dita Jgreja em hum preciozo cofre Dom Gonsalo Coutinho, e sua mulher Dona Jzabel Marinha no anno de 1539.

Da parte da Epistola em outra nave se acha com similhante custo outra capela que mandarão fazer os Jrmãos da confraria do Santissimo Sacramento, e foi principiada no anno de 1658, e acabada de aperfeiçoar no de 1662, renovando ce, e pondo ce ao moderno no de 1701 fazendo ce lhe tribuna, trono, e sacrário em que dipozitádo o Santissimo Sacramento em hum cofre de prata sobredourádo fabricado a todo o custo: ficando hum espaçozo campo de capela de marmor cercado todo de grades de ferro, e nela se vêem pendentés tres alampadas de desmarcada grandeza em que de dia, e noite se concervão luzes que estão aluminando ao Santissimo Sacramento; dentro da capela fica a porta da sancristia da Jrmandade, feita de poucos annos com duas janellas huma ao Oriente, e outra ao Occidente que a fazem sobre grande vistoza. Nela se ajunta a Jrmandade no primeiro Domingo depois do Corpo de Deos, e fazem eleição de Juiz, escrivão. Tizoureiro, e quatro Deputados para administrarem os rendimentos da dita comfraria que chegão a trazentos e sincoenta mil reis livres das penções, os quais distrubuem no ornato da dita capella, e o necesario para sahir o viático aos enfermos com toda a decência, tendo para isto todas as insígnias de prata.

Na nave da parte do Evangelho fica outra capela, agora vulgarmente chamada do Santo Christo, que antigamente se chamava de São Jorge, que suposto que não está com taõ custozo ornato, tem aquele bastante para a veneração de hum Senhor Crucificado que no dito altar está colocado, ficando lhe a mão direita, a imagem de São Chrispim, e da esquerda a do Senhor Saõ Jorge.

Na nave da parte da Epistola estão fabricadas duas capelas huma da invocação do Santo Antonio que administraõ os decedentes do Dezebargador Manoel Vidigal de Moráis, em que se celebra missa todos os dias, e nella se acha colocada a imagem do dito Santo. Outra de Saõ Bartholmeu que o Cenádo da Camera administra, e paramenta,

tendo a fichada com grades de ferro, toda de entalhado ao moderno que se fés no anno de 1757 e se acabou de dourar no de 1758, na qual cpela em hum secrario está colocada huma reliquia do Santo Apostolo, que se venera, e beja no seu dia a qual se fecha com duas chaves huma que tem o Reytor da dita Jgreja, outra o Cenádo da Camara, a qual colocou na dita capela Simão de Misquita Cabral sendo cenador nesta vila: e a mesma mandou fazer Gomes eAnnes Carvalho no anno de 1457 com obrigação de se lhe dizer missa cotodianna, para o que deixou varias rendas, e aos cenadores, para as administrarem, e que paga a penção das missas e mais despezas da capela tudo o mais se gastace em honra do Corpo de Deos no seu dia.

Na nave da parte do Evangelho está outro altar á face da parede, em que se venera a imagem de Santa Catherina pintada, e tem no plano huma sepultura com sua campa de marmor, a qual he da administração de Lourenço de Carceres Caveleiro fidalgo da Caza do Senhor Rey Dom Joaõ 2º., e nella se naõ celebra já missa por lhe faltarem os ademistradores com o ornato necessário.

Na mesma nave logo a entrada da porta da Jgreja está a pia Baptismal a própria aonde o gloriozo Saõ Joaõ de Deos foi baptizado, e se custumaõ a baptizar todos os que nascem no distrito na dita Parochia, e ainda alguns de outras que por terem a ventura de serem baptizados na pia aonde se baptizou hum taõ grande Santo procuraõ com empenho licença do Preládo seos Pays para assim o comseguiem: e suposto seja groceira a pedra de que he fabricada, o ouro, e tintas com que está guarneçada a fazem sobresair de forma que parece muito precioza; está metida em huma capela toda pintada, e nella a imagem do Senhor Saõ Joaõ de Deos, fecha esta huma grade de ferro feita com huma tal fabrica, que parece se empinhou a idéa para esta obra; o que tudo se fes á custa dos naturais deste Povo, para que a pia estivece com toda a dicencia.

Na mesma nave junto a capela de Saõ Jorge está a porta da sancristia que he huma caza magnifica feita de abobada, e com huma janela para o Oriente que não só dá lús a dita sacristia, mas taõbem alegre os olhos dos que a ella chegaõ na vista de todo o Povo, e campos que se estende a muitas legoas. Da mesma se sobe por huma escada para a torre dos sinos que está fabricada sobre os muros da antiga villa, aonde estaõ colocados tres sinos, os quais se repicáraõ pelas mãos dos Anjos no nascimento do Patriarca Saõ Joaõ de Deos como em seu lugar direi.

Na mesma sancristia está outra porta por onde se entra para hum corredor que vai seguindo o corpo da Jgreja, e tendo esta de vaõ em largura sincoenta pés, e de comprimento sacenta e seis, tem aquelle de comprimento sincoenta e seis, ficando os mais que faltaõ metidos no vaõ de huma escada por onde se sobe para o coro, o qual seguindo o repartimento das naves, se devidem em tres coros, sendo o do meyo para os officios Divinos, neste se ademira a milagroza imagem de hum Senhor Crucificádo pintado na parede da parte da Epistola que [tem] por titolo o Senhor dos Romedios, em hum oratório de emtálho, com sua vidraça por diante, do qual está espalhando misericordias com todos os que de votamente com elle se pagaõ, dando lhe remédio a seos males, como o manifestaõ os muitos milagres de será que na parede se achaõ pendentos, em sinal dos que já tem feito.”

Dicionário Geográfico de Portugal, cit., p.1436-1438. **Cfr.** JORGE FONSECA, **op.cit.**, pp. 142 – 145. V. também ANTÓNIO ALBERTO BANHA DE ANDRADE, **Breve História das Ruínas do Antigo Burgo e Concelho de Montemor-o-Novo, cit.**, pp. 23-24; **id.**, **Subsídios para a História da Arte no Alentejo, cit.**, pp. 47-51.

Anexo 7- 1551, Abril 7, Almeirim. *Missiva régia nomeando Manuel Fragoso como vereador no lugar de Sebastião Álvares, pelo facto de este não morar dentro da cerca da vila.*

Autor diplomático: Manuel da Costa. Escrivão: João de Seixas. Assinatura do Rei.

AHMMN – A1 C5-6

Vereador e procurador da villa de Montemoor o Novo, eu ell Rey vos envio muito saudar.

Vy a carta que me srepveste sobre a provisão que a essa villa mandei dos vereadores deste anno presente de quinhentos cincoemta e huum em que dizeis que todos os tres vereadores que são Bastião Alvarez, Symão Freire e Andre Diaz da Costa morão no arrabalde que he contra o privilegio da villa de que me enviastes o trelado da verba que nisso ffalla que que diz que os vereadores sejam das pesoas quem morarem adentro da cerca da dita villa soamente huum que seraa dos que morarem no arrebalde pollo que me pedis que vos guarde o dito privilegio. Eu ey por bem avemdo respeito ao que dizeis que Manuell Fragoso que vive demtro da cerca seja huum dos [[ditos]] vereadores deste anoo e syrva com Symão Freire e Amdre Diaz da Costa posto que ambos morem no arrebalde. E quanto a Bastião Allvarez nam ficaraa este anno vereador e com esta declaração mando que se cumpra a dita provisão que vos asy tenho mandada.

Johão de Seixas a fez em Almeirim aos VII dias d' Abrill de mill e quinhentos cincoemta e hum.

(Mão de Manuel da Costa:) Manuel da Costa a fez screpver.

(Ass.) Rey

(Em baixo:) Reposta aa villa de Montemoor o Novo

(Fl. 3 versos, mão do escrivão:)

Por ell Rey

Aos vereadores e procurador da villa de Montemor o Novo

(Fl. 2 verso, outras mãos:)

Emleyção dos vereadores de 1551

emleyção do anno de 15L1 annos

Anexo 8 - 1554, Jul. 21, Lisboa. *Alvará régio endereçado ao provedor dos resíduos e contador das terças da comarca de Évora, isentando a vila de Montemor-o-Novo do pagamento das terças das calçadas por quatro anos. Autor diplomático: Manuel da Costa. Escrivão: Jorge da Costa. Assinatura do rei.*

A.H.M.M.N., A1 C5-21

Eu ell Rey faço saber a vos provedor dos residos e contador das terças na comarca d'Evora que ora soes e ao diamte for que o juiz vereadores e procurado da villa de Montemoor o Novo me enviarão huuns apontamentos per elles asinados e o trelado de huum dos ditos apontamentos he o seguimte:

Outrosy dizem que nos aremdamentos que se fazem das remdas do concelho os remdeiros que as arremdão, aalem do preço que por ellas dão de sua vomtade, prometem allguãs varas de calçada que poodem ser mil varas amtre todas pouco mais ou menos e ora o contador tira a terça destas varas pera Vossa Allteza, na qual terça se poode montar ao mais quatro ou cimquo mil reaes. Pedem a Vossa Allteza aja por bem que destas varas de calçada se não tire terça, visto como são dadas por livre vomtade dos remdeiros e pera prol comum da terá e as remdas não minguão por isso mas amtes crecem cad'anno, e isto pedem que lhe comceda Vossa Allteza daquy em diamte em casa huum anno quamdo arremdarem as remdas do concelho, com comdição que paguem os remdeiros per ordinária as taes calçadas por terem dellas muita necessarydade.

E avemdo respeito ao que no dito apomtamento dizem e por lhes fazer mercê, ei por bem e me praz que por tempo de quatro annos que começarão do primeiro dia de Janeiro do anno de V^o cimquoenta e tres em diamte se não arrecade nem leve pera mym a terça das calçadas que os remdeiros das remdas do comcelho da dita villa são e forem obrigados a fazer na dita villa e ao redor della aa sua custa per ordinária, aalem das conthias de seus arrendamentos e esto atee comtia de cimquo mil reaes cad'anno do que montar na dita terça. Porque por fazer mercê aa dita villa, ey por bem que se não leve a dita terça pollo dito tempo de quatro annos e vos mando que cumpraes e guardeis este allvara como se nelle contem o qual me praz que valha e passada per minha chamcelaria, sem embargo da ordenação do segumdo livro titollo vimte que diz que as cousas cujo effeyto ouver de durar mais de huum anno pasem per cartas e passamdo per allvaras não valhão e valleraa outrosy, posto que não seja passado polla chamcelaria, sem embargo da ordenação que despõe que os meus alvarás que não forem passados polla chamcelaria se não guardem.

Jorge da Costa o fez em Lixboa a XXI de Julho de mil e quinhentos cimquoenta e quatro. (Outra mão:) Manuel da Costa o fez escrever.

(Ass:) Rey

(Em baixo:) Alvara da vylla de Montemoor o Novo sobre as calçadas e terças dellas que Vossa Alteza por fazer mercê aa dita villa há por bem que se não levem nem arrecadem por quatro annos. Pera Vossa Alteza ver.

(f. 2v^o): Provisam de terça das calçadas que Sua Alteza fez merçe aa villa por quatro annos.

(f. 2 v^o, outra mão): Que se não faça terça das calçadas per tempo de 4 annos. 1554. De callsadas por tempo certo. 1554.

Doc. Rei D.João III

Anexo 9 - Cronologia das Obras de Intervenção no Castelo de Montemor-o-Novo

Data	Designação
1929	Reparação da torre do Relógio
1937	Apeamento e reconstrução de muralha: construção de muralha; remoção de entulhos e terras
1957	Reconstrução de telhado em ruína; construção de cintas de betão armado
1958	Obras no Convento da Saudação: reparação do telhado do refeitório e do dormitório
1961	Obras no Convento: demolição do telhado e tecto da sala de trabalho e recreio; reconstrução desse telhado; construção de cintas de betão armado em paredes; reconstrução desse tecto
1962	Reparação de telhados e reconstrução com madeiramento novo e telhas; impermeabilização de abóbada da Igreja; construção de cintas de travagem, alvenarias de tijolo em pilares sobre telhados; Reparação de dois troços de muralha; Classificação da fortaleza e das estruturas existentes no seu interior como Monumento Nacional
1963	Obras no Convento; demolição de telhado: construção em betão armado em coberturas, esteira de tijolo: reparação de telhados; caixilhos.
1964	Obras no Convento: demolição de telhados, pavimentos; construção de abobadilhas; reparação de paredes; benefícios nos pavimentos; construção de betão armado em lajes, cintas, lintéis, rincões; reconstrução de telhados: construção de esteiras em tijolo armado; carpintarias; pinturas; instalação eléctrica no corpo poente do edifício
1965	Reparação do relógio e substituição dos sinos da Torre do Relógio
1968	Arranque de ervas; ref. Juntas; construção de alvenaria hidráulica Obras de consolidação da muralha no troço entre a Porta da Torre do Relógio e a Porta do Bispo
1970	Consolidação da Torre do Relógio e obras de beneficiação do pano de muralha e Convento da Saudação
1974	Obras de consolidação da passagem sob o convento
1978	Arranjos de vários troços de muralha; reparação de telhados do convento; pinturas e caiação exteriores do convento Consolidação do pano de muralha
1979	Obras na Capela de S. João e no Convento
1980	Obras de recuperação e benefício no Convento e Capela de S. João Início do Processo de reaqusição dos terrenos do Castelo
1981	Reconstrução de rebocos e recuperação de alguns troços de muralha (Rebocos no Convento e Capela de S. João)
1982	Consolidação e recuperação de vários troços de muralha virada a nascente e reconstrução da porta
1983	Consolidação da abóbada da Torre do Anjo Consolidação da abóbada e paredes do Paço dos Alcaides Escavações Arqueológicas por Tatiana Resende
1986	Arranjo da parte superior da Torre do Anjo Reparação de vários troços de muralha
1987	Fim das escavações realizadas por Tatiana Resende
1991	Trabalhos de limpeza e remoção de entulho na Igreja de Santa Maria do Bispo
1992	A 01 de Junho o imóvel foi afecto ao Instituto Português do Património Arquitectónico,

	pelo Decreto-lei 106F/92 Escavações arqueológicas de Ana Gonçalves
1993	Fim das escavações realizadas por Ana Gonçalves
1997	Obras de recuperação da Cobertura do Convento da Saudação (DGEMN)
1998	Obras de recuperação, restauro de caixilharias pela Câmara Municipal
2001	Obras de salvaguarda da zona da Torre da Má-Hora e muralha adjacente (IPPAR) O Programa do Castelo instala a Oficina de Arqueologia no Convento da Saudação
2002	Retirada dos muretes no portal manuelino da Igreja de Sta. Maria do Bispo Inicio das escavações por parte do programa do castelo
2006	Obras na Igreja de S. Tiago e recuperação das pinturas murais da igreja.
2009	Estabilização de muros no Paço dos Alcades

Anexo 10 - Relatório de Actividades do Programa do Castelo -2001 - 2010

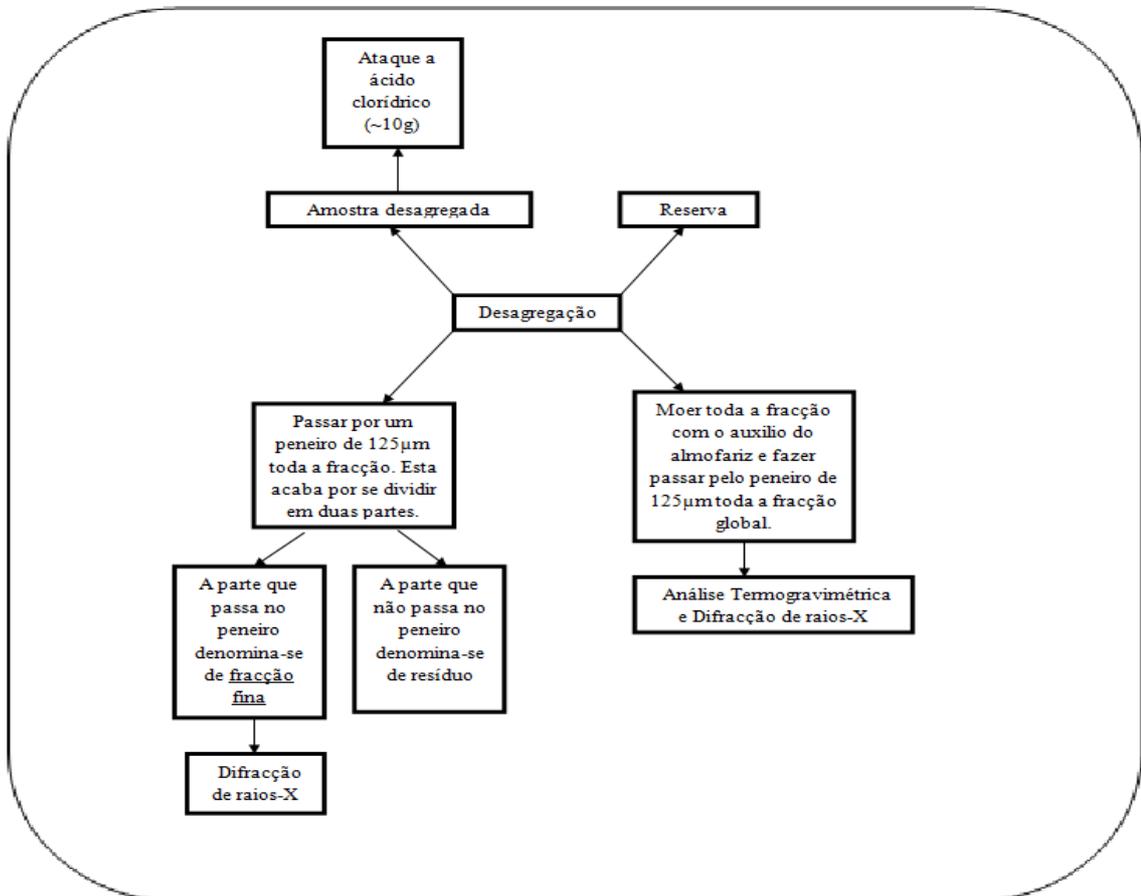
Anos de Actividade	Relatório de actividades do Programa do Castelo
2001	<ul style="list-style-type: none"> - Início da estruturação do Gabinete de trabalho para o Castelo; - Instalação no Convento da Oficina e reserva arqueológica; - Recolha de espólio do Convento, inventário e tratamento; - Tratamento de espólio arqueológico diverso; - Tratamento dos materiais das escavações (92/93); - Informatização, cartografia, desenho e fotografia; - Coordenação do estágio em arqueologia; - Definição de áreas de escavação no Castelo.
2002	<ul style="list-style-type: none"> - Organização, recolha e inventário de materiais; - Prospeção no Castelo; - Tratamento de espólio arqueológico; - Fotografia de materiais e trabalhos de campo; - Desenvolvimento da reserva arqueológica e conservação e restauro do espólio; - Registos cartográficos; - Sistema de informatização da base de dados; - Organização de processos para licença de escavações e gestão de trabalho; - Organização bibliográfica do fundo documental; - Inventário de desenhos arqueológicos digitalizados; - Proposta de itinerário arqueológico (castelo e centro histórico); - Preparação dos trabalhos arqueológicos do verão; - Acções de divulgação do programa (visitar guiadas, folhetos, brochuras); - Apoio ao gabinete do Centro Histórico (acompanhamento de intervenção, no rio, moinhos, envolvente do castelo e Convento da Saudação); - Realização de escavações de emergência; - Publicações de trabalhos científicos: - Participação em Montemor 2003; - Protocolo com o IPPAR e Plano Director do Convento; - Estabelecimento de cooperação Programa do Castelo – Centro Juvenil.
2003	<ul style="list-style-type: none"> - Organização, recolha e inventário de materiais; - Tratamento de espólio arqueológico diverso; - Conservação e restauro de algum espólio arqueológico; - Base de dados; - Participação em colóquios, seminários e formações específicas; - Campanha de escavações na Páscoa de 2003, com colaboração de alunos da U. Évora; - Protocolo da Câmara Municipal com a Universidade de Évora; - Acções de divulgação do programa (visitas de estudo, montagem e edição de catálogo); - Apoios ao gabinete do Centro Histórico; - Realização de escavações de emergência; - Publicação e divulgação de trabalhos científicos; - Organização e inventário de materiais; - Exposição “Um objecto, uma história, mês a mês”; - Organização do primeiro itinerário arqueológico; - Arranjos na Torre do Relógio e Convento; - Acções de requalificação do Castelo (transformação da antiga carreira de tiro em local de fruição, etc.); - Projecto de filmagem da Oficina de Arqueologia; - Participação nos “Forais 2003”.

<p>2004</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Acompanhamento de intervenções no Convento da Saudação; - Acompanhamento de obras no espaço eixo torre do relógio/ má-hora; - Apoio à definição de sítios e metodologia – parque de escultura; - Intervenção na Igreja de S. Tiago; - Iluminação do Castelo; - Apoio ao levantamento de edificado existente no castelo; - Levantamento topográfico; - Dinamização do projecto de reforço de electricidade e telecomunicações para o castelo; - Salvamento urgente da Igreja de S. Vicente; - Publicação e divulgação de trabalhos científicos; - Apoio a candidaturas para monumentos classificados; - Realização de escavações de emergência; - Informatização do inventário do património do concelho; - Continuação da exposição “um objecto, uma história, mês a mês”; - Outras acções de requalificação do castelo; - Acompanhamento do plano director do convento; - Cooperação do programa do castelo – centro juvenil; - Conservação e restauro do espólio arqueológico; - Escavações arqueológicas no castelo; - Colóquios, seminários e formação específica; - Cooperação com o IPPAR (S. Tiago e P.N.T.A.); - Acções de documentação, informação e divulgação do programa (exposição na feira da luz).
<p>2005</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Tratamento de espólio (escavações 03/04 e 05); - Organização do arquivo fotográfico; - Reorganização da reserva arqueológica; - Estágio profissional e municipal em património e em arqueologia e desenho; - Estágios curriculares da Universidade de Évora; - Acompanhamento de obras; - Realização de escavações de emergência; - Realização de visitar guiadas às escavações; - Acompanhamento de trabalhos académicos; - Colaboração com o IPPAR (recuperação da Igreja de S. Tiago e Convento da Saudação); - Exposições (Um objecto, uma história, mês a mês) e feira medieval; - Outras actividades.
<p>2006</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Escavações arqueológicas no Castelo; - Acompanhamento de obras; - Realização de escavações de emergência; - Publicação e divulgação de trabalhos científicos; - Conservação e restauro do espólio arqueológico;
<p>2007</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Acompanhamento de Obras (Obras da Igreja de S.Brissos; obras de colocação das infra-estruturas no Castelo, identificação e escavação da necrópole; relatório de obra da Igreja de S.Tiago); - Acompanhamento da montagem da exposição do Centro Interpretativo; - Inauguração do Centro Interpretativo; - Elaboração do catálogo da exposição do Centro Interpretativo; - Acolhimento dos visitantes; - Escavações arqueológicas de verão no castelo; - Consolidação de estruturas arqueológicas; - Estudo prévio para o projecto arquitectónico de salvaguarda de estruturas – arqueológicas – com o apoio da DAU; - Carta Arqueológica (investigação, prospecção, elaboração de base de dados)

	<ul style="list-style-type: none"> - Realização de Estágios profissionais e curriculares; - Apoio a trabalhos académicos; - Acções de formação (2º encontro de arqueologia; curso de SIG; I Encontro de divulgação em arqueologia); - Visitas guiadas (Convento da Saudação; Castelo; Centro Interpretativo e escavações arqueológicas; Moinhos e Rio Almansor); - Actividades de divulgação (Elaboração de artigos, participação em programa televisivo, elaboração de textos e comunicações); - Elaboração de relatório de visita ao património da Freguesia de Cortiçadas de Lavre; - Apoio à DASU nas obras da Igreja de S. Francisco, identificando vestígios de necrópole; - Colaboração com outras entidades; - Limpeza de antas e outro património do Concelho de Montemor-o-Novo; - Elaboração do Inventário do Retábulo no Concelho de Montemor-o-Novo; - Participação na instalação do parque de Escultura do Castelo; - Acompanhamento do circuito de visita pública ao Castelo e Torres; - Organização da Nova Reserva Municipal;
2008	<ul style="list-style-type: none"> - Acompanhamento da Obra de colocação de coberturas no Convento da Saudação; - Acompanhamento de acções de conservação e visitar ao Centro Interpretativo; - Escavações em Santa Maria da Vila no verão; - Elaboração de projectos para conservação e restauro das estruturas arqueológicas do castelo; - Escavação arqueológica e antropológica na cripta do Convento da Saudação; - Limpeza e trabalhos de consolidação de estruturas arqueológicas; - Consolidação da azulejaria em risco de derrocada do Convento da Saudação; - Conservação e restauro do espólio cerâmico das várias escavações; - Limpeza e conservação do espólio do Moinho do Ananil; - Continuação da elaboração da Carta Arqueológica do concelho; - Realização de Estágios profissionais e curriculares; - Apoio a trabalhos académicos; - Visitas guiadas (centro interpretativo; Convento da Saudação; Escavações; Património do Concelho); - Actividades de divulgação (elaboração de artigos; programas; elaboração de folhetos; acompanhamento da placa informativa do Património do Castelo); - Colaborações com outros serviços municipais; - Colaboração com outras entidades (Câmara de Évora; Museu Nacional de Arqueologia; Emerita; IGESPAR) - Continuação da Carta Arqueológica do Concelho; - Reabilitação do Convento da Saudação (obras nos telhados da igreja) - Outras actividades;
2009	<ul style="list-style-type: none"> - Acompanhamento da colocação de novas coberturas no Convento; - Pedido de acompanhamento da obra de iluminação das muralhas; - Acompanhamento da substituição de condutas junto ao Paço dos Alcaides; - Acompanhamento da identificação da conduta na Rua Condessa de Valenças; - Acompanhamento do estágio e acções de manutenção e conservação, assim como visitar ao Centro Interpretativo do Castelo; - Escavações arqueológicas em Santa Maria da Vila no verão; - Elaboração de relatório final de escavações na cripta do Convento; - Visitas a monumentos megalíticos dos Concelhos de Évora e Montemor; - Elaboração de Memória Descritiva com proposta de protecção das estruturas arqueológicas de Santa Maria da Vila; - Conservação e restauro de espólio cerâmico das escavações; - Elaboração de um guião da reserva arqueológica municipal;

	<ul style="list-style-type: none"> - Levantamento do estado de conservação do relógio da Torre do Relógio; - Organização de diverso espólio; - Consolidação de estruturas arqueológicas; - Inventário da base de dados do património arqueológico e arquitectónico; - Realização de Estágios profissionais e curriculares; - Apoio a trabalhos académicos; - Actividades de Divulgação (elaboração de artigos, comunicações, placas informativas do património do castelo, posters); - Colaboração com outros serviços municipais; - Finalizado contributo para o Inventário dos Retábulos de Talha Dourada do Concelho de Montemor-o-Novo; - Outras actividades; - Acções de formação (Curso de Introdução ao ArcGis I; Participação em Workshop); - Terminadas obras de recuperação dos telhados da Igreja do Convento.
<p>2010</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Acompanhamento arqueológico da obra de iluminação das muralhas; - Levantamento gráfico e fotográfico de todas as estruturas e achados; - Realização de Estágios profissionais e curriculares; - Centro Interpretativo do Castelo (colocação de placas direccionais; preparação de exposições temporárias de 2011; visitas guiadas a grupos de crianças); - Elaboração do relatório das escavações de 2009; - Realização de 7 sondagens no projecto “Rua do Mosteiro à Igreja de S. Tiago. Sondagens Arqueológicas de Diagnóstico”; - Realização de escavações em Santa Maria da Vila no verão; - Desenho arqueológico (realização de desenhos e tintagens das escavações arqueológicas e espólio arqueológico a ser exposto); - Realização de trabalhos de manutenção e continuação da organização das reservas arqueológicas municipais; - Limpeza, conservação e restauro do espólio cerâmico das campanhas de 06/07/08/09/10; - Trabalhos de conservação e limpeza de estruturas das escavações arqueológicas; - Envio final dos trabalhos da Carta Arqueológica do concelho para o IGESPAR; - Apoio à realização de trabalhos académicos; - Actividades de divulgação (publicações de artigos, comunicações, visitas guiadas, painel turístico do Castelo e painel das escavações); - Colaborações com outros serviços municipais; - Colaborações com entidades externas ao Município; - Aquisição de serviços da empresa Cromeleque para realização de trabalhos de inventariação do património cultural; - Plataforma informática “Inventário do Património Arquitectónico e Arqueológico do Concelho de Montemor-o-Novo” - Criação de Inventário de Espólio Arqueológico e do Inventário de contentores para as reservas arqueológicas municipais; - Outras actividades; - Realização de relatório sobre o estado do Convento da Saudação em colaboração com o Espaço do Tempo.

Anexo 11 - Análise Química da Argamassa (Alexandra Ferreira)



Análise Química por via húmida

Este método analítico assenta no ataque com ácido clorídrico da amostra desagregada. Depois de se efectuar o ataque a ácido clorídrico obtém-se o resíduo insolúvel e a fracção solúvel. No resíduo insolúvel estão presentes os agregados (areias) e na fracção solúvel resulta o ligante, ambos (areias e ligante) são utilizados na constituição da argamassa.

São vários os autores que mencionam este método para a caracterização das argamassas antigas, contudo, divergem no que respeita ao tipo de hb ácido a utilizar, a respectiva concentração e também quanto ao tempo de reacção entre a amostra e o ácido.

Por fim, esta análise permite a aplicação de várias técnicas, como por exemplo, o resíduo insolúvel, que resultou da análise química por via húmida é sujeito à caracterização granulométrica e respectivas observações na lupa binocular. [2]

➤ Ataque com ácido clorídrico

Procedimento experimental

- 1) Recolha de material necessário: bata, luvas, erlenmeyers de 250mL, placa de aquecimento, balança, balão volumétrico de 250mL e 500mL, bomba de vácuo, vareta de vidro, cadinho, papel de filtro, papel absorvente, pipeta graduada de 50mL, proveta de 100mL, parafilm, funil de buckner, caneta de acetato, atanaz, água destilada e a amostra desagregada.
- 2) Preparação da solução de ácido clorídrico de 1:3 num balão de 250mL.
- 3) Antes de se iniciar o ataque a ácido clorídrico, a amostra desagregada tem de ser submetida à desidratação na estufa a 40°C durante aproximadamente 12h.
- 4) Depois de seca, pesa-se aproximadamente 5g por ensaio de amostra num erlenmeyer de 250mL.
- 5) Seguidamente, humedece-se a amostra com água destilada quente (esta adição deve ser auxiliada por agitação, evitando a formação de grânulos).
- 6) Posteriormente, adiciona-se lentamente 60mL da solução de ácido clorídrico, que é submetido a agitação constante, durante aproximadamente 5 minutos.¹⁶⁰
- 7) Findo a libertação gasosa, procede-se ao aquecimento da do conjunto durante cerca de 15 minutos.
- 8) Terminado o aquecimento deixar repousar a amostra até ao dia seguinte.
- 9) Depois, decanta-se todo o resíduo e filtra-se o mesmo com auxílio da bomba de vácuo, para um cadinho desidratado e tarado.
- 10) Seguidamente, o cadinho com o papel de filtro no seu interior vai à estufa a 99,9°C durante 24h.
- 11) Após as 24h, retira-se o cadinho da estufa e reserva-se no exsiccador e pesa-se. (o ponto 10 e 11 do procedimento efectua-se até se obter um peso constante do conjunto da amostra).
- 12) Terminado o ataque a ácido clorídrico obteve-se uma fracção solúvel (solução-mãe) e o resíduo insolúvel (areias).
- 13) A solução-mãe é reservada num balão volumétrico de 500mL.

¹⁶⁰ A adição da solução de ácido permite a dissolução de ligante. Quando se trabalha com ácido clorídrico na amostra desagregada deve-se trabalhar na hotte devido à libertação gasosa de dióxido de carbono (CO₂).

- 14) Por fim, o resíduo insolúvel é pesado e separado através de peneiração mecânica, utilizando uma torre de peneiros de granulometria grosseira para granulometria fina.
- 15) A fracção que se obteve em cada peneiro é devidamente pesada a fim de se elaborar uma curva granulométrica dos agregados que constituíam a argamassa [2].

Anexo 12 - Fichas das Argamassas

Argamassas em Análise:

- Amostra 1 – CCS1

Cripta do Convento da Saudação de Montemor-o-Novo

Unidade Estratigráfica – Interior da Sepultura 6



Figura 3 - Amostra 1 – Argamassa da Cripta

Fonte – Programa do Castelo - 2011

As sepulturas da cripta do Convento da Saudação foram escavadas pela equipa de arqueologia

do Programa do Castelo no ano de 2008 durante as intervenções de salvaguarda da cripta. Foram escavados seis enterramentos em caixões de madeira, dos quais apenas restava a cal. Esta amostra foi recolhida em 2008, durante a campanha CSAUDCRIP, que se encontrava na reserva arqueologia municipal.

Os objectivos da análise desta argamassa são, datação de enterramento e verificar a presença de vestuário e suas tipologias.

- Amostra 2 – CCS2

Cripta do Convento da Saudação de Montemor-o-Novo

Unidade Estratigráfica – Interior da Sepultura 2

Proveniente das escavações realizadas na cripta do Convento da Saudação durante a campanha de salvaguarda realizada em 2008, referido na amostra anterior. Esta amostra foi recolhida em 2011 durante a recolha de argamassas no castelo para análise.

Os objectivos da análise da amostra 2 são, datação de enterramento e verificações de vestígios de vestuário e suas tipologias.



Figura 4 - Amostra 2 – Argamassa da Cripta, sepultura 2

Fonte – Programa do Castelo - 2011



Figura 5 - Local de recolha da Amostra 2 – Argamassa da Cripta, sepultura 2

Fonte – Programa do Castelo - 2011

- Amostra 3 – EASMV-A3

Escavações Arqueológicas de Santa Maria da Vila – Adega

Unidade Estratigráfica – Compartimento XI

Amostra proveniente nas escavações de 2005, numa área cuja profusão de materiais e vestígios levam a crer que se trataria de uma adega. O compartimento XI, XII e XIII estariam

possivelmente relacionados com o processo produtivo de vinho. No caso específico do compartimento XI, este estaria ligado à fermentação da uva.

Os objectivos da análise desta amostra são, datação e verificação da existência de vestígios de produção vinícola.



Figura 6 - Amostra 3 – Argamassa da adega, compartimento XI

Fonte – Programa do Castelo - 2011



Figura 7 – Local de recolha de Amostras de Argamassa da adega

Fonte – Programa do Castelo - 2011

- Amostra 4 - EASMV-A4

Escavações Arqueológicas de Santa Maria da Vila – Adega

Unidade Estratigráfica – Compartimento XII

Amostra proveniente nas escavações de 2005, numa área cuja profusão de materiais e vestígios levam a crer que se trataria de uma adega. O compartimento XI, XII e XIII estariam possivelmente relacionados com o

processo produtivo de vinho. No caso específico do compartimento XII, este seria o local onde seria pisada a uva.

Os objectivos da análise desta amostra são, datação e verificação da existência de vestígios de produção vinícola.



Figura 8 - Amostra 4 – Argamassa da adega, compartimento XII – (Programa do Castelo - 2011)

Fonte – Programa do Castelo - 2011



Figura 9 – Local de recolha de Amostras de Argamassa da adega

Fonte – Programa do Castelo - 2011

- Amostra 5 - EASMV-A5

Escavações Arqueológicas de Santa Maria da Vila – Adega

Unidade Estratigráfica –
Compartimento XIII

Amostra proveniente nas escavações de 2005, numa área cuja profusão de materiais e vestígios levam a crer que se trataria de uma adega. O compartimento XI, XII e XIII

estariam possivelmente relacionados com o processo produtivo de vinho. No caso específico do compartimento XIII seria o local por onde escorreria o vinho após ser pisado.

Os objectivos da análise desta amostra são, datação e verificação da existência de vestígios de produção vinícola.



Figura 10 - Amostra 5 – Argamassa da adega, compartimento XIII

Fonte – Programa do Castelo - 2011



Figura 11 – Local de recolha de Amostras de Argamassa da adega

Fonte – Programa do Castelo - 2011

- Amostra 6- EASMV-A6

Escavações Arqueológicas de Santa Maria da Vila – Adega

Unidade Estratigráfica – Compartimento XIII

Amostra proveniente nas escavações de 2005, numa área cuja profusão de materiais e vestígios levam a crer que se trataria de uma adega. O compartimento XI, XII e XIII estariam

possivelmente relacionados com o processo produtivo de vinho. No caso particular do compartimento XIII este local possui vestígios de uma entrada e de uma possível lagareta.

Os objectivos desta análise são, datação e verificação de existência de vestígios de produção vinícola.



Figura 12 – Amostra 6 – Argamassa da adega, compartimento VIII

Fonte – Programa do Castelo - 2011

- Amostra 7 - EASMV-ET 7

Escavações Arqueológicas de Santa Maria da Vila – Estrutura em Taipa

Unidade Estratigráfica – Estrutura I-07

Amostra proveniente das escavações realizadas no castelo em 2005. A estrutura escavada é o único exemplo encontrado de uma construção em taipa com revestimento em argamassa nesta área escava do castelo.

O objectivo da análise da amostra 7 é conseguir obter a sua datação.



Figura 13 - Amostra 7 – Argamassa da estrutura em taipa

Fonte – Programa do Castelo - 2011



Figura 14 – Local de recolha da Amostra 7 – Argamassa da estrutura em taipa

Fonte – Programa do Castelo - 2011

- Amostra 9 - EASMV-S9

Escavações Arqueológicas de Santa Maria da Vila – Sinagoga

Unidade Estratigráfica – Camada 2

Amostra retirada da camada 2 de um edifício que pelas suas dimensões e características foi identificado como sendo possivelmente a desaparecida sinagoga posteriormente transformada em cadeia. Sabe-se que anos mais tarde esta foi alvo de um incêndio de grandes dimensões.



Figura 15 - Amostra 9 – Argamassa da sinagoga, camada 2

Fonte – Programa do Castelo - 2011

Os objectivos da análise desta amostra são, datação do edifício e verificar se a argamassas foram sujeitas a temperatura de incêndio.



Figura 16 – Local de recolha da Amostra 9 – Argamassa da sinagoga, camada 1

Fonte – Programa do Castelo - 2011

- Amostra 10 - EASMV-S10

Escavações Arqueológicas de Santa Maria da Vila – Sinagoga

Unidade Estratigráfica – Camada 3

Amostra retirada da camada 3 de um edifício que pelas suas dimensões e características foi identificado como sendo possivelmente a desaparecida sinagoga posteriormente transformada em cadeia.

Sabe-se que anos mais tarde esta foi alvo de um incêndio de grandes dimensões.

Os objectivos da análise desta amostra são, datação do edifício e verificar se a argamassas foram sujeitas a temperatura de incêndio.



Figura 17 - Amostra 10 – Argamassa da sinagoga, camada 3

Fonte – Programa do Castelo - 2011

- Amostra 11 - EASMV-S11

Escavações Arqueológicas de Santa Maria da Vila – Sinagoga

Unidade Estratigráfica – Pavimento 1

Amostra retirada do pavimento de um edifício que pelas suas dimensões e características foi identificado como sendo possivelmente a desaparecida sinagoga posteriormente transformada em cadeia. Sabe-se que anos mais tarde esta foi alvo de um incêndio de grandes dimensões.

Os objectivos da análise desta amostra são, datação do edifício e verificar se a argamassas foram sujeitas a temperatura de incêndio.



Figura 18 - Amostra 11 – Argamassa da sinagoga, pavimento 1

Fonte – Programa do Castelo - 2011

- Amostra 12 - EASMV-C3/S12

Escavações Arqueológicas de Santa Maria da Vila – Silo/Cisterna 3

Unidade Estratigráfica – Boca de Silo/ Cisterna 3

Amostra proveniente das escavações realizadas na zona de Santa

Maria da Vila, numa área onde existem vários outros silos. Este silo ou cisterna do qual a função principal é indeterminada

entre armazenamento de água e cereais. As paredes da construção são feitas em alvenaria alternada de pedra e argamassa. Foram encontrados vários materiais no interior do silo/cisterna que datam do século XII ao século XV.

Os objectivos da análise da amostra 12 são, datação da construção e verificar qual o tipo de material armazenado.



Figura 19 - Amostra 12 – Argamassa do silo/cisterna, Boca de silo/ cisterna 3

Fonte – Programa do Castelo - 2011



Figura 20 – Local de recolha da Amostra 12 – Argamassa do silo/cisterna, Boca de silo/ cisterna 3

Fonte – Programa do Castelo - 2011

- Amostra 13 – MNCM13

Muralha Norte do Castelo

Unidade Estratigráfica – Torreão 4

Amostra recolhida numa zona da muralha norte onde não sofreu intervenções nas obras dos anos 40. Pensa-se que será proveniente da cerca original, de alvenaria de pedra de grande espessura, com paramento de altura irregular.

Com a análise desta amostra pretende-se obter a datação da argamassa e da muralha percebendo-se se é a original.



Figura 21- Amostra 13 – Argamassa da Muralha Norte, Torreão 4

Fonte – Programa do Castelo - 2011



Figura 22 – Local de recolha da Amostra 13 – Argamassa da Muralha Norte, Torreão 4

Fonte – Programa do Castelo - 2011

- Amostra 14 – ISJB14

Igreja de S. João Baptista

Unidade Estratigráfica – Junto ao silhar visigótico

Amostra recolhida da Igreja de S. João Baptista cuja primeira referência data de 1302. Pensa-se que esta igreja poderá ter sido anteriormente uma *qubba* muçulmana. Existe outro elemento decorativo que aposta para uma possível origem visigótica deste espaço, um silhar visigótico com decoração ondulante com volutas ou espirais que possivelmente se encontra *in situ*.

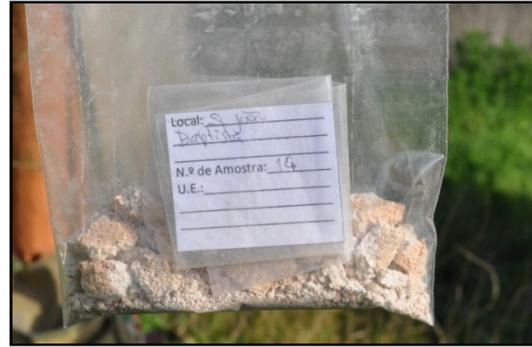


Figura 23 - Amostra 14 – Argamassa da Igreja de S. João Baptista, Junto ao silhar **Fonte** – Programa do Castelo - 2011

O objectivo da análise da amostra 13 prende-se com a obtenção da datação da argamassa que se encontra no arco da entrada onde se encontra o silhar.



Figura 24 – Local de recolha da Amostra 14 – Argamassa da Igreja de S. João Baptista, Junto ao silhar

Fonte – Programa do Castelo - 2011

- Amostra 15 – PA 15

Paço dos Alcaides

Unidade Estratigráfica – Torreão Nordeste

Amostra retirada do Paço dos Alcaides, paço este que se encontra localizado no monte maior do espaço do Castelo. Não se sabe ao certo a data da sua construção, é possível que já existisse na época muçulmana e continuou a existir após a conquista cristã. Este edifício sofreu obras mais tarde aquando da instalação neste espaço de D. João, o Marquês de Montemor.

O objectivo da análise desta amostra de argamassa pretende obter a datação da construção.



Figura 25 - Amostra 15 – Argamassa do Paço dos Alcaides, Torreão Nordeste

Fonte – Programa do Castelo - 2011

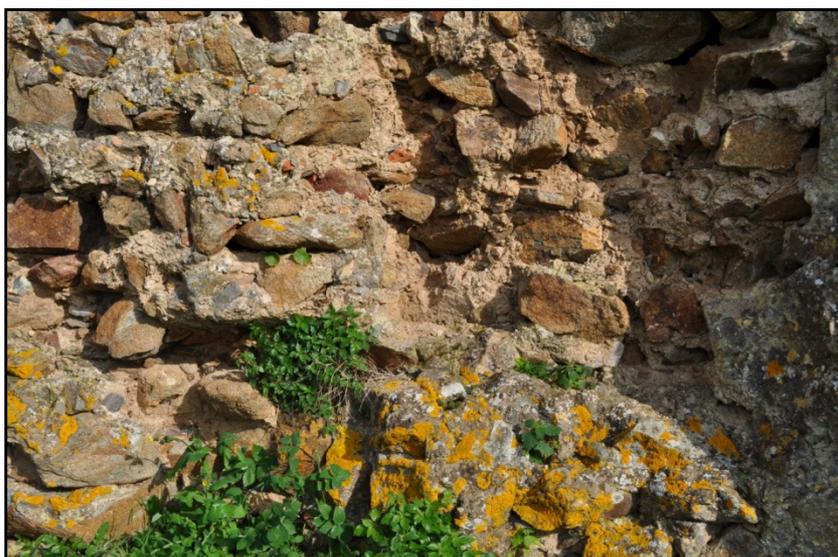


Figura 26 – Local de recolha da Amostra 15 – Argamassa do Paço dos Alcaides, Torreão Nordeste

Fonte – Programa do Castelo - 2011

Anexos Fotográficos

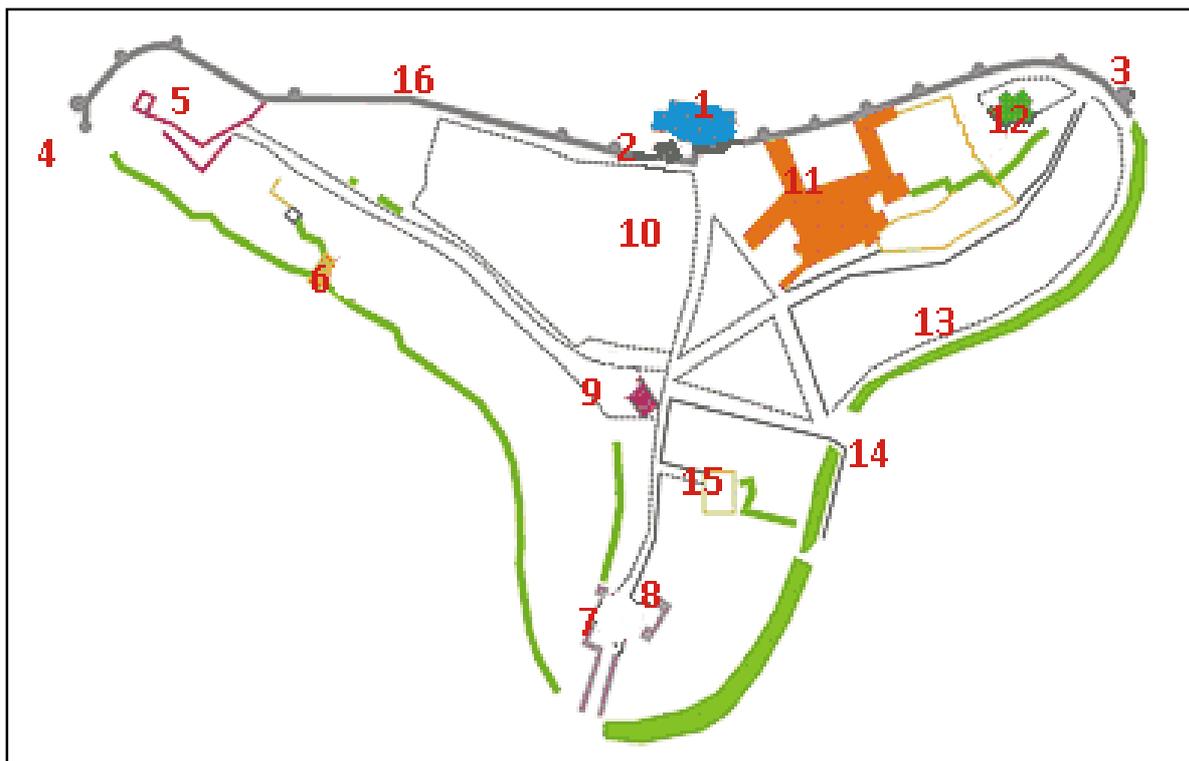


Figura 27 – Planta do Castelo de Montemor-o-Novo

1- Casa da Guarda

2- Torre do Relógio e Porta da Vila ou de Santarém

3- Torre da Má Hora e Porta do Sol ou de Santiago

4- Torre do Anjo e Porta do Anjo ou de Lisboa

5- Igreja de Nossa Senhora do Bispo

6- Cisterna

7- Paço dos Alcaides

8- Igreja de S. João Baptista

9- Ruínas dos Paços do Concelho

10- Zona das escavações de Santa Maria da Vila

11- Convento da Saudação

12- Igreja de S. Tiago

13- Mata do Castelo

14- Local da desaparecida Porta de Évora

15- Depósito de Água

16- Muralha norte do Castelo, reconstruída nos anos 40

Autor: Ana Abelha, Junho de 2011

Obras realizadas no Castelo durante o século XX, obtidas do site
www.monumentos.pt



Figura 28 - Torre da Má Hora, antes da realização das obras da década de 40

Fonte - www.monumentos.pt – Acesso em: 17/05/2011.



Figura 29 - Torre da Má Hora, antes da realização das obras da década de 40

Fonte - www.monumentos.pt – Acesso em: 17/05/2011.

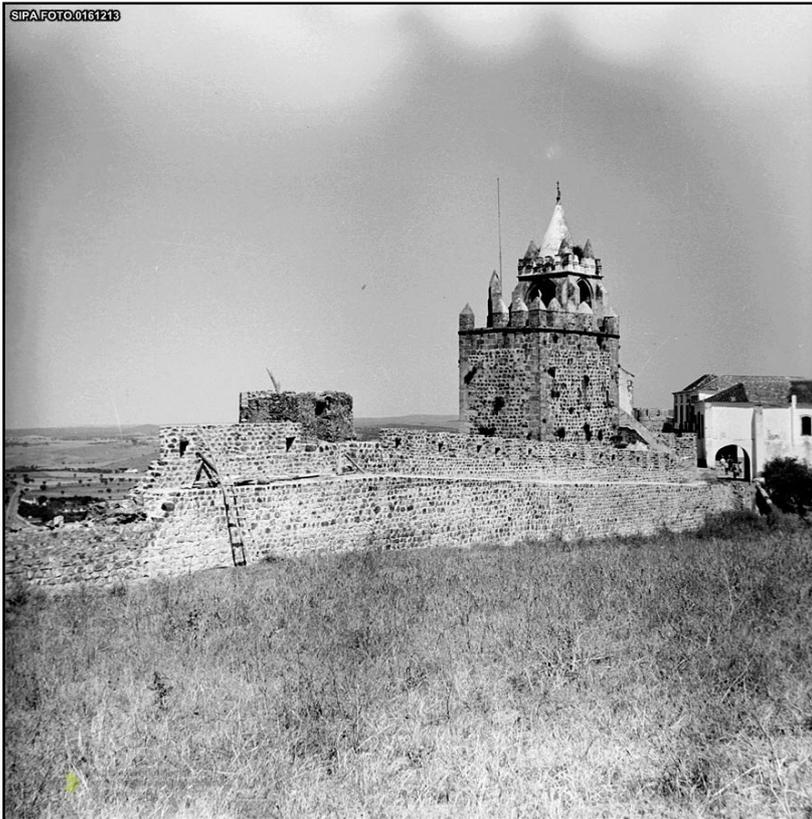


Figura 30 - Torre do Relógio, durante a realização das obras da década de 40

Fonte - www.monumentos.pt - Acesso em: 17/05/2011.



Figura 31 - Torre do Relógio, antes da realização das obras da década de 40

Fonte - www.monumentos.pt - Acesso em: 17/05/2011.



Figura 32 - Pano da muralha norte do Castelo de Montemor-o-Novo, antes da realização das obras da década de 40

Fonte - www.monumentos.pt – Acesso em: 17/05/2011.

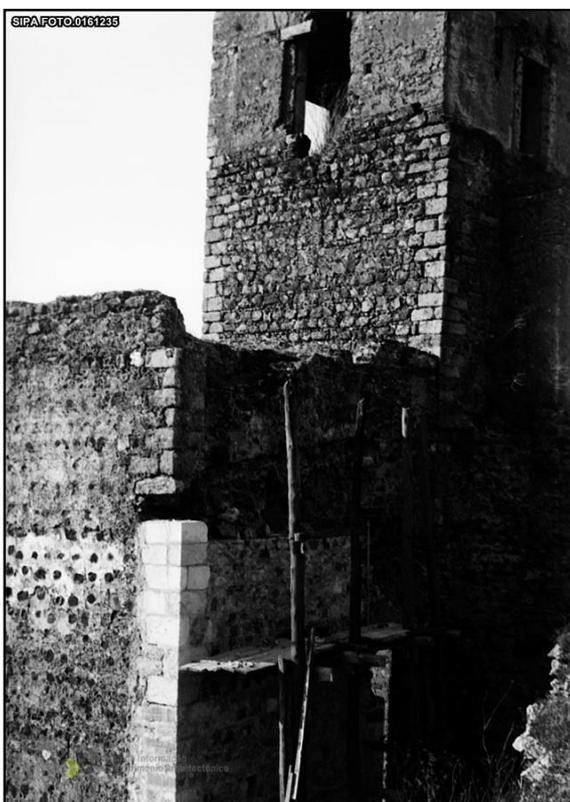


Figura 33 - Torre do Ano, durante a realização das obras da década de 40

Fonte - www.monumentos.pt – Acesso em: 17/05/2011.



Figura 34 - Pano da muralha norte do Castelo de Montemor-o-Novo, durante a realização das obras da década de 40

Fonte - www.monumentos.pt – Acesso em: 17/05/2011.



Figura 35 - Pano da muralha norte do Castelo de Montemor-o-Novo, antes da realização das obras da década de 40

Fonte - www.monumentos.pt – Acesso em: 17/05/2011.



Figura 36 - Realização de obras no telhado do Convento da Saudação - 1957

Fonte - www.monumentos.pt – Acesso em: 17/05/2011.



Figura 37 - Realização de obras no telhado do Convento da Saudação - 1996

Fonte - www.monumentos.pt – Acesso em: 17/05/2011.

Muralha do Castelo de Montemor-o-Novo



Figura 38 - Muralha do Castelo de Montemor-o-Novo, pano norte da muralha - (Ana Abelha – 2011)

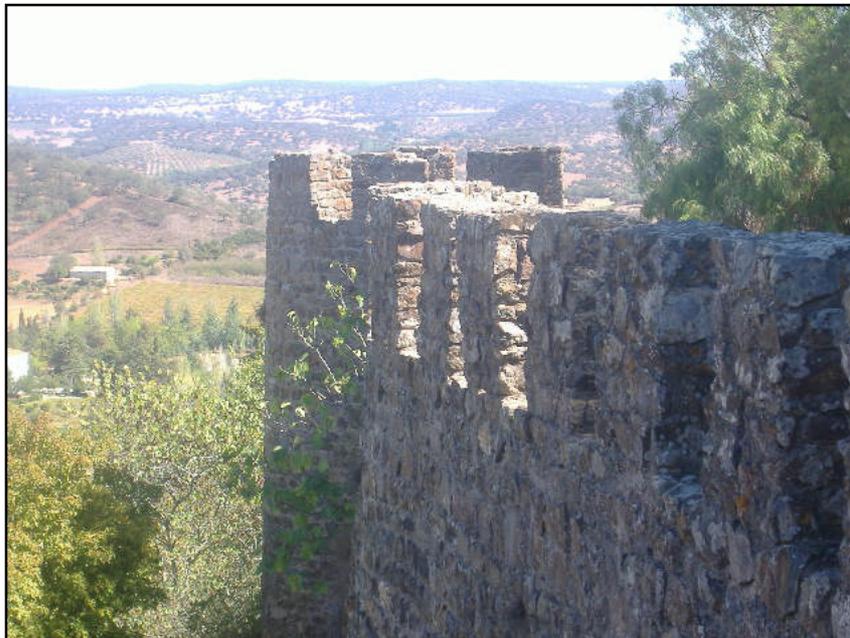


Figura 39 - Promenor de ameias do pano norte da muralha do Castelo de Montemor-o-Novo - (Ana Abelha – 2011)



Figura 40 - Bebedouros ou arcos tumulares embutidos no interior da muralha do Castelo de Montemor-o-Novo - (Ana Abelha – 2011)



Figura 41 - Trecho da muralha oeste muito destruído e praticamente destruído do Castelo de Montemor-o-Novo - (Ana Abelha – 2011)

Portas da Vila intra-muros de Montemor-o-Novo



Figura 42 - Porta do Sol ou de Santiago, Castelo de Montemor-o-Novo - (Ana Abelha – 2011)



Figura 43 - Porta do Sol ou de Santiago vista do exterior da muralha, Castelo de Montemor-o-Novo - (Ana Abelha – 2011)



Figura 44 – Porta da Vila ou de Santarém, vista do exterior do Castelo de Montemor-o-Novo - (Ana Abelha – 2011)



Figura 45 – Porta da Vila ou de Santarém, Castelo de Montemor-o-Novo - (Ana Abelha – 2011)



Figura 46 – Porta do Anjo ou de Lisboa, vista do exterior do Castelo de Montemor-o-Novo - (Ana Abelha – 2011)



Figura 47 – Porta do Anjo ou de Lisboa, Castelo de Montemor-o-Novo - (Ana Abelha – 2011)

Torres do Castelo de Montemor-o-Novo



Figura 48 – Torre do Relógio, vista do interior do Castelo de Montemor-o-Novo - (Ana Abelha – 2011)



Figura 49 – Torre do Relógio, vista do exterior do Castelo de Montemor-o-Novo - (Ana Abelha – 2011)



Figura 50 – Sino da Torre do Relógio, Castelo de Montemor-o-Novo - (Ana Abelha – 2011)



Figura 51 – Relógio de Sol da Torre do Relógio, Castelo de Montemor-o-Novo - (Ana Abelha – 2011)



Figura 52 – Torre da Má Hora vista do exterior da muralha, Castelo de Montemor-o-Novo - (Ana Abelha – 2011)



Figura 53 – Torre da Má Hora, Castelo de Montemor-o-Novo - (Ana Abelha – 2011)



Figura 54 – Torre do Anjo, Castelo de Montemor-o-Novo - (Ana Abelha – 2011)



Figura 55 – Torre do Anjo vista do exterior, Castelo de Montemor-o-Novo - (Ana Abelha – 2011)

Paço dos Alcaides



Figura 56 – Paço dos Alcaides, Castelo de Montemor-o-Novo - (Ana Abelha – 2011)



Figura 57 – Paço dos Alcaides, Castelo de Montemor-o-Novo - (Ana Abelha – 2011)



Figura 58 – Paço dos Alcaides, Pano de Parede subsistente, Castelo de Montemor-o-Novo - (Ana Abelha – 2011)



Figura 59 – Paço dos Alcaides, Torre e depósito de água que se encontra no seu interior, Castelo de Montemor-o-Novo - (Ana Abelha – 2011)

Igrejas do Castelo de Montemor-o-Novo

Igreja de São João Baptista



Figura 60 – Antiga entrada entaipada da Igreja de São João Baptista, virada para o Paço dos Alcaides, Castelo de Montemor-o-Novo - (Ana Abelha – 2011)



Figura 61 – Actual entrada da Igreja de São João Baptista, Castelo de Montemor-o-Novo - (Ana Abelha – 2011)



Figura 62 – Cúpula da Igreja de São João Baptista, Castelo de Montemor-o-Novo - (Ana Abelha – 2011)



Figura 63 – Campanário e antigo portal sudoeste com arco quebrado da Igreja de São João Baptista, Castelo de Montemor-o-Novo - (Ana Abelha – 2011)

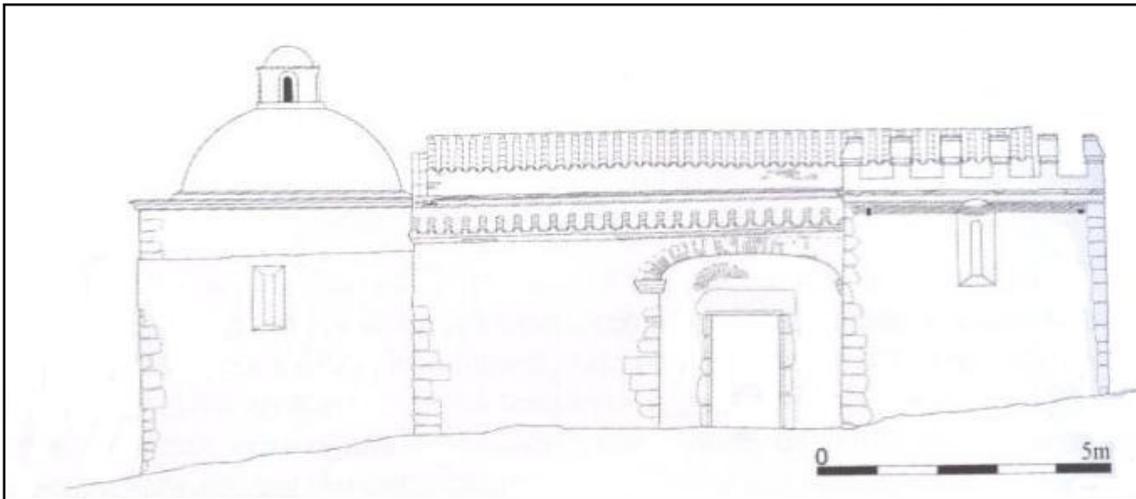


Figura 64 – Alçado noroeste da Igreja de São João Baptista, Castelo de Montemor-o-Novo

Fonte - Gonçalo Lopes - A Igreja de S. João Baptista de Montemor-o-Novo: uma arqueologia do monumento, in *Almanson*, nº6, 2007.

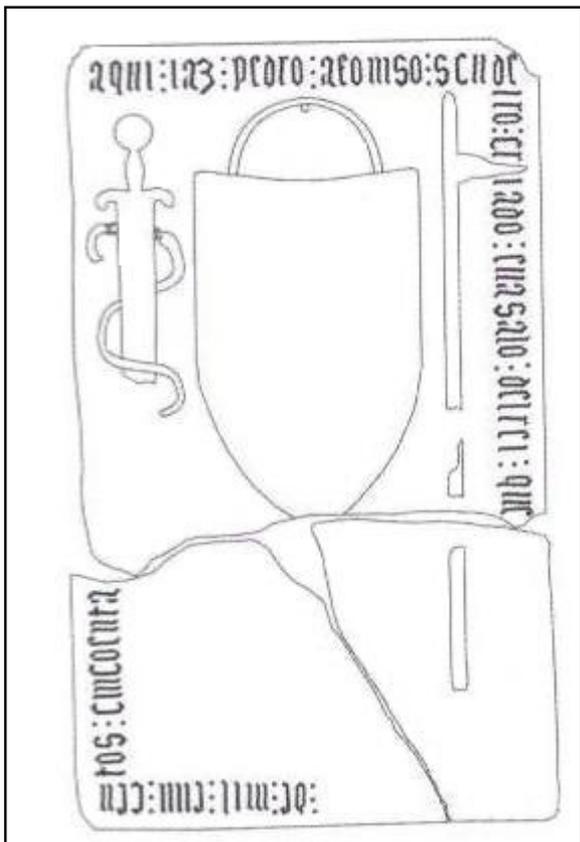


Figura 66 – Laje sepulcral de Pedro Afonso de Aguiar (1450), Igreja de São João Baptista, Castelo de Montemor-o-Novo

Fonte - Gonçalo Lopes - A Igreja de S. João Baptista de Montemor-o-Novo: uma arqueologia do monumento, in *Almanson*, nº6, 2007.

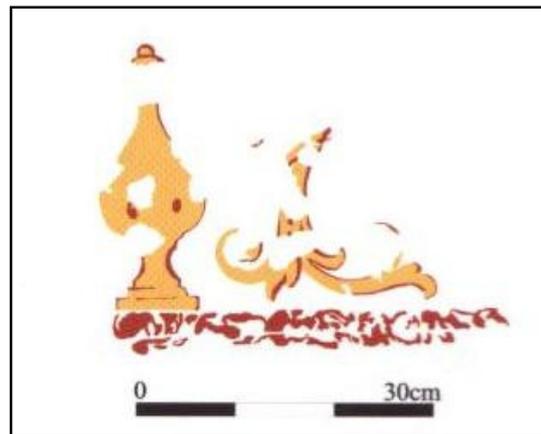


Figura 65 – Capela-mor. Pintura mural de tema vegetalista 39 (final do séc. XII), Igreja de São João Baptista, Castelo de Montemor-o-Novo

Fonte - Gonçalo Lopes - A Igreja de S. João Baptista de Montemor-o-Novo: uma arqueologia do monumento, in *Almanson*, nº6, 2007.



Figura 67 – Interior da Igreja de São João Baptista, Castelo de Montemor-o-Novo - (Ana Abelha – 2011)

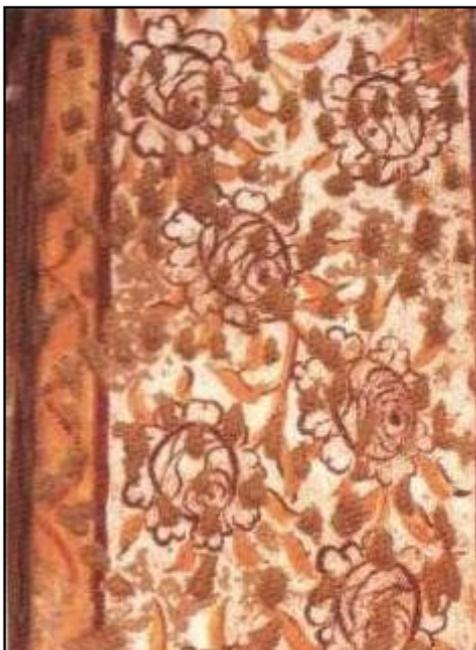


Figura 68 - Pintura mural do nicho do altar do lado do Evangelho - Rosas (séc. XVII) da Igreja de São João Baptista, Castelo de Montemor-o-Novo

Fonte - Gonçalo Lopes - A Igreja de S. João Baptista de Montemor-o-Novo: uma arqueologia do monumento, *in Almansor*, nº6, 2007.

Igreja de São Tiago



Figura 69 – Igreja de São Tiago, Castelo de Montemor-o-Novo - (Ana Abelha – 2011)

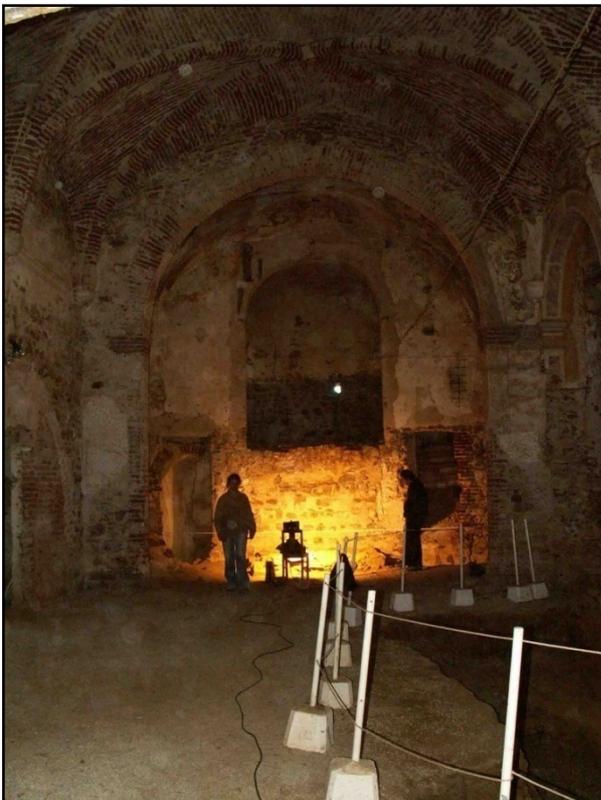


Figura 70 – Interior da Igreja de São Tiago antes da realização das obras de recuperação, Castelo de Montemor-o-Novo - 2004

Fonte

httpbp3.blogger.com_FrYDqo88QeYRfQ-CCu5TjIAAAAAAAAAACwnu5zQ4U9TSks1600-hPICT0364.jpg – Acesso em: 18/05/2011.



Figura 71 – Interior da Igreja de São Tiago durante a realização das obras de recuperação, Castelo de Montemor-o-Novo - 2005

Fonte - <http://www.flickr.com/photos/83107364@N00/page32/> - Acesso em: 18/05/2011.



Figura 72 – Interior da Igreja de São Tiago, actual Centro Interpretativo do Castelo de Montemor-o-Novo - 2007

Fonte - <http://www.flickr.com/photos/83107364@N00/page32/> - Acesso em: 18/05/2011.

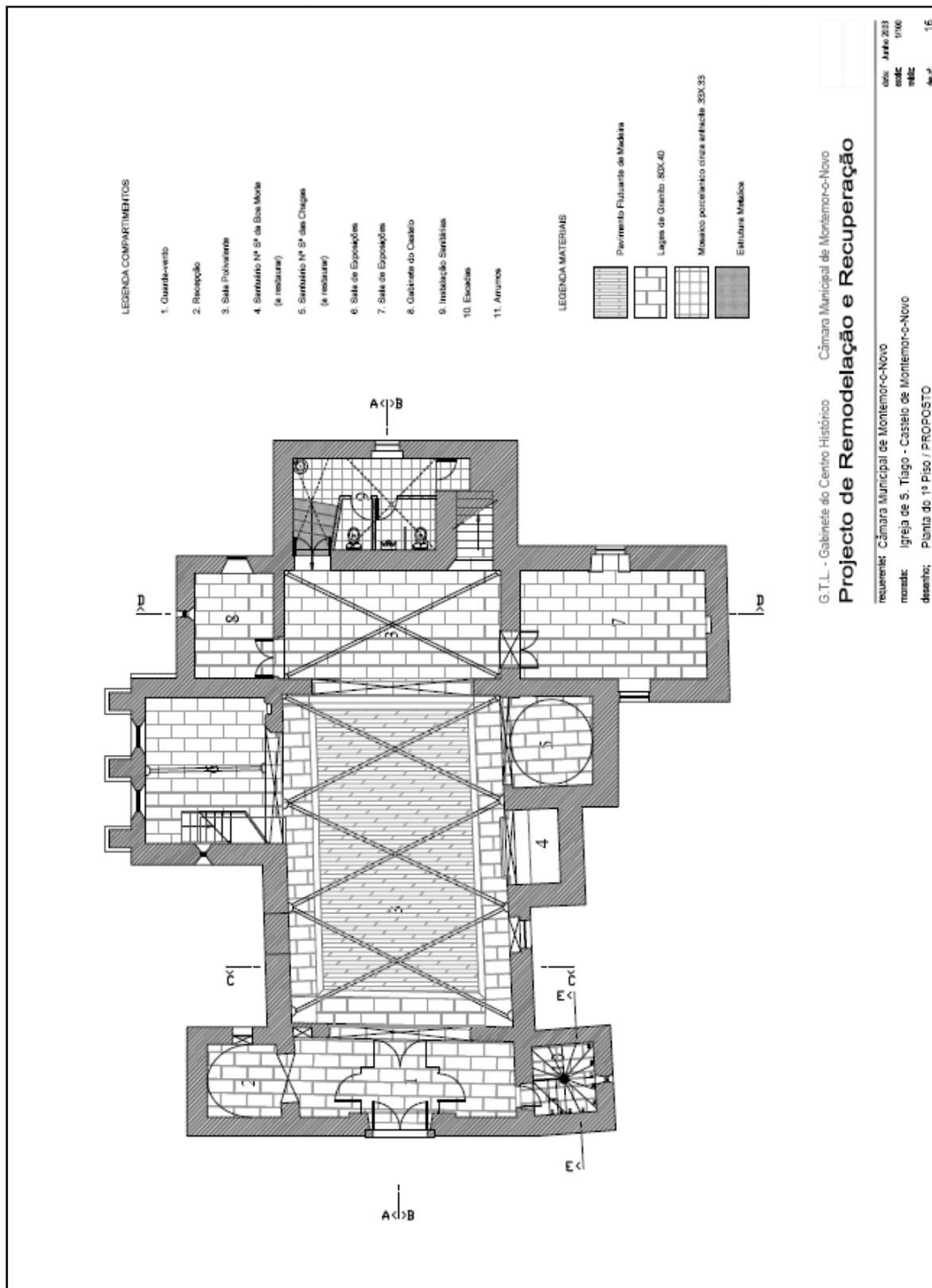


Figura 73 – Planta da Igreja de São Tiago, 1º piso

Fonte - G.T.L. – Gabinete do Centro Histórico – Câmara Municipal de Montemor-o-Novo

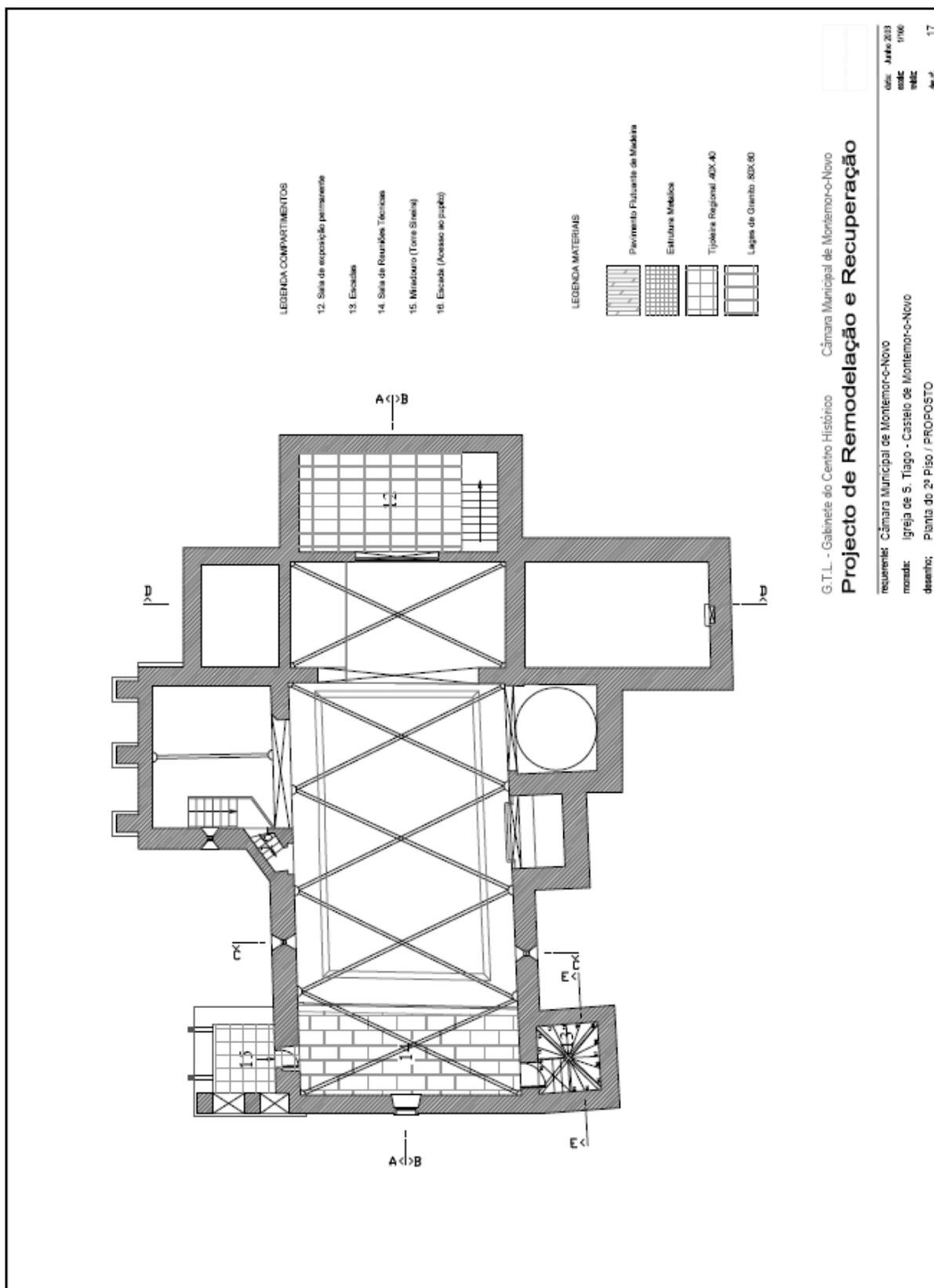


Figura 74 – Planta da Igreja de São Tiago, 2º piso

Fonte - G.T.L. – Gabinete do Centro Histórico – Câmara Municipal de Montemor-o-Novo



Figura 75 – Altar e Sácristia da Igreja de Nossa Senhora do Bispo, Castelo de Montemor-o-Novo - (Ana Abelha – 2011)



Figura 76 – Portal manuelino da Igreja de Nossa Senhora do Bispo, Castelo de Montemor-o-Novo - (Ana Abelha – 2011)



Figura 77 – Altar e Sácristia da Igreja de Nossa Senhora do Bispo, Castelo de Montemor-o-Novo - (Ana Abelha – 2011)



Figura 78 – Promenor do Portal manuelino da Igreja de Nossa Senhora do Bispo, Castelo de Montemor-o-Novo - (Ana Abelha – 2011)

Convento de Nossa Senhora da Saudação



Figura 79 – Frontaria do Convento da Saudação, Castelo de Montemor-o-Novo - (Ana Abelha – 2011)



Figura 80 – Ala esquerdo do Convento da Saudação, Castelo de Montemor-o-Novo - (Ana Abelha – 2011)



Figura 81 – Vista aérea do Convento da Saudação, Castelo de Montemor-o-Novo - 1995

Fonte – www.monumentos.pt – Acesso em: 17/05/2011.

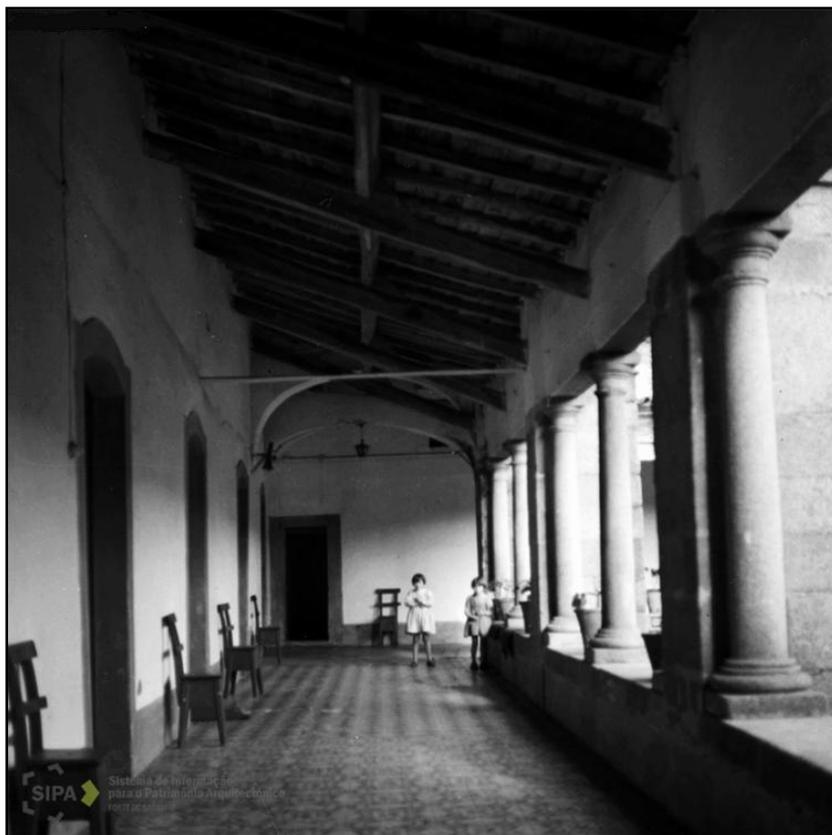


Figura 82 – Interior do Convento da Saudação durante a sua utilização como asilo de crianças, Castelo de Montemor-o-Novo - 1961

Fonte – www.monumentos.pt – Acesso em: 17/05/2011.



Figura 85 – Claustros do Convento da Saudação, Castelo de Montemor-o-Novo - (Ana Abelha – 2011)



Figura 86 – Ossário do Convento da Saudação, Castelo de Montemor-o-Novo - (Ana Abelha – 2011)



Figura 87 – Coro Alto da Igreja do Convento da Saudação, Castelo de Montemor-o-Novo - (Ana Abelha – 2011)



Figura 88 – Sala do Convento da Saudação que serve de depósito de espólio arqueológico do Programa do Castelo, Castelo de Montemor-o-Novo - (Ana Abelha – 2011)



Figura 89 – Parede da Igreja do Convento da Saudação, totalmente forrada a azulejos, Castelo de Montemor-o-Novo - (Ana Abelha – 2011)

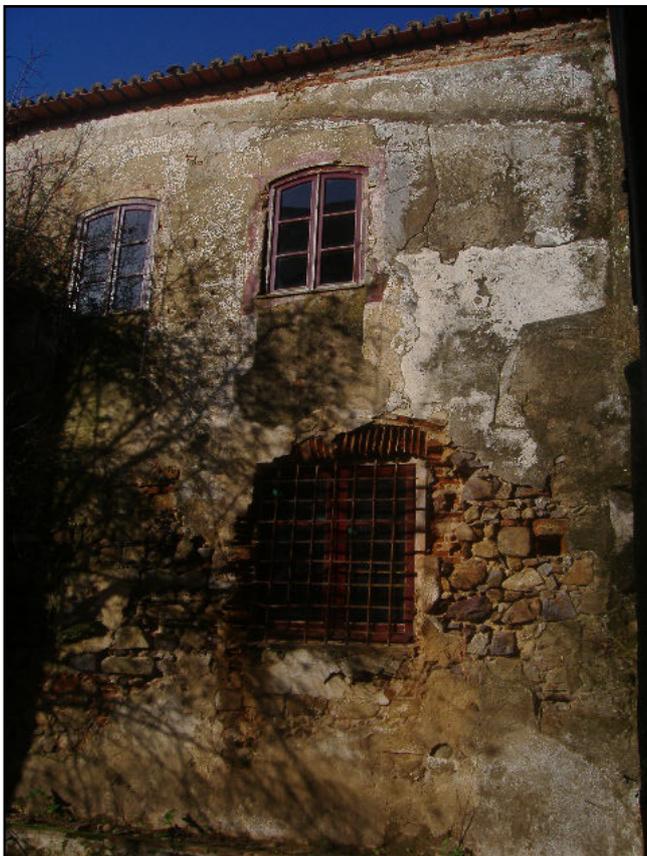


Figura 90 – Promenor de Fachada do Convento da Saudação, totalmente forrada a azulejos, Castelo de Montemor-o-Novo - (Ana Abelha – 2011)

Escavações do Castelo de Montemor-o-Novo



Figura 91 – Escavações da zona de Nossa Senhora da Vila no Castelo de Montemor-o-Novo - (Ana Abelha – 2011)



Figura 92 – Escavações da zona de Nossa Senhora da Vila no Castelo de Montemor-o-Novo - (Ana Abelha – 2011)



Figura 93 – Escavações da zona de Nossa Senhora da Vila no Castelo de Montemor-o-Novo - (Ana Abelha – 2011)



Figura 94 – Escavações da zona de Nossa Senhora da Vila no Castelo de Montemor-o-Novo - (Ana Abelha – 2011)

**Anexos: Relatórios de Acompanhamento de
trabalhos no terreno**

Exposição Semestral - Memórias de Monte Moor (Talhas)



Figura 95 – Exposição semestral – memórias de Monte Moor, expõe uma talha e um fragmento de tampa de talha no Centro Interpretativo do Castelo de Montemor-o-Novo

Fonte – Hermínia Santos (Programa do Castelo - 2011)



Figura 96 – Flyer da Exposição semestral – memórias de Monte Moor - Talha

Fonte – Programa do Castelo - 2011



Figura 97 – Exposição semestral – memórias de Monte Moor, expõe uma talha e um fragmento de tampa de talha no Centro Interpretativo do Castelo de Montemor-o-Novo

Fonte – Hermínia Santos (Programa do Castelo - 2011)



Figura 98 – Exposição semestral – memórias de Monte Moor - Talha

Fonte – Hermínia Santos (Programa do Castelo - 2011)

Exposição temporária - 2ª Edição 2011-2013

Uma História, Um objecto, Mês a Mês



Figura 99 – Exposição temporária, Uma História, Um Objecto, Mês a Mês, Cantil, no Centro Interpretativo do Castelo de Montemor-o-Novo

Fonte – Hermínia Santos (Programa do Castelo - 2011)

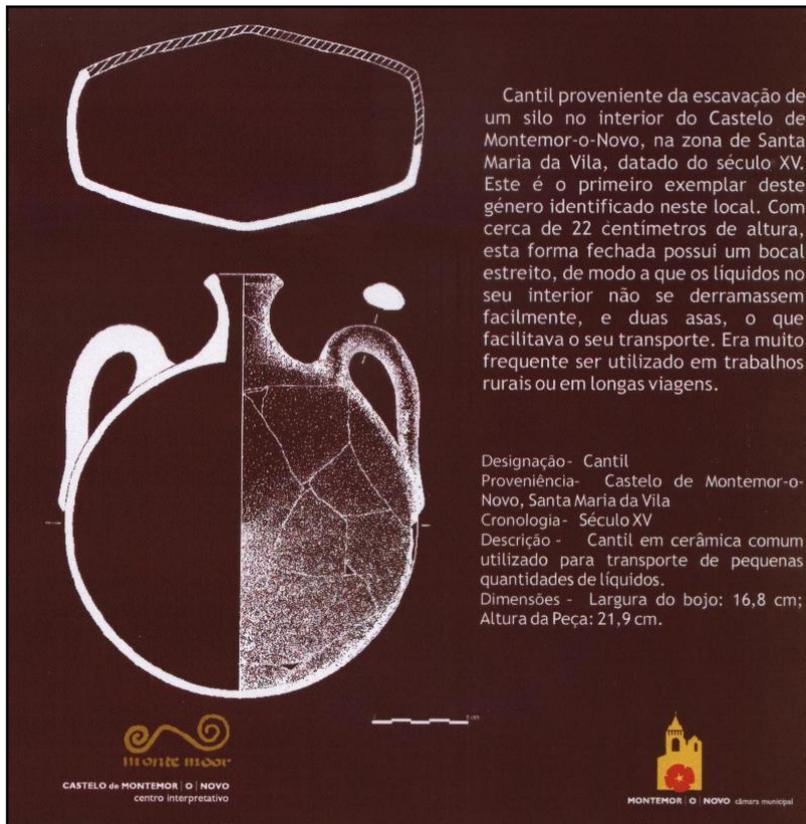


Figura 100 – Flyer da Exposição temporária, Uma História, Um Objecto, Mês a Mês -Cantil

Fonte – Programa do Castelo - 2011

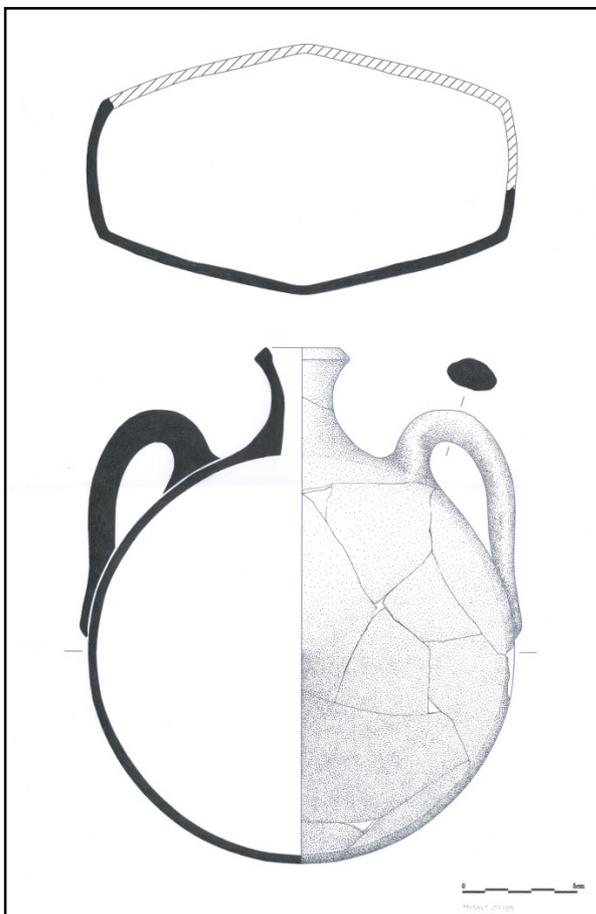


Figura 101 – Desenho Arqueológico - Cantil

Fonte – Hermínia Santos (Programa do Castelo – 2011)



Figura 102 – Cantil - Exposição temporária, Uma História, Um Objecto, Mês a Mês

Fonte – Programa do Castelo, 2011



Figura 103 – Exposição temporária, Uma História, Um Objecto, Mês a Mês – Objectos de Jogo, no Centro Interpretativo do Castelo de Montemor-o-Novo - (Ana Abelha – 2011)



Figura 104 – Flyer da Exposição temporária, Uma História, Um Objecto, Mês a Mês – Objectos de jogo

Fonte – Programa do Castelo - 2011



Figura 105 – Exposição temporária, Uma História, Um Objecto, Mês a Mês – Objectos de Jogo, no Centro Interpretativo do Castelo de Montemor-o-Novo - (Ana Abelha – 2011)

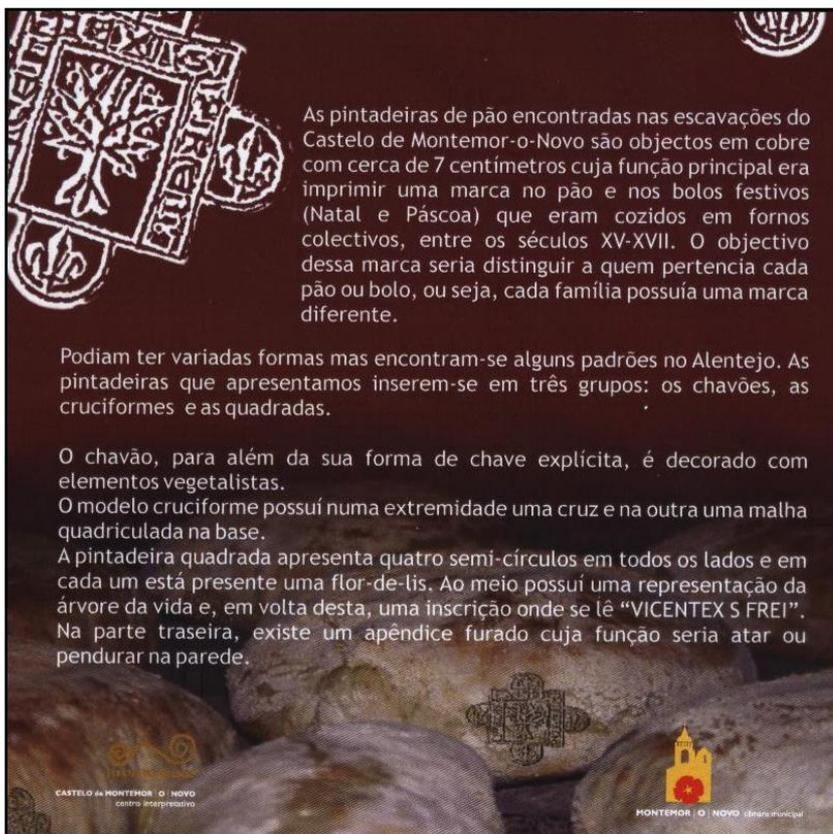


Figura 106 – Flyer da Exposição temporária, Uma História, Um Objecto, Mês a Mês – Pintadeiras de Pão

Fonte – Programa do Castelo - 2011

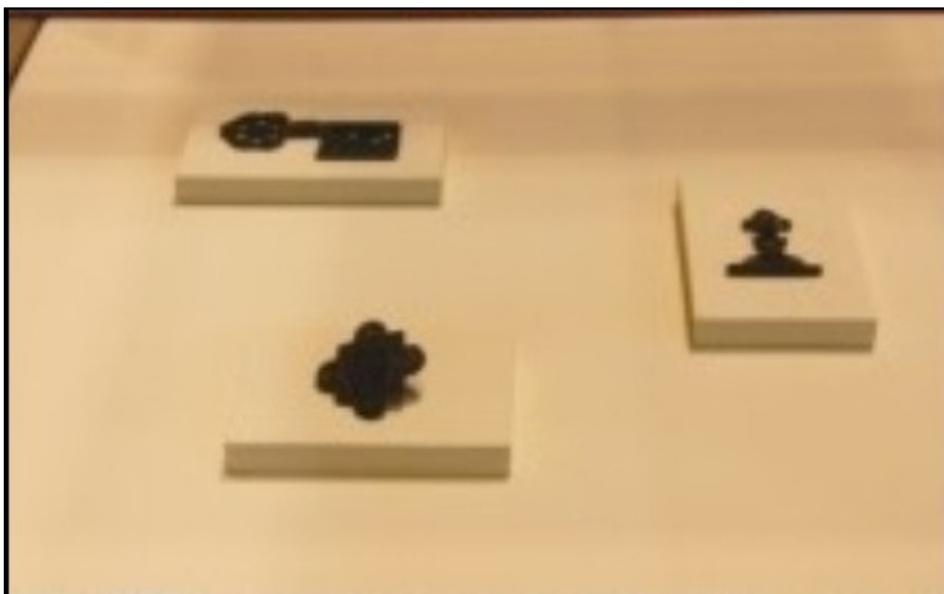


Figura 107 – Exposição temporária, Uma História, Um Objecto, Mês a Mês – Pintadeiras de Pão, na Feira do Pão e da Doçaria - (Ana Abelha – 2011)

Semana da Água, da Árvore e da Poesia



Figura 108 – Cartaz da Semana da Árvore e da Floresta, da Água e da Poesia, Castelo de Montemor-o-Novo - (Ana Abelha – 2011)



Figura 109 –Atelier da Poesia - Semana da Árvore e da Floresta, da Água e da Poesia, Castelo de Montemor-o-Novo

Fonte – Pedro Carpetudo (Programa do Castelo - 2011)



Figura 110 –Atelier do Programa do Castelo (Sira Camacho e Carlos Carpetudo) - Semana da Árvore e da Floresta, da Água e da Poesia, Castelo de Montemor-o-Novo

Fonte – Pedro Carpetudo (Programa do Castelo - 2011)



Figura 111 –Atelier do Programa do Castelo (Sira Camacho e Carlos Carpetudo) - Semana da Árvore e da Floresta, da Água e da Poesia, Castelo de Montemor-o-Novo

Fonte – Pedro Carpetudo (Programa do Castelo - 2011)



Figura 112 – Atelier do Programa do Castelo (Sira Camacho e Carlos Carpetudo) - Semana da Árvore e da Floresta, da Água e da Poesia, Castelo de Montemor-o-Novo

Fonte – Pedro Carpetudo (Programa do Castelo - 2011)

Limpeza do Coro Baixo do Convento da Saudação



Figura 113 – Equipa de Limpeza do Coro Baixo da Igreja do Convento da Saudação, (equipa do Programa do Castelo e Laboratório HERCULES)

Fonte – Pedro Carpetudo (Programa do Castelo - 2011)



Figura 114 – Trabalhos de Limpeza do Coro Baixo da Igreja do Convento da Saudação

Fonte – Pedro Carpetudo (Programa do Castelo - 2011)



Figura 115 – Trabalhos de Limpeza do Coro Baixo da Igreja do Convento da Saudação

Fonte – Pedro Carpetudo (Programa do Castelo - 2011)



Figura 116 – Trabalhos de Limpeza do Coro Baixo da Igreja do Convento da Saudação

Fonte – Pedro Carpetudo (Programa do Castelo - 2011)

Amostras em Análise no Laboratório HERCULES



Figura 117 – Algumas das amostras em análise no Laboratório HERCULES - (Ana Abelha – 2011)



Figura 118 – Material de Laboratório utilizado na desfragmentação das amostras de argamassa em análise no Laboratório HERCULES - (Ana Abelha – 2011)



Figura 119 – Amostras de argamassa desfragmentada - (Ana Abelha – 2011)



Figura 120 – Algumas das amostras em análise no Laboratório HERCULES - (Ana Abelha – 2011)